

A Defesa Nacional



JUNHO
1951

NÚMERO
443

General **RENATO BAPTISTA NUNES**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Coronel **ALBERTO RIBEIRO PAZ**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1951

N. 443

SUMARIO

	Págs.
Editorial	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Documentos logísticos e administrativos básicos em um teatro de operações — Ten.-Cel. A.M. Coimbra.....	5
O emprego das forças terrestres pelos russos — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	9
Movimentos retrógrados face ao novo FM 100-3 norte-americano — Major W.F. Bouças.....	19
Exame de situação do Capitão e do Tenente — Cap. Carlos de Meira Mattos	27
Uma demonstração de técnica de tiro para a E.A.O. — Cap. Murilo Otávio de Barros, Ten. Francisco Wilson Leão, Ten. Raul Gastão Hecksher, Ten. Dilson Mário dos Santos Lima Torraca, Ten. Dyrceu de Sá e Ten. Hilton Pereira.....	31
Pelotão de minas — Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	37
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas do Brasil — XIII — Alimentação — Ten.-Cel. Adalardo Fialho...	57
Os militares e os problemas sociais — V — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	73
Economia e Finanças :	
Tudo é solidário !... — Cel. J.B. Magalhães.....	79
GEOGRAFIA E HISTORIA MILITAR	
San Martin — Ten.-Cel. Diderot Miranda.....	83
A valorização da Amazônia — Um aspecto — Maj. Evódio Romeiro.....	87
Em memória dos Xavier Tórres — Cap. Annibal Tórres de Mello.....	95
OPINIÕES	
Recrutamento de oficiais de estado-maior — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	107
Escolha e seleção de reprodutor equino — Ten.-Cel. Hermenegildo de O. Carneiro.....	111
Onde está o patriotismo, nesta hora ? — Maj. José Codeceira Lopes.....	113
A cavalaria e os PP — Cap. L.C. da Silveira.....	117
DIVERSOS	
"Rio Grande do Norte : sua missão e seu escudo" — Gen. Fernando do Nascimento Fernandes Távora.....	119
Reflorestamento — João Luderitz.....	123
Páscoa dos militares — Ten. Gastão de Carvalho Souza.....	127
Noticias militares.....	131
Noticiário & legislação.....	135

EDITORIAL

"O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever."

A recordação dos feitos militares gloriosos é sempre um preito devido aos que souberam levar o cumprimento do dever até o sacrifício da própria vida, e um incentivo às novas gerações.

Vencedores ou vencidos tombados no campo da honra, se irmanam no holocausto, e só a justiça da causa deverá distingui-los no julgamento da História.

11 de junho de 1865: eis uma das datas que devem ser periodicamente recordadas à mocidade, como emocionante exemplo do dever bem cumprido.

Eram nove horas da manhã.

Na curva do Riachuelo, cujas barrancas bem artilhadas estavam prontas para cobrirem com nutrido fogo a frota brasileira comandada pelo Chefe de Divisão Francisco Manuel Barroso da Silva, fundeada em pouca água. Ao seu encontro, surgiram em formação de ataque oito vapores e seis baterias flutuantes sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Pedro Inácio Mesa.

Foi em face dessa situação que Barroso fêz izar no mastro grande da "Amazonas" o famoso sinal: "o Brasil espera que cada

um cumpra o seu dever" — esplêndida exortação que, integralmente cumprida, devia levar à vitória a arrojada iniciativa do Chefe brasileiro. Não se pode dizer onde estava a bravura, porque ela estava em toda parte, mas, culminaram no feito, tombando no convés de seus navios, na luta contra a terrível abordagem muitos heróis anônimos dos quais se tornaram símbolos os nomes de Pedro Afonso, do Guarda-Marinha Greenhalgh e do marinheiro Marcílio Dias.

Honra, portanto, à nossa Marinha de Guerra, herdeira daquela glória que um punhado de heróis inscreveu, com a tinta indelével do sangue, nessa efeméride brilhante, nas páginas da história militar brasileira.

...

O tempo passa... e a luta continua noutros sectores e com outros objetivos. A paz não desceu sobre os homens depois da vitória de 1945. As vibrações desse profundo abalo social, longe de se amortecerem com o tempo, alastram-se pelo mundo inteiro, revolvendo ódios, ambições, incompreensões, a avidez insaciável pelos bens materiais, pelo poder do mando, pondo em risco até os fundamentos multisseculares da civilização cristã.

O momento é, pois, de união sagrada de todos, homens e povos, que não queiram abdicar de sua condição de seres pensantes e livres, para regressarem à escravidão e à barbárie.

"O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever", histórico apêlo do passado que exprime ainda hoje, e muito bem, qual deve ser a conduta de todos os brasileiros, na salvaguarda do futuro da Pátria e contra as ameaças que visam aos próprios fundamentos da dignidade humana.

Diante das sombrias perspectivas que ensombrecem os horizontes, ou a consciência nacional desperta e reage, ou será despertada e submetida pela baioneta e o látigo dos novos senhores.

Mas, então, será tarde.

DOCUMENTOS LOGÍSTICOS E ADMINISTRATIVOS BÁSICOS EM UM TEATRO DE OPERAÇÕES

Ten.-Cel. A. M. COIMBRA

I — CONSIDERAÇÕES GERAIS

Visando generalizar, atualizar e refrescar conhecimentos e uniformizar a terminologia militar, embora assunto chão e incorporado ao acervo de grande maioria, sem intuito nem preocupação de apresentar definições, sintetizamos abaixo os documentos principais básicos, de circulação corrente em um Teatro de Operações comportando a clássica organização administrativa prescrita no Manual C-100-10 e considerada a evolução orgânica atual, isto é, admitida a Zona de Administração sob as ordens do Comando das Forças do Exército preocupando-se mais o Comandante do Teatro de Operações com a Combinação de forças, deixando o apoio Logístico a cargo de uma das três forças ou atribuído individualmente a cada uma delas.

II — DOCUMENTOS LOGÍSTICOS BÁSICOS EM UM T.O

A) Plano Logístico :

É, com os planos de Operações e de Informações, parte integrante do Plano de Campanha, da alçada e conseqüente à decisão do Comandante do Teatro de Operações. Encerra todas as decisões de caráter logístico capazes de permitirem a continuidade de planejamento por parte dos escalões subordinados. É documento cuja duração normalmente abranje largos períodos. Deve limitar-se como qualquer outro plano ao que devam fazer os escalões subordinados deixando-lhes plena liberdade

de como executar as respectivas tarefas. Normalmente define responsabilidades, estabelece normas e prescreve fatores de planejamento.

B) Instrução Logística :

É documento de execução extraído do Plano Logístico e contém os elementos necessários e suficientes ao planejamento das atividades inerentes aos escalões subordinados. É normalmente expedida pelo Comando do Teatro de Operações, seja para o Comandante das Forças do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Re-completamento do Teatro de Operações, seja diretamente para o Comando da Zona de Administração e das demais forças subordinadas ao Comando do Teatro.

C) Plano Administrativo :

O Plano Administrativo é o repositório de todas as decisões relativas ao apoio logístico inclusive administração do pessoal das Forças do Exército e das que forem expressamente determinadas pelo Comando. Deve ser esboçado de cálculos e de tudo aquilo que diga mais respeito e só interesse ao apoio a ser emprestado pelos Serviços. É documento privativo do Comando da Zona de Administração e básico à redação da Instrução Administrativa.

A aceção emprestada ao termo "logística" abrange, em conceituação recente, todos os problemas relacionados não só aos Serviços Técnicos como também aos Serviços Administrativos. Realmente, em-

bora seja uma invasão dos domínios de Administração, dada a ilação entre pessoal e material, o planejamento força uma tal concepção e aceitá-la é uma imposição dos fatos à lógica dos argumentos.

D) Instrução Administrativa:

A Instrução Administrativa é normalmente expedida seja pelo Comando das Forças do Exército, seja pelo Comando da Zona de Administração. Visa principalmente a organização, a coordenação e o controle de todas as ações e atividades logísticas da Zona de Administração e demais Seções, Órgãos e Instalações subordinadas.

O Comando das Forças do Exército quando responsabilizado pelo apoio logístico a suas forças e quaisquer outras que lhe forem determinadas, expede instruções aos Comandos subordinados, inclusive Zona de Administração, as quais em essência encerram prescrições coordenadoras ou repartem meios, responsabilidades, estabelecem normas, prescrevem fatores de planejamento, regulam a concessão de crédito, etc.

As Instruções Administrativas como as Instruções Logísticas caracterizam-se pela amplitude de duração e aplicação.

E) Plano e Ordem Geral de Serviços:

O plano e a Ordem Geral de Serviços (OGS) são documentos privativos dos Escalões Exército, Corpo de Exército, Divisão e Seção da Zona de Administração. Seus itens, invariáveis em título e número, têm textura adaptada e em concordância ao escalão. A Ordem Geral de Serviços (OGS) destina-se à execução do Plano respectivo. Caracteriza-se pelas medidas de execução imediata e pelo curto período de duração.

F) Anexos e Apêndices:

São instrumentos complementares e suplementares dos Planos, às Instruções e às Ordens.

G) Norma Geral de Ação (NGA):

É documento periodicamente expedido e periodicamente revisto que regula procedimentos instituídos pelos Comandos e Chefias e não especificamente constantes dos Manuais em vigor. A tradução "Norma Padrão de Ação", constante do "Manual de Abreviaturas e Símbolos para uso nas Forças Armadas", ed. 1950, parece-nos inadequada, visto como "Standing" do original inglês, significa o que está de pé, em vigor, permanente, e de modo algum pode ser confundido com "Standard", padrão, modelo, estandarte, etc. "Norma Geral de Ação" é tradução sofrível do original, mais correto seria "Norma de Ação em vigor" ou "Norma de Ação Vigente". Expressaria melhor sua real significação em inglês, pois de "Padrão", "Modelo", é que essa Norma, salvo sentido restrito, nada tem. Varia, isso sim, com a situação e muitas vezes caracteriza o processo de trabalho do Chefe ou autoridade de que emana e daí carecer de significação qualquer intuito de padronização que se lhe queira emprestar.

III — Os leitores não de estranhar a falta de alusão a "Forças Terrestres". Preferimos ater-nos à tradução fiel dos Manuais Norte-Americanos, visto como, as unidades terrestres, não são privativas das Forças do Exército. Elas existem quer no Exército, quer na Marinha, quer na Aeronáutica, outro tanto acontecendo com a organização que não é Naval, nem Aérea e sim da Marinha e da Aeronáutica. Daí a exclusão feita e a denominação que utilizamos, Forças do Exército, Forças da Marinha e Forças da Aeronáutica, ao invés de Forças Terrestres, Forças Navais e Forças Aéreas, acrescida ainda a circunstância de que, as expressões propostas, melhor definem responsabilidades funcionais, logísticas e operacionais que são mais uma prerrogativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica do que propriamente da natureza íntima das forças.

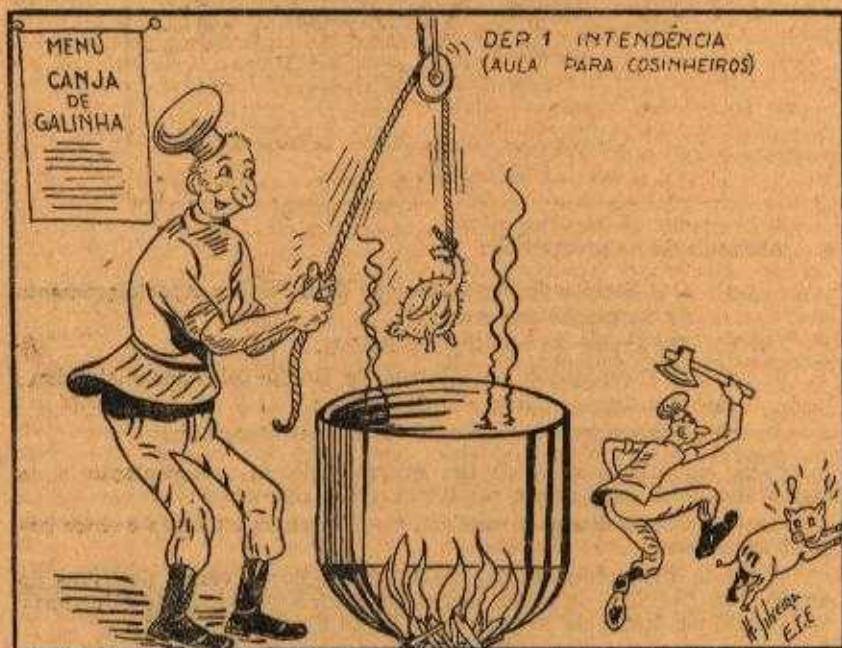
IV — Convém assinalar que planos e ordens são documentos, Ultra-Secretos e Secretos até e inclusive a fase de execução, mas que decrescem em grau de segurança e classificação uma vez executados.

Os documentos acima não diferem em os títulos de seus itens. Sistemáticamente compõem-se dos seis itens clássicos: I — Suprimento, II — Evacuação e Hospitalização, III — Transporte, IV — Serviços, V — Pessoal e VI — Diversos.

V — RESUMINDO

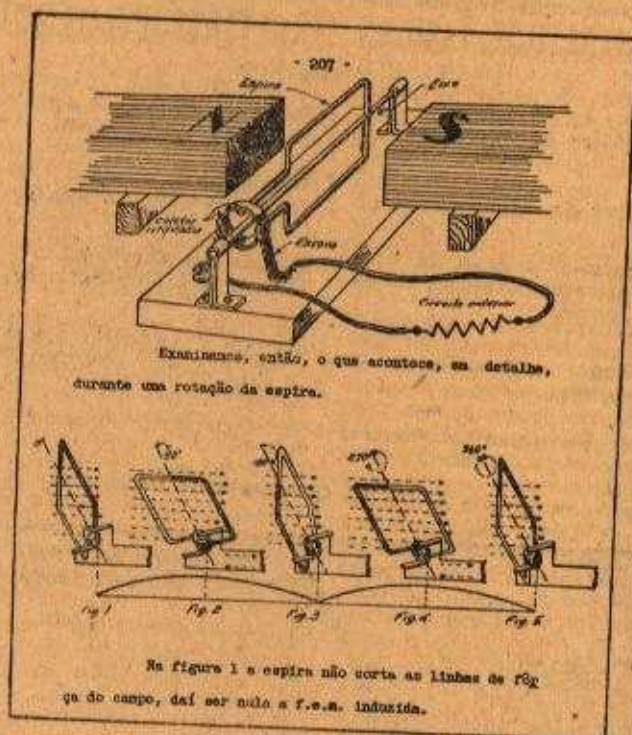
- | | |
|--|--|
| A) Teatro de Operações..... | { Plano Logístico.
Instrução Logística. |
| B) Zona de Administração. | { Plano Administrativo.
Instrução Administrativa. |
| C) Secção da Zona de Administração, Exército, Corpo e Divisão. | { Planos dos Serviços.
Ordem Geral de Serviços. |
| D) Todos os escalões de Comando. | { Anexos e apêndices aos documentos acima e Normas Gerais de Ação. |

A E.I.E. EM QUADRINHOS...



NOÇÕES DE ELETRICIDADE

Pelo Cap. José Maria Couto Oliveira



Abrangendo os programas :

- Das Escolas de Especialização de Oficiais e Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas ;
- Do exame de admissão à E.T.E. ;
- De preparação aos Cursos de Rádio-Televisão-Eletrônica ;
- Dos Cursos Clássico e Científico ;
- Dos exames vestibulares às Escolas Superiores.

Cada capítulo seguido de um questionário de recapitulação e de vários exercícios para serem resolvidos (com respostas).

Cento e setenta desenhos explicativos ; duzentas e setenta e cinco páginas impressas.

À venda, pelo preço de Cr\$ 30,00, na secção de venda de livros do Arquivo do Exército, no andar térreo do edifício principal do Ministério da Guerra, na Escola de Artilharia de Costa e no Clube Militar.

Pedidos pelo Reembolso, ou remessa de Vale Postal, para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro.

O EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES PELOS RUSSOS

Extrato do livro "Pourquoi l'armée rouge a vaincu" do General GUILLAUME, do Exército Francês

Pelo Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Dois princípios essenciais parecem constituir a base do emprego destas forças pelos russos:

1. *Uma combinação de todas as armas* visando assegurar por fogos maciços apoio constante e imediato à infantaria. Este resultado é obtido engajando em primeiro escalão juntamente com a infantaria não somente morteiros, porém peças de artilharia de todos os calibres, carros e fazendo intervir a aviação de assalto e de bombardeio cada vez mais perto dos atacantes. Conforme o regulamento de infantaria de 42 "a intervenção da artilharia e da aviação tem por fim o apoio ininterrupto da infantaria por uma ação maciça, durante todas as fases de ataque".

Na defensiva como na ofensiva, a luta na frente é travada por pequenas unidades de todas as armas que constituem células elementares de combate; uma seção de infantaria chega a ser reforçada por uma peça de acompanhamento imediato e um carro de combate. A combinação das ações dos elementos componentes de uma tal célula é obtida pela subordinação dos elementos de apoio ao comandante da fração de infantaria apoiada. O mesmo se dá no escalão companhia e nos escalões superiores: batalhão, regimento e divisões.

No ataque, a artilharia e os morteiros apoiam a infantaria até o limite extremo de segurança, isto é, 200 metros para a artilharia e 70 a 100 metros para os morteiros.

O infante soviético deve combater sempre com o desejo cons-

tante de chegar ao corpo a corpo; o assalto é dado quando a infantaria está a 50 metros do adversário.

A ligação infantaria-artilharia é obtida pela justaposição dos Postos de Comando e pelos observadores da artilharia destacados junto aos elementos mais avançados da infantaria. É assim que uma bateria apoiando uma companhia, tem um observador encarregado de observar o ataque no conjunto da frente da companhia e um outro em primeira linha com as seções ou pelotões da frente. As peças de acompanhamento se deslocam sob a proteção das armas pesadas da infantaria e se esforçam por assegurar o apoio constante aos elementos avançados desta.

Os carros destacados para apoiar a infantaria atiram em movimento. A infantaria reforça e completa esses fogos. O carro pode ser levado a se separar da infantaria para evitar um obstáculo ou desbordenar uma resistência, porém deve sempre conservar uma ligação pelo fogo com esta.

É admitido que a aviação de assalto pode agir a 200 metros na frente da infantaria desde que esta efetue um balizamento preciso de suas posições. O melhor rendimento é obtido com pequenos grupos de aviões agindo sem interrupção em ligação com a infantaria. Para isto, o oficial de ligação da aviação deve progredir munido de aparelho rádio nas proximidades imediatas das vagas de assalto.

A adaptação das armas de apoio à manobra da infantaria é fixada

em suas grandes linhas no escalão da divisão, sendo precisada em detalhe nos escalões menores: regimento e batalhão.

A engenharia deve em princípio somente ser empregada por unidades completas para desempenhar missões que só podem ser executadas por especialistas. As unidades de engenharia chamadas a intervir com as unidades de combate, são acionadas pelos RI ou Btl. Só excepcionalmente pequenos elementos de engenharia são postos à disposição de unidades avançadas de infantaria.

A tática que consiste em saturar a infantaria com carros e artilharia de acompanhamento e em empregar a aviação por pequenas frações permanentemente, permite apoiar de perto e no momento desejado sua progressão. Ao contrário, parece levar a uma dispersão e a uma mistura de meios incompatíveis com o efeito de força indispensável nas direções de esforço. Em realidade, ao mesmo tempo que o comando soviético admite uma descentralização de meios que pode parecer excessiva, emprega concorrentemente na defensiva e na ofensiva uma maciça concentração de artilharia, de carros e de aviação. Na exposição dos processos de emprego das diferentes armas daremos exemplos concretos a este respeito.

Dai resulta que as armas de apoio devem ser instruídas em se dissociarem para se adaptar ao dispositivo das unidades de infantaria, porém ao mesmo tempo em se concentrarem ao máximo para realizar efeitos de massa. A primeira qualidade exigida delas é então, uma grande flexibilidade.

É evidente que tal tática parte da hipótese de abundância de meios. Apenas quando a fabricação maciça do material permite realizar sobre o campo de batalha uma verdadeira saturação de armas de apoio, que se torna possível fazer simultaneamente descentralização e centralização. É preciso acrescen-

tar que para chegar a esta saturação o comando soviético soube mais que o comando alemão praticar a economia de forças nas frentes momentaneamente passivas. Enquanto estas frentes eram mantidas pelas unidades de infantaria hipomóveis e muitas vezes pela cavalaria, os meios mecanizados e a aviação concentravam todos seus meios sobre as direções estratégicas principais. Um tal risco só pode ser aceito pelo adversário que toma e conserva a iniciativa nas operações, cobrindo-se nos sectores por ele julgados secundários. Foi o caso do exército soviético a partir de julho de 1943.

2. Continuidade da progressão.

A progressão deve ser contínua, de dia e de noite, até que a decisão tenha sido obtida. Para isto a infantaria engajada deve progredir sem se deter através de toda a profundidade da posição a conquistar, sendo que qualquer parada ou substituição em um objetivo intermediário pode comprometer o ritmo do avanço. Um tal esforço só pode ser exigido da infantaria com a condição de realizar na sua frente continuamente fogos potentes e adaptados à sua manobra (1).

A progressão de noite se impõe para explorar o resultado obtido durante o dia e impedir o inimigo de se refazer. A experiência mostrou que a noite não impede de forma alguma o emprego de todos os engenhos modernos de combate, com a condição de que o ataque seja precedido de uma minuciosa preparação.

Fora dos princípios gerais expostos acima o emprego das diferentes armas dá lugar às observações que se seguem:

INFANTARIA

Na defensiva, a infantaria soviética se agarra a linhas sucessivas do terreno. Esforça-se, antes de tudo, de separar a infantaria inimiga de seus carros. A batalha de Kursk mostra que uma infantaria

(1) Segundo uma diretiva de janeiro de 1943 do Comando Chefe "a progressão da infantaria e dos carros deve se efetuar ao som dos arrebentamentos e a música da artilharia".

bem instruída, dispondo de artilharia de pequeno calibre suficiente, de fuzis anticarro, de granadas e garrafas anticarro, está em condições de participar da luta contra os carros de qualquer modelo e de lhes infligir perdas.

O fogo das armas automáticas de infantaria continua a representar um papel importante. Com suas metralhadoras uma infantaria sólida não possuindo temor dos carros e sabendo se enterrar, é capaz de deter com seus fogos a infantaria adversa. Logo que os carros são separados da infantaria, eles se desorientam e em geral dão volta a fim de retomar o contacto com seus apólos.

Na ofensiva, o cuidado principal da infantaria é de manter o ritmo da progressão. Daí resulta que os elementos de primeiro escalão não se devem deter para reduzir resistências isoladas. Estas devem ser automaticamente desbordadas. O trabalho de liquidá-las incumbe às unidades de segundo escalão.

ARTILHARIA

A densidade da artilharia nos sectores principais de ataque ou de defesa não cessa de aumentar desde o início da guerra.

Na batalha de Stalingrad, a artilharia pesada de longo alcance estava em posição na margem esquerda do Volga e executara munições bombardeios contra a infantaria e as posições da artilharia alemãs. A direcção do fogo, centralizada pelo Cmt. da artilharia da frente, permitia realizar, sobre as direcções principais uma densidade de 110 peças por quilómetro. A 16 de setembro foi constituído um agrupamento de artilharia para ação longínqua, com 250 peças e morteiros pesados.

Em princípios de outubro, graças à chegada de novos regimentos de artilharia pesada, o 62º e 64º Exércitos receberam agrupamentos de ação longínqua. Estes agrupamentos foram reforçados pelas unidades de morteiros da Guarda.

Foi em 1943, em Koursk que, pela primeira vez, um grande número de peças de artilharia de ca-

libre médio e mesmo de grosso calibre, foi cuidadosamente enterrado e camuflado, na primeira linha, para reforçar a defesa contra carro e a artilharia autopropulsada.

Ao mesmo tempo, a fim de deter definitivamente os carros alemães que tinham irrompido ao Sul de Prokhorov, foi constituído um agrupamento de 10 regimentos de artilharia. Os ataques alemães foram quebrados e centenas de carros destruídos.

Na contra-ofensiva sobre Orel e Kharkov, o comando soviético, considerando a importância da artilharia nas operações de ruptura, desloca frequentemente suas massas de artilharia, mesmo durante a batalha. A 3 de agosto, quando a ruptura foi realizada na frente do general Tchistiakov, uma parte importante da artilharia foi deslocada para os sectores vizinhos onde no dia seguinte, as tropas dos generais Moskalenko e Trofimenko deviam atacar por sua vez.

Em 44 e 45, não somente a artilharia desempenha um papel decisivo nas batalhas de ruptura como na exploração do sucesso, sua ação maciça sobre os centros sucessivos de resistência, combinada com manobras desbordantes e infiltrações operadas muitas vezes de noite, leva à desagregação o dispositivo alemão.

Em definitivo, as conclusões a que chegou no fim da guerra o comando soviético, com referência ao emprego da artilharia, podem ser expressos do seguinte modo:

1. A infantaria não vence as resistências inimigas sem perdas excessivas, a menos que o sistema de fogos do adversário seja neutralizado por um poderoso fogo de artilharia, sobre toda a profundidade da posição a conquistar. É a combinação dos fogos de artilharia, atirando de posições desafiadas e em tiro direto que permite neutralizar o inimigo, resolver rápida e economicamente os múltiplos problemas de tiro, enfim obter o efeito moral máximo.

2. Todo o ataque de carros, por mais poderoso que seja, deve ser apoiado eficazmente pela artilharia

se se quer evitar que seja uma presa fácil para as armas anticarro do inimigo. "Quanto mais se engajam carros, mais se deve engajar artilharia".

3. Reservas de artilharia e sobretudo de artilharia autopropulsada, devem ser constituídas a fim de cobrirem os flancos das unidades que progridem sobre as direções mais expostas a contra-ataques e a fim de permitirem a estas unidades vencer as resistências encontradas.

É em função desta concepção que era articulada a artilharia soviética. O regimento de infantaria era apoiado por um "agrupamento de artilharia regimental". Este agrupamento compreendia artilharia da divisão e meios variáveis de reforço, morteiros e obuseiro da reserva geral.

A artilharia regimental e uma parte da artilharia divisionária, ocupavam normalmente posições de tiro a descoberto, lhes permitindo agir em tiro direto na ofensiva contra as obras e posições de tiro e na defensiva, contra os carros. Não era raro empregar peças de 122, de 152 e mesmo de 202, em tiro direto. A proporção das peças empregadas em tiro direto atingia muitas vezes 25 a 30 % do conjunto da artilharia engajada. A companhia de infantaria dispunha de duas a quatro peças de artilharia, agindo em tiro direto. Para a preparação dos ataques, os morteiros 82 e 122 eram muitas vezes reunidos em um agrupamento regimental sob as ordens do comandante da artilharia regimental.

A "artilharia divisionária" reforçava a "artilharia regimental" nas direções principais de esforço. Este agrupamento recebia por sua vez unidades da reserva geral e eventualmente unidades de morteiro da Guarda.

A "artilharia de corpo" tomava normalmente como objetivo as reservas inimigas, porém, podia desempenhar qualquer outra missão nas direções de esforço.

A "artilharia de exército" tomava normalmente a seu cargo a contra-bateria e os tiros longínquos. Foi a 12 de setembro de 41, perto da orla de Khandrov (teatro de

Leningrad) que os "Katioucha", tubos lançando foguetes, foram utilizados pela primeira vez. Os alemães, que se preparavam para atacar, fugiram em pânico deixando no terreno várias centenas de cadáveres, 15 peças de artilharia e 17 carros.

Os tubos de grosso calibre apareceram pela primeira vez durante a batalha de Stalingrad.

Em julho de 43, durante a batalha de Koursk, algumas salvas de "Katioucha" destruíram quase completamente um regimento de infantaria que se reunia para o ataque.

Ulteriormente, os "Katioucha" foram empregados em número crescente em todas as operações de ruptura. Não somente eles foram engajados nas fileiras da infantaria, porém, no fim da guerra, unidades de "Katioucha" seguiram de perto a progressão dos carros e da cavalaria. No ataque de posições fortificadas, os "Katioucha" eram empregados em massa de modo a realizar potentes concentrações sobre os objetivos principais.

Na ofensiva, a artilharia autopropulsada foi empregada não só para acompanhar o ataque dos carros, mas na ausência destes, para apoiar o mais de perto possível a progressão das unidades de infantaria.

O papel cada vez mais importante desempenhado pela artilharia soviética, é mostrado nos algarismos seguintes, que nos dão a densidade de peças e morteiros pesados por quilômetro, empregada durante as operações mais importantes:

Orel-Koursk.....	290
Carélia.....	220
Bobruisk-Jassy-Kichinev.....	250
Berlim.....	610

Lembremos que durante a 1ª Guerra mundial esta densidade raras vezes havia passado a cifra de 160 por quilômetro.

Cinco mil peças foram engajadas na batalha que pôs fim ao cerco de Leningrad em janeiro de 44. A ofensiva do 1º Grupo de Exército da Rússia Branca sobre o Vistula foi apoiada por 9.500 peças e

22.000 peças atiraram sobre as defesas de Berlim.

Nestas condições, não é para surpreender o lugar cada vez mais importante ocupado pela artilharia nos efetivos de Exército Vermelho: a proporção dos artilheiros em relação ao total passou durante a guerra de 15 a 50 %. Em 14 contavam-se 3 a 4 peças por 1.000 combatentes e em 45, 30 a 32.

No que se refere ao consumo de munições, o Marechal Voronov afirma que durante certas jornadas da última guerra, foi gasta tanta munição como em toda a guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

ARTILHARIA ANTICARRO

Esta artilharia, como a artilharia dita de campanha, não cessou de se desenvolver durante a guerra e da mesma forma que desta última lhe foi exigida grande descentralização para mobilizar os dispositivos de infantaria e emprego em massa para se opor aos ataques alemães.

A ação de 289° R.A.A.C., na batalha de Moscou, mostra o papel primordial por esta artilharia desempenhado em 41, para quebrar os assaltos das Panzers alemães. Isto merece ser narrado em detalhe:

A 10-X-41 este regimento às ordens do Cel. Aliochkine, é posto à disposição da 8ª Divisão (Panfilov) em Volokolomsk e recebe a missão de cobrir um importante nó de comunicações 17 km a SW desta localidade.

O regimento é dividido em dois escalões: 4 baterias em 1º escalão, interdizendo as direções mais perigosas; 2, no interior da posição da infantaria.

Nos dias 19 e 21 de outubro, os alemães executam dois reconhecimentos ofensivos, o 1º, apoiado por 11 carros e o 2º por 17. A fim de não revelar o dispositivo anticarro, apenas duas peças atiram.

A 25-X, o ataque principal é desencadeado. A preparação de artilharia quase nenhum dano causou ao material e as suas guarnições cuidadosamente enterradas e disfarçadas. Sucessivamente, 27 aviões Junkers, mais tarde 40, atacam a

primeira linha e 150 carros partem logo ao ataque. Somente quando eles atingem 400 a 500 metros das posições é que as baterias anticarro do 1º escalão abrem fogo simultaneamente. Em poucos momentos 57 carros são destruídos.

Detidos de frente pelo fogo da infantaria e das peças anticarro, os alemães tentam um ataque de flanco apoiado por 15 carros. Estes são da mesma forma detidos.

A 12-XI, o regimento é novamente empregado em Volokolomsk. Uma única bateria destrói 17 carros. Alguns dias mais tarde é lançado para Solnetchnogorsk a fim de barrar a estrada Leningrad-Moscou. Obrigado a se retrair duas vezes após ter conseguido salvar parte de suas baterias cercadas pelos alemães, ele detém um ataque de carros na direção da capital.

Em suma, na batalha de Moscou, o 289° R. Anticarro tinha destruído 186 carros, 11 viaturas blindadas e 27 peças de artilharia. Recebeu mais tarde o nome de "1º Regimento de Artilharia Anticarro da Guarda".

Um outro regimento anticarro, o 296º, tinha destruído apenas na jornada de 24-XI, 22 carros.

Foi sobretudo devido à artilharia anticarro que os alemães perderam 1.500 carros.

No ano seguinte, diante de Moscou, pela primeira vez é praticada em grande escala a manobra de importantes grupamentos anticarro. Um grupamento móvel de 5 regimentos é lançado para deter 2 DB e 2 DI alemães no momento em que iam atingir o Volga. Durante a batalha defensiva, graças à flexibilidade das unidades anticarro, o comando soviético esteve sempre em condições de realizar, dentro de duas a três horas, barragens eficazes nas direções de ataque dos alemães. Nesta mesma época é que foram organizadas as reservas móveis de artilharia anticarro dentro das divisões, dos corpos de exército e dos exércitos.

Nas operações ofensivas diante de Stalingrad, unidades de artilharia anticarro participaram na preparação e logo depois no acompanhamento dos ataques. No total,

durante a batalha de Stalingrad, os alemães perderam cerca de ... 1.600 carros.

Em 1943, na batalha de Kursk as unidades anticarro reforçadas por artilharia de todo o calibre, quebravam os ataques dos "Tigres" e dos "Ferdinand". Em três dias, as divisões blindadas alemãs perderam 1.500 carros e canhões autopropulsados.

Nas ofensivas ulteriores foi graças às unidades anticarro lançadas rapidamente e muitas vezes com meios de emergência através dos grandes rios, que cabeças de pontes ocupadas de surpresa, puderam ser conservadas e alargadas, apesar dos contra-ataques alemães sempre apoiados por carros.

OS CARROS

A inferioridade dos carros do Exército Vermelho, sobrepujados pelos das divisões blindadas hitlevistas, explica as vitórias do exército alemão durante os primeiros meses da guerra. A partir do outono de 1942, graças à capacidade de produção da indústria, os novos carros soviéticos desempenham um papel cada vez mais importante em todas as operações do Exército Vermelho.

Na batalha de Stalingrad, as ruínas que obstruem as ruas, as crateras abertas pelas bombas da aviação e pela artilharia, se opõem a um emprêgo maciço dos carros. Somente pequenos grupos de 5 a 7 carros podiam apoiar os destacamentos de assalto. Um certo número deles foram empregados apenas como elementos fixos, nas proximidades das organizações de infantaria.

Na batalha defensiva de Kursk em 1943, carros foram empregados isoladamente ou em conjunto nas primeiras linhas, enterrados no solo e cuidadosamente disfarçados, tendo como missão reforçar as defesas anticarro. Um tal emprêgo, era particularmente indicado quando os carros tendo rompido as posições avançadas, tratava-se de ocupar rapidamente uma nova posição, na qual haviam sido preparadas posições para os carros. Durante a ba-

talha de Kursk, a instalação dos carros do General Kotoukov em uma posição intermediária foi de resultados decisivos. O grupamento de carros alemães que havia irrompido em direção de Oboian sofreu tais perdas que a 9 de julho teve de suspender o ataque.

Qualquer que possa ser o interesse por um tal emprêgo de carros, não pode ser considerado senão como excepcional. Para sacrificar, como órgãos de fogo semi-fixos, numerosos carros isolados era preciso que o comando soviético tivesse, como o foi diante de Kursk, uma certeza absoluta sobre a direção de esforço alemão e que sua única preocupação fosse deter, por qualquer preço, os carros e a artilharia autopropulsada inimiga. Tratava-se de quebrar este ataque em posições sucessivas dotadas de todos os meios de fogo imagináveis. Os carros eram considerados nestas condições como uma artilharia anticarro móvel suplementar. Eles eram às vezes enterrados, ficando de fora apenas o canhão e as metralhadoras. As mais das vezes os carros se abrigavam em posições disfarçadas com grande cuidado, nas direções de possíveis ataques. Durante o combate eles se ocupavam momentaneamente para fugirem aos tiros de artilharia adversa. Os melhoramentos realizados permitiam-lhes uma proteção superior e um melhor disfarce sem, entretanto, os privar da mobilidade. A qualquer momento podiam se reagrupar para contra-atacarem ou para ocupar uma outra posição preparada com cuidado.

Mais que um tal emprêgo, foram os contra-ataques com poderosas formações de carros, que detiveram definitivamente a ofensiva alemã contra Kursk. A 8-VII-43 um contra-ataque de carros, lançado sobre o flanco direito do grupamento principal blindado alemão, avançando sobre Oboian, obrigou este a substituir uma centena de carros na direção principal do ataque, onde, entretanto, encarniçados combates estavam sendo travados.

É um contra-ataque maciço de infantaria e carros que quebra definitivamente a 12-VII a ofensiva

alemã sobre a face sul do saliente de Koursk.

Na contra ofensiva sobre Orel e Kharkov, as modalidades de emprego dos carros variam segundo as circunstâncias: durante os metódicos ataques executados para romper as posições alemãs, as unidades de carro agiam em ligação íntima com a infantaria; ao contrário, onde se trata de desembocar rapidamente sobre as retaguardas dos exércitos alemães e cortar suas comunicações, formações importantes de carros são lançadas na frente sem ligação com a infantaria.

E assim continuaram até o fim da guerra. Nas grandes ofensivas de 1944 e 1945, quando o terreno não está fortemente organizado e mantido, os carros desembocam na frente sob a proteção da artilharia; penetram nas posições adversas, amolecendo a infantaria e as guarções das armas anticarro, a infantaria soviética progride em segundo escalão, reduzindo as últimas resistências.

Quando, ao contrário, o terreno está defendido por poderosos obstáculos naturais ou artificiais, como aconteceu no istmo da Carélia, a infantaria desemboca na frente, protegida pelos fogos da artilharia, de carros e da aviação. Quando conquista a primeira linha inimiga, abre passagem nos obstáculos e campos de minas, com o auxílio dos sapadores e os carros avançam sobre as posições inimigas em ligação estreita com a infantaria.

Os carros não cessam de manobrar para atacar de flanco ou de revés os centros de resistências encontrados. Somente quando uma brecha suficiente é aberta, é que os carros retomam a autonomia para passar à exploração de êxito.

De toda esta exposição ressalta que a artilharia e os carros devem possuir na defensiva como na ofensiva uma extrema flexibilidade.

A CAVALARIA

Podia-se pensar que diante do progresso do armamento e sobretudo da arma blindada, a cavalaria desapareceria dos campos de batalha.

Com efeito, na frente ocidental, menor e saturada de meios de fogo de todas as espécies, a cavalaria somente foi empregada pelo 1º Exército Francês e em casos excepcionais durante a penetração na Floresta Negra. Ao contrário, na imensa frente soviética onde vastas florestas e pantanais, fracamente mantidos, eram dificilmente praticáveis aos blindados embora oferecendo excelentes cobertas contra a observação, a cavalaria sobrepôs-se à prova da guerra. Não somente o Exército Vermelho conservou sua cavalaria, porém não cessou de aumentar seu efetivo, que segundo dados soviéticos, contava com 600.000 cavalarianos, número jamais atingido em nenhuma guerra passada. No início, a cavalaria se limitou a mobiliar os sectores secundários entre os grandes eixos de penetração. Porém, a partir de 1942, foi vista engajada por Corpos nas grandes ofensivas. E em particular na primavera de 1944, quando em pleno período de degelo, os carros alemães e soviéticos atolavam-se profundamente na Ucrânia, que a cavalaria avantajou-se aos blindados. A 10 de fevereiro do mesmo ano, os cossacos espaldevavam as colunas alemãs que tentavam forçar o cerco perto de Korsoun-Chevtolenkovski. Em março do mesmo ano, a cavalaria participa no cerco das divisões do 6º Exército alemão em Bereznevatolá. Ai quando tentavam escapar eram metralhados pela cavalaria, perdendo 10.000 mortos e 4.000 prisioneiros.

Ainda neste mesmo ano as D.C. são reunidas às D.B. nas manobras de perseguição. Quando a infantaria, muito lenta, teve que renunciar a seguir os carros, a cavalaria a substituiu na missão de acompanhamento. Ainda mais, quando os carros são detidos sobre os eixos por fortes resistências, a cavalaria as desborda largamente pelas zonas matosas e pantanosas. Sem dúvida, um tal emprego da cavalaria era dificilmente concebível no início da guerra, quando os exércitos alemães dispunham de grande superioridade em carros e em aviões.

Nos comunicados de vitórias em 44 e 45, figuram a cavalaria regular

e os cossacos. Os cossacos do General Pliev, reforçados por elementos blindados, se distinguiram na batalha de Bobruick em junho de 44. Na ruptura da frente alemã, as D.C. ultrapassam a infantaria, desbordam por W. as forças alemãs de Bobruisk e cortam as estradas de Sloutsk e Minsk.

A ENGENHARIA

Os grandes rios da URSS, da Polónia e da Alemanha, quase todos orientados sensivelmente na direcção N-S, representavam para os exércitos alemães e soviéticos papel de grande importância quer se tratasse de transportá-los, quer de utilizá-los, como obstáculo.

Em 1941, as Panzers alemãs tentam as mais das vezes com sucesso transposições por surpresa. Em 1942, por ocasião do avanço sobre Stalingrad, elas são retardadas durante mais de um mês sobre o Don e nunca atravessarão o Volga.

Em 1943-44 o Exército Vermelho deve por sua vez transportar em sentido inverso os mesmos cortes que haviam facilitado a retirada, com as circunstâncias desfavoráveis de que na maior parte dos casos as margens ocidentais dominam as orientais e oferecem por conseguinte aos alemães excelentes possibilidades de observação e de tiro.

Surpreende-nos nestas condições que os alemães não tenham atinado a deter por mais tempo em tais obstáculos a progressão do Exército Vermelho. É preciso ver a razão por um lado na grandeza da frente que não só permitia organizar uma defesa séria, porém impedia de exercer uma vigilância eficaz. Pela mesma razão a transposição por surpresa torna-se possível. Entretanto, por ocasião das rupturas de 43 a 45, as forças móveis, deixando as unidades do 2º escalão o cuidado de liquidar os centros de resistência desbordados, lançavam-se para a próxima linha d'água desde que o caminho estivesse livre. As mais das vezes necessitaram estabelecer cabeças de ponte na margem oposta, dotando-as imediatamente de meios de fogo suficientes para deter os contra-ataques dos blindados alemães.

As tropas soviéticas de todas as armas eram treinadas a não esperar a chegada de equipagens de engenharia, para lançar nestas cabeças de ponte, por todos os meios possíveis, barcos, jangadas, unidades de infantaria e armas anticarro. A artilharia ocupava posições no lado amigo para concentrar seus fogos na frente da cabeça de ponte. A engenharia intervinha para permitir a passagem de carros e de artilharia autopropulsada no menor tempo. Os sucessos alcançados provam que ela soube desempenhar esta missão, mesmo sob o fogo da artilharia inimiga.

Por outro lado, a extensão das frentes e a profundidade dos movimentos em um país pobre de estradas, a manutenção e o restabelecimento das comunicações e muitas vezes a construção de novas estradas, adquiria mais que em todos os outros teatros importância primordial.

A fim de liberar o mais rapidamente possível as tropas de engenharia chamadas a executar trabalhos de urgência, a tarefa de restabelecer definitivamente as comunicações atrás dos exércitos foi confiada às tropas ferroviárias e rodoviárias às ordens do Comandante da Retaguarda que dispõe de enormes meios em material e pessoal.

Esta organização permitia às unidades de engenharia cooperarem no ataque às frentes fortificadas. Entretanto, a fim de evitar uma excessiva dispersão de meios, era admitido que a engenharia:

- 1º) efetuasse unicamente os trabalhos de caráter técnico;
- 2º) fôsse empregada sempre que possível por elementos constituídos e sob as ordens de oficiais de engenharia.

Em consequência, os sapadores dos Grupos de Exércitos, Exércitos e Corpos de Exército, só deviam ser entregues às unidades de infantaria em caso de extrema necessidade e por tempo estritamente limitado.

Os sapadores de Exército momentaneamente empregados em reforço aos divisionários e excepcionalmente aos regimentais, par-

tipam nas operações de ruptura, as são em seguida recuperados. Infantaria devia em princípio atuar sem o auxílio dos sapadores, trabalhos como de levantamento de minas, abertura de passagens para artilharia e carros pelas posições organizadas. Notemos o emprego especial da engenharia durante as ofensivas de 44-45, nas "obras de minas": durante a progressão, formações de engenharia transportadas em caminhões, conduzindo minas anticarro, se deslocavam com as unidades de artilharia anticarro para cobrirem os flancos descobertos contra ataques blindados. Colocavam campos de minas nas direções perigosas, os quais eram retirados passado o pe-

rigo, a fim de serem estabelecidos mais à frente.

Na defensiva, "destacamentos móveis de barragens" desempenhavam papel análogo no interior das posições para proteger um flanco ou deter um contra-ataque.

Apesar da amplitude das tarefas que lhes eram confiadas, as tropas de engenharia soviéticas não eram dotadas no início da guerra de material moderno e não parece que tenham merecido a atenção da indústria soviética como mereceram a artilharia, os carros e a aviação. Não é surpresa por conseguinte que o "lend-lease" tenha-lhes fornecido material americano de grande rendimento e sobretudo engenhos destinados ao restabelecimento rápido das estradas de rodagem e de ferro.

"Todo Chefe que não alcançar o objetivo que lhe fôr destinado e não tiver sido morto ou gravemente ferido, não terá cumprido integralmente seu dever". (Gen. Patton).

A E.I.E. EM QUADRINHOS...



MOVIMENTOS RETRÓGRADOS FACE AO NOVO FM 100-5 NORTE-AMERICANO

Major W. F. BOUÇAS

RETRAIMENTO NOTURNO

690.1 Um retraimento noturno bem sucedido depende primordialmente da dissimulação e do segredo. Limitações impostas pela escuridão sobre as operações aéreas e terrestres são amplamente exploradas. Máxima vantagem é tirada de medidas de dissimulação baseadas na manutenção das atividades normais, incluindo patrulhamento agressivo.

691. a. O retraimento da maior parte das forças empenhadas começa pouco depois de cair a noite (apenas nova redação). Pequenos elementos das forças empenhadas são deixados em posição, em imediato contacto com o inimigo (abolui-se: ... elementos tirados das tropas mais próximas do inimigo). Esses destacamentos procuram disfarçar o retraimento, simulando atividade normal de uma posição completamente guarnecida, atirando de posições diversas, executando reconhecimentos com patrulhas de combate, empregando artifícios pirotécnicos e fazendo uso normal do rádio.

b. Uma parte da artilharia de campanha permanece em posição, a fim de apoiar os elementos ainda em contacto (óbviamente, eliminou-se a expressão: A noite uma parte...). Ela aumenta sua atividade para iludir o inimigo quanto à quantidade de artilharia de campanha em ação. A artilharia deve assegurar o contínuo apoio dos elementos que se retraem (em subs-

tituição a: *apoiar os elementos de contacto no seu desaferramento*). (Eliminou-se o período seguinte que rezava: Bem suprida de munição e protegida em todas as direções, esta artilharia se sacrifica se necessário para assegurar o retraimento dos elementos apoiados). O restante da artilharia é retirado para nova posição constituída à retaguarda, atribuindo-se prioridade no deslocamento para o material de maior calibre. (Trata-se, como se vê, do antigo § 695, para aqui transposto com as alterações assinaladas).

691.1 A noite, o retraimento das unidades de primeiro escalão deve ser executado em uma larga frente. De início, as tropas retraem-se diretamente para a retaguarda e, em seguida, deslocam-se para as áreas de reunião previamente designadas; nessas áreas, as pequenas unidades são reconstituídas e continuam em seu movimento de conformidade com o plano de retraimento coordenado (substituiu a forma anterior: e se fazem preparativos para o movimento retrógrado seguinte e para reunião em unidades maiores). (Trata-se do antigo 694, para aqui também transposto, com essas alterações, apresentando um novo subparágrafo que se vê a seguir).

b. Durante o período da noite, o retraimento da força apresenta-se vulnerável aos ataques inimigos. As unidades que se retraem proporcionam adequada segurança para proteção de suas próprias co-

lunas. Fortes medidas de segurança são tomadas para proporcionar a defesa dos pontos críticos, tais como, centros rodoviários e áreas de reunião e embarque da tropa. Proteção anticarro, contra ataques inopinados utilizando vias de acesso favoráveis a ataques noturnos, torna-se essencial. As tropas encarregadas de tais medidas devem estar em posição antes do anoitecer. Todo o cuidado deve ser tomado durante tais movimentos, a fim de ser mantido o segredo.

692. a. Em vista da larga frente em que devem operar os elementos de contacto, não poderão eles ter, ordinariamente, um comando único, face à dificuldade de eficiente controle. O comando superior, por essa razão, coordena a ação dos elementos que mantêm os vários setores (não pontos — impropriedade de tradução) e proporciona apoio de artilharia. Essa coordenação inclui instruções abrangendo o momento do retraimento e a conduta a manter em caso de ataque inimigo (nova redação substituindo: fixa o momento de retraimento e prescreve a conduta em caso de ataque inimigo).

b. Os destacamentos deixados em contacto com o inimigo podem ter seus retraimentos realizados a uma determinada hora ou mediantemente ordem. As transmissões existentes são utilizadas para assegurar as melhores comunicações possíveis com os elementos dispersos da força de cobertura, dentro das limitações impostas pela segurança. Sempre que possível, aos elementos a pé desses destacamentos (eliminou-se a expressão: para seu movimento retrógrado) deve-se assegurar transporte motorizado, especialmente quando a distância que os separa de suas unidades for grande (substituiu a anterior: for grande a distância da marcha a realizar).

693. Além dos destacamentos deixados na posição avançada, o comando superior proporciona uma força de cobertura (postos avançados) para a posição de retaguarda sobre a qual o retraimento é reali-

zado (substituiu a forma antiga: Quer se organize uma nova posição de defesa à retaguarda, quer se estabeleça apenas uma zona de reunião para movimento retrógrado ulterior, o comandante deverá estabelecer uma cobertura à sua frente). As missões dessa força incluem a cobertura do retraimento (e não como constava: A missão dessa cobertura é cobrir o retraimento) dos destacamentos deixados em contacto direto com o inimigo e o da artilharia que os apoia. Tem ela a missão ulterior de cobrir a reunião da totalidade da força (e não grosso) para subsequente movimento retrógrado ou de servir, inicialmente, como pósto avançado, caso a posição de retaguarda deva ser defendida.

694. (Como já assinalámos, foi este ABOLIDO, transferindo-se-o para o 691.1 acima).

695. (Idem, idem, transferindo-se-o para o 691. b).

696. Totalmente ABOLIDO e que rezava: Durante o retraimento, a artilharia anti-aérea assegura a proteção das zonas de reunião e dos pontos sensíveis ao longo dos itinerários de retraimento.

697. Também ABOLIDO e dizia: A cavalaria protege os elementos que se retraem, por meio do reconhecimento, da cobertura dos flancos e da ação retardadora.

698. ABOLIDO e rezava: Durante toda a operação, executa-se contínuo reconhecimento, a fim de facilitar o emprêgo de unidades anticarro e para proteger, contra os ataques mecanizados, as tropas que se retraem.

699. Também ABOLIDO: Os carros de combate são empregados nos retraimentos durante o dia, particularmente, nos contra-ataques, a fim de auxiliar a tropa romper o contacto; geralmente não são usados nos retraimentos noturnos.

700. ABOLIDO: Os agentes químicos persistentes são empregados para impedir ou tornar difícil a utilização de prováveis vias de acesso do inimigo. A fumaça pode ser útil para cobrir o retraimento, durante o dia, em terreno exposto ao fogo adversário.

701. ABOLIDO: Em cumprimento à sua missão principal de lançar campos de minas, estabelecer obstruções de itinerários e realizar destruições, a engenharia reconhece, repara e baliza as estradas. Em determinadas situações, reconhece e baliza posições à retaguarda e fornece os guias necessários. Auxilia também o movimento das unidades de artilharia mecanizadas e outras; destrói o material que vai ser abandonado; atua como parte da cobertura e constitui uma reserva de emergência. A polícia do exército fornece guias para auxiliar o movimento retrógrado e efetuar o controle do tráfego.

701.1 NOVO: Ordens para o retraimento noturno incluem, em via de regra, as mesmas prescrições das do diurno (parág. 689). O uso de rotas, em vez de zonas, à retaguarda das áreas de reunião da tropa, é mais freqüente, o que torna, pois mais importante a coordenação dos movimentos sobre as estradas.

RETIRADA

702. Retirada é o movimento retrógrado pelo qual uma força procura evitar um combate decisivo, face à situação existente, afastando-se do inimigo. (Substituiu a forma anterior: reconquistar sua liberdade de ação. Executa-se segundo um plano definido que tem por finalidade evitar um combate decisivo, em face da situação existente). A retirada pode ser realizada em uma ou várias fases, dependendo da distância que houver de ser percorrida. Uma retirada pode ser empreendida seguindo-se a um retraimento ou quando se não estiver em contacto no momento com o inimigo. Quando um retraimento preceder à retirada, esta só começará depois que o grosso das tropas tenha rompido o contacto com o inimigo e quando as colunas de marcha estiverem formadas. (Sobre forças de cobertura, ver Cap. 7 — Segurança).

703. ABOLIDO e rezava: Sem ordem da autoridade competente, a decisão de retirada somente se justifica quando, esgotadas todas as possibilidades de cumprir a missão,

fôr de prever que a continuação do combate levará a excessivas perdas ou à derrota decisiva. Nenhum comandante tem autoridade para ordenar a retirada por iniciativa própria, simplesmente em virtude de insucessos locais ou reveses sofridos por unidades vizinhas.

704. a. Nas retiradas que se seguem a retraimento, as considerações mais importantes para o comando são: ganhar espaço, interpor obstáculos e elementos de segurança entre o grosso de sua tropa e o inimigo, assim como, recuperar sua liberdade de ação. Assim que se distancie do inimigo, as pequenas colunas podem ser reagrupadas em grandes colunas. Marchas forçadas poderão tornar-se necessárias antes desse reagrupamento (constante do 707 ABOLIDO).

b. Os trens são rapidamente postos em marcha, sob escolta, se necessário, conduzidos para a retaguarda com destino a uma área de estacionamento. Durante sua retirada, estabelecem, ao longo do caminho, depósitos provisórios de munição, de ração, combustíveis e outros suprimentos, a fim de atender às necessidades das tropas que se retiram. É estabelecida proteção antiaérea (artilharia) nos desfila-deiros importantes do itinerário de retirada. Logo que as unidades alcancem as áreas de reunião, agrupam-se em pequenas colunas e movimentam-se para a retaguarda. (Ainda que o FM 100-5 haja colocado na letra a, acima, ("in-fine"), aquele novo conceito, positivamente seu verdadeiro lugar deveria ser aqui).

705. As formações de marcha de estrada só são, geralmente, tomadas, depois de transposta a zona de fogo eficaz da artilharia leve inimiga. Tais formações variam de acordo com o terreno, visibilidade, intensidade do fogo, atividade da aviação de combate inimiga e imposições de ordem tática para controle e rapidez do movimento. (A vírgula, depois de tática, estava demais).

706. Durante a fase inicial da retirada, partindo de uma situação de contacto (e não retraimento,

ainda que no fim seja a mesma coisa), a Divisão, em via de regra, designa itinerários exclusivos (e não especiais, visto se me parecer melhor tê-lo) para os trens, artilharia e outras tropas auxiliares, assim como, especifica quando os mesmos deverão ser liberados para o deslocamento de outros elementos ainda em ação. (Foi ABOLIDO o trecho final que dizia: *Uma zona de ação é, geralmente, atribuída a cada unidade de combate de valor comparável ao regimento de infantaria*).

707. ABOLIDO, estando sua maior parte incluída no parág. 704 acima, havendo-se eliminado, realmente, a expressão: ...*(marchas forçadas) de dia ou à noite, bem como em medidas eficientes de segurança para proteger as caudas das colunas e os flancos e para retardar o inimigo*.

708. (Trata-se do 709 do nosso C-100-5, que teve sua posição trocada com o 708). A formação e o número de colunas a ser empregada durante a retirada depende principalmente do número de itinerários disponíveis e da interferência que possa exercer o inimigo. Em via de regra, torna-se preferível deslocar, simultaneamente e justapostos, os principais elementos (e não maiores frações — a primeira, impropriedade de tradução) de uma força desenvolvida. Contudo, a ameaça a um dos flancos poderá tornar necessário, manterem posição um elemento, até que os demais tenham seu movimento bem encaminhado. Uma rede de estradas pouco densa, ou desfiladeiros na zona do movimento, pode obrigar o deslocamento dos elementos sucessivamente. A adoção de um dispositivo escalonado será conveniente, sempre que, durante uma retirada, um flanco esteja ameaçado.

709. (Como vimos, trata-se do nosso 708). A escolha da região (e não objetivo, pois, refere-se o manual a "terrain objective") em direção a qual se realizará a retirada, depende da missão da tropa e da finalidade do movimento retrógrado. Essa região deve favorecer a futura ação da tropa. Os

fatores que influem nessa escolha são: o valor atual e potencial do inimigo; os reforços que se possam tornar disponíveis; o tempo que o inimigo possa levar para alcançar pontos importantes sobre os itinerários de retirada; e, as facilidades que o terreno e as condições climáticas possam oferecer aos movimentos inimigos e (e não ou) prejudicar os das tropas amigas. (Demos outra redação a este parágrafo).

710. A ordem de retirada, de uma tropa de efetivo inferior a divisão, fixa, geralmente, a hora em que cada unidade subordinada deve iniciar seu movimento; para as grandes unidades, seu comandante fixa, normalmente, a hora em que o grosso (e não unidades subordinadas mais importantes) deve passar pelo ponto ou linha inicial, e, quando for conveniente, a hora em que determinadas linhas ou áreas de reunião (visto se nos parecer estar mais concorde com o "areas" do inglês), devam ser desembarçadas (eliminou-se. Ver C-101-5). (Ainda que não haja sido introduzida grande modificação neste parágrafo, oferecemo-lo sob outra redação).

711. É da mais alta importância, desembarçar e manter livres os itinerários de marcha para as tropas amigas. Assim como, organizar uma zona de obstáculos eficaz, a fim de retardar o avanço inimigo (e não, os elementos de perseguição do inimigo). A engenharia é enviada com antecedência para a retaguarda, a fim de reconhecer e melhorar as estradas de retirada, reparar pontes e preparar obstáculos e destruições a serem executadas (e não, que convém ser) pela força de retaguarda. Informações sobre a localização dos obstáculos e a natureza das destruições e contaminações preparadas devem ser fornecidas às tropas que se retiram. Medidas são tomadas para evitar que tais obstáculos, destruições e contaminações ponham em perigo nossas próprias tropas e para que sua execução seja levada a efeito no momento oportuno. Tropas químicas,

equipadas com agentes (e não minas) químicos, podem ser postas à disposição da engenharia, para a contaminação de obstáculos e execução de destruições. Destacamentos de engenharia apropriados são postos à disposição das retaguardas e flancoguardas a fim de cooperarem no retardamento do inimigo. Alguns elementos de engenharia podem ser empregados, em certas situações, para reconhecer e balizar as posições defensivas da retaguarda. (De alguma forma, constava do § 701, ABOLIDO, como vimos, ainda que na parte referente ao retraimento diurno).

712. O tráfego é regulado nos pontos sensíveis, a fim de evitar o congestionamento, especialmente, em localidades, pontes e outros locais de difícil passagem. Forte proteção antiaérea e anticarro deve ser estabelecida em tais pontos sensíveis, até que por eles passe o grosso da tropa.

713. As forças (e não elementos) de segurança proporciona-se adequado (e não suficiente) apoio de artilharia na execução de suas missões. O restante da artilharia é disposto de forma a melhor poder agir (eliminou-se a expressão: disposto nas colunas em retirada) em proveito do grosso ou apoiar as forças (e não elementos) de segurança.

714. A artilharia antiaérea é disposta de maneira que possa proteger os pontos mais vitais dos itinerários das colunas que se retiram. A medida que prossegue a retirada, essa artilharia é rapidamente deslocada por lances, de área em área, (e não zona), para o que normalmente, terá prioridade nas estradas.

715. Durante a retirada, forças móveis (e não cavalaria) são empregadas em missões de segurança, podendo, frequentemente, constituir as retaguardas ou flancoguardas, ou serem postas à disposição de tais elementos. O reconhecimento, particularmente objetivando obter informes sobre movimentos inimigos dirigidos contra os flancos, torna-se importante e deve, normalmente, ser atribuído às unidades de reconhecimento do corpo ou divisão,

unidades blindadas e aviação de reconhecimento e leve (e não: cavalaria ou ao elemento de segurança que a possuir).

716. ABOLIDO. Rezava: A aviação de reconhecimento deve conservar sob observação qualquer força inimiga que possa interferir na retirada, especialmente, nos flancos.

717. ABOLIDO, de vez que, de um modo geral, seu conteúdo foi transferido para o § 711 "in-fine", motivo por que deixamos de transcrever.

718. Uma retirada geralmente oferece oportunidade para o emprego de agentes químicos de todos os tipos. A fumaça poderá auxiliar os elementos de segurança a ocultar seus movimentos durante os retraimentos sucessivos.

719. Nas ordens de retirada, os atuais postos de comando e os que serão a seguir ocupados, devem ser especificados. Os eixos de transmissão serão indicados até onde possam ser previstos.

720. A segurança deve ser garantida em todas as direções. Em uma retirada de pequena amplitude, que possa ser realizada em uma noite, a força de cobertura para o movimento é suficiente para lhe dar proteção. (Eliminou-se: Ver § 695). Se o movimento tiver de prosseguir após o amanhecer, uma retaguarda deve (Eliminou-se: normalmente) constituir, a fim de proteger a marcha do grosso. Proteção pela aviação de combate pode tornar-se decisiva durante o movimento diurno. Inicialmente, essa retaguarda compreende as tropas que protegiam a reunião do grosso, reforçadas por elementos de outras armas, de acordo com as exigências da situação.

721. A missão da retaguarda é proteger o grosso contra a surpresa, inquietação e ataques do inimigo. Isso demanda que as operações da retaguarda possibilitem o grosso de evitar a batalha e recuperar a liberdade de ação para o comandante da força. (Substituiu a forma anterior: Um cumprimento fiel desta missão habilita o grosso a evitar o combate e proporciona ao coman-

dante a reconquista da liberdade de ação). (Eliminou-se o conceito final desse parágrafo: Quando fôr necessário a segurança do grosso, a retaguarda se sacrifica no cumprimento de sua missão, introduzindo-se o que se segue. O valor e composição da retaguarda deve ser tal que permita a execução de sua missão sem a intervenção do grosso.

722. a. Uma retaguarda cobrindo a retirada de uma força de todas as armas consiste de uma força móvel fortemente dotada de meios defensivos (substituiu a forma anterior: que protege a retirada de uma força de todas as armas, compreende principalmente infantaria fortemente dotada de armas automáticas e apoiada pela artilharia. Unidades de várias (e não outras) armas são incluídas de acordo com as exigências da situação. (Eliminou-se: ... armas, tais como armas anticarro, unidades mecanizadas, tropas de transmissões, químicas e de engenharia e outras... acrescentando-se o período que se segue). Uma retaguarda geralmente é forte em infantaria, blindados e engenharia.

b. A aptidão das unidades de cavalaria blindada (e não cavalaria) para realizar ações retardadoras, tornam-nas importantes elementos da retaguarda. Desde que o grosso se tenha distanciado suficientemente do inimigo, essas unidades podem constituir o principal elemento da retaguarda.

723. O dispositivo e a conduta da retaguarda são função da situação, à qual se adaptam. O movimento para retaguarda é feito por lance, de acordo com a progressão do grosso e limite de tempo estabelecido pelo comando superior para manter determinadas linhas do terreno. A distância entre a retaguarda e o grosso, pois, é fixada concordantemente. Deve-se prever atrasos no movimento do grosso.

724. a. Quando em contacto com o inimigo, a retaguarda distribui suas forças em pequenos grupos (e não frações — mera questão de tradução) em uma ampla frente, abrindo fogo desde longa distância, com sua artilharia e outras armas

de apoio, a fim de forçar o inimigo a se desenvolver, e, conseqüentemente, retardando-lhe o avanço. (Apenas demos outra forma). A menos que a segurança do grosso exija uma resistência obstinada, a retaguarda, tanto quanto possível, evita o combate à curta distância, retraindo-se sucessivamente, de posição em posição, à medida que o inimigo se aproxima.

b. As posições sucessivas da retaguarda são escolhidas a tal distância uma da outra que obriguem o inimigo a renovar seus preparativos para o ataque a cada uma delas, bem como, reduzam ao mínimo as mudanças de posição de sua artilharia. Uma posição de retaguarda deve facilitar o retraimento, possibilitando itinerários desenhados.

725. Quando o inimigo realiza uma perseguição cerrada, maior deve ser a resistência oferecida. Aproveitam-se as oportunidades favoráveis para golpear os elementos de perseguição demasiadamente afoitos, mediante contra-ataques. (Mera questão de forma). O ataque, contra os flancos de colunas que realizam uma perseguição, levado a efeito por tropas blindadas (eliminou-se: ou cavalaria), representa um meio eficaz de desorganizar essa operação inimiga. (Demos apenas outra forma). A ocasião mais favorável para se oferecer determinada resistência (e não, obstinada — impropriedade de tradução), apresenta-se durante as últimas horas do dia, a fim de permitir o retraimento da retaguarda a coberto da escuridão.

726. Sempre que a distância a que se encontre o inimigo o permitir, a retaguarda retira-se em formação de marcha. Seu escalonamento corresponde, em geral, ao de uma vanguarda, mas, em ordem inversa compreendendo a reserva, o escalão de combate e sua cavalaria blindada ou elementos motorizados. O escalão de combate destaca o escalão de reconhecimento e as patrulhas de flanco que se tornarem necessárias. Em conseqüência do sentido (não direcção — questão de tradução apenas) da marcha, o reconhecimento da infantaria, du-

rante a retirada, é muito mais res-
trito (não limitado — também ques-
tão de tradução) do que no caso da
vanguarda; deve-se, portanto, con-
fiar sua execução, à cavalaria blin-
dada (eliminada a expressão —
principalmente, não constante das
duas versões), outros elementos (e
não unidades mecanizadas) e a
aviação de reconhecimento. Tro-
pas móveis devem, em particular,
observar e anular as tentativas do
inimigo para ultrapassar os flancos
da retaguarda.

727. Vanguardas, compostas de
tropas móveis, incluindo elementos
blindados e de engenharia (e não,
reforçadas por elementos anticarro
e de...), são normalmente empre-
gadas, não somente para fazer face
a forças inimigas altamente móveis,
mas, também, para desimpedir as
estradas de marcha, assegurar o
movimento ininterrupto do grosso
e regular o tráfego de civis e refu-
giados. Para esta última finali-
dade, elementos de polícia do exér-
cito são postos à sua disposição.

728. A segurança dos flancos é
de particular importância durante
uma retirada. Quando houver pe-
rigo de possível manobra de cerco,
durante a perseguição inimiga,
flancoguardas, constituídas de tro-
pas móveis, com engenharia, uni-
dades anticarro e químicas postas
à disposição, são destacadas para
proteger o flanco exposto. Se o
inimigo é forte em forças blin-
dadas e aéreas, especial atenção
deve ser dada à segurança anti-
aérea e anticarro dos itinerários de

retirada (e não como constava: à
segurança dos itinerários de reti-
rada) e à área (eliminou-se: ou
posição) para onde as tropas se re-
tiram. (Eliminou-se, outrossim, a
parte final desse parágrafo e que
rezava: Em tais condições, será
normalmente necessário o emprego
de tropas diferentes das que se re-
tiram, para ocupar e organizar a
posição de retaguarda antes que
esta seja alcançada pelas forças re-
tirantes. Sempre que as condições
o permitirem, a nova posição é or-
ganizada atrás de fortes obstáculos
naturais.

AÇÃO RETARDADORA

Consoante já deixamos expresso
anteriormente, o novo Manual nor-
te-americano de Operações houve
por bem transferir esta parte para
o Capítulo — Defensiva, em razão
das características dessa operação.

Chegamos, pois, assim, ao fim de
mais um trabalho comparativo en-
tre o novo Manual norte-ameri-
cano de 1949 e o nosso C-100-5,
calcado no saído em fins da guerra
passada, isto é, 1944.

A razão de havermos apresen-
tado os dois trabalhos — este e o
de Transposição de Curso d'água,
reside, unicamente, no fato de tér-
mos tido de proceder a tal estudo,
quando, preparamos dois artigos
editados pela Military Review.

Esperamos, pois que algo de pro-
veitoso possa ser realizado à base
desses dois trabalhos.

REVISTA DAS REVISTAS

Revue Militaire D'Information, n. 166 — 1951 — Paris

**QUELQUES LUEURS SUR UN TEXTE NOUVEAUX, A PROPOS
DU COMBAT GROUP ET DE LA SECTION**

Gen. CURNIER

Só pelo alto prestígio do articulista recomendar-se-ia a leitura do
texto ora comentado, pois o Gen. Curnier, sendo o Inspetor de Infantaria
do Exército francês, foi também instrutor de renomado jaez e conserva
expondo-a em constantes trabalhos, sua fibra de infante, arma em que
forjou as brilhantes estrelas do generalato.

Historia o grupo de combate, coisa aliás já muitas vezes feita por tantos outros autores, mas o articulista o faz com tal objetividade e precisão, visando o aspecto moderno do combate, que inegavelmente sói apresentar novidade a qualquer estudioso.

Salienta em seguida os erros atuais de instrução e, principalmente, o arraigado hábito de subestimar o valor das palavras em oposição ao exame dos fatos no irrecorrível do seu materialismo à força dos quais admite mutações no conjunto de homens e prescreve-a com posição fixa do "grupo" que prefere chamar "au combat".

Então a antiga célula do combate passa à desfrutar formações temporárias adaptadas às necessidades específicas do momento das quais uma das mais ponderáveis, seria a própria personalidade do Chefe respectivo que, de posse da missão, passaria em reunir em torno de si é sob suas ordens vários homens combatendo em comum para levar a bom termo u'a ação determinada.

No estudo do Pelotão de Fz. (Section F.V.), onde já deve existir uma organização quantitativa fixa, há algumas novidades a assinalar, pois sendo o "menor elemento capaz de manobrar" deve receber constituição interna essencialmente variável, capaz de materializar as verdadeiras possibilidades de movimento, aliadas à potência de fogo. O seu Comandante deve poder constituir 2 ou 3 grupos com preponderância de fogo e pelo menos um elemento de manobra, tal como antigamente, quando o G.C. comportava a esquadra de tiro e a de volteadores.

Surgem então as repercussões sobre a instrução, desde a do Tenente Comandante à do mais simples soldado.

Do Tenente se exigirá maior iniciativa e rapidez de decisões pois a técnica do emprêgo de sua unidade passará a ser mais flexível e sobretudo muito variada. Os homens passarão todos pelos AA e pelos Morteiros, serão capazes de manejar a Metralhadora leve, e os lança-rojões A.C., procurar-se-á atingir o virtuosismo tanto no tiro de Fz. como no de submetralhadora, e, por fim, todos os combatentes saberão fazer uso eficiente das granadas.

Banidos os esquemas e as formações de combate pré-estabelecidas, cada homem irá por onde fôr solicitado, por força das circunstâncias, a disciplina cairá, embora se redobrem esforços para manter bem alto o valor moral de cada combatente e, portanto, da coletividade.

Em conclusão termina o Gen. Curnier. "É preciso que os quadros de Infantaria francesa se convençam de que os dispositivos "Onibus" e as manobras de certo modo pouco rígidas a que estavam acostumados desde a 1ª Grande Guerra, estão hoje em dia completamente caducas; querer persistir neles, será arriscar-se a enfrentar um Exército adversário equipado e instruído à moderna, na mesma situação em que se encontravam os austríacos diante das Divisões aguerridas de Bonaparte na campanha d'Itália, em 1796."

Revista da Cavalaria — Lisboa — Janeiro de 1951

O número de janeiro desta excelente revista do exército português contém duas publicações que demonstram o especial apreço que nos dispensam os cavalarianos lusos.

Uma é a interessante reportagem do Major Correia Barreto sobre o Concurso Hípico Internacional do Rio de Janeiro, realizado com grande brilhantismo no ano próximo passado.

Outra é a transcrição de uma tradução do Capitão Acaia, publicada na "A Defesa Nacional" de março de 1949, sobre "O adestramento do cavalo novo, segundo os métodos usados na Escola de Cavalaria de Hannover".

EXAME DE SITUAÇÃO DO CAPITÃO E DO TENENTE

Cap. CARLOS DE MEIRA MATOS, Instrutor-
Chefe de Infantaria, da Escola Militar de
Resende

I — CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O MÉTODO DE RACIOCÍNIO

Na tática, como em qualquer outro ramo do saber humano, é indispensável a metodização do raciocínio para se alcançar o fim que se tem em mira.

O método, no estudo das ciências e das artes, é uma conquista da civilização a que nenhum estudioso de nossa geração será lícito desprezar.

Em todas as épocas e em todos os países onde chegou o bafejo civilizador, surgiram espíritos estudiosos, principalmente pedagogos, que para transmitir o saber utilizaram um método de raciocínio.

Somente no século XVII, entretanto, apareceu a obra admirável de Descartes "LE DISCOURS de la METHODE", que suplantou a tudo quanto sobre este assunto havia sido escrito anteriormente.

Tão célebre se tornou essa obra que, cedo se universalizou, transformando-se num paradigma seguido pelos cientistas de renome do mundo inteiro, na exposição de suas idéias e execução de seus trabalhos.

Podemos resumir em quatro os princípios fundamentais contidos em "LE DISCOURS de la METHODE":

- 1) *Só se aceitar como verdade aquilo que se apresentar clara e distintamente ao nosso espírito como verdade, precavendo-se assim contra os fúteis precipitados e as prevenções.*
- 2) *Dividir as dificuldades, agrupando as de mesma natureza e estudando-as parceladamente.*

- 3) *Ordenar os pensamentos, partindo dos mais simples e fáceis, subindo por degraus até a compreensão dos mais complexos.*
- 4) *Depois de cada estudo ou fase de estudo, fazer uma síntese retrospectiva, a fim de se assegurar de que nada foi esquecido.*

Baseados nesse espírito cartesiano é que vamos estabelecer o método de raciocínio tático que deve seguir o Cmt. da Companhia e do Pelotão, ao fazer o seu exame de situação.

II — EXAME DE SITUAÇÃO — CAPITÃO E DO TENENTE

Recebida a ordem do escalão superior o Cmt. da Cia. ou Pelotão inicia, imediatamente, o seu Exame de Situação.

Este comportará as fases que vão abaixo discriminadas.

A) AMBIENTAÇÃO

- 1) *Leitura da ordem recebida.*

Se se tratar de uma ordem escrita deverá lê-la munido de um lápis bicolor, sublinhando em azul, toda a informação sobre o inimigo que lhe interesse gravar na memória, e em vermelho os verbos que caracterizam as ações que lhe estão impostas pela missão recebida assim como outros detalhes de execução, horários, locais de P.C., zonas de reunião, etc. Caso a ordem lhe seja transmitida verbalmente, no terreno o Cmt. da Cia. ou Pelotão, deverá copiar em sua caderneta

a missão completa, e os detalhes de execução mais importantes.

DE QUE SE TRATA?

- 2) Terminada essa leitura da ordem, para se certificar de que a compreendeu perfeitamente e para bem objetivar o que lhe cumpre executar, ele fará a si mesmo, a conhecida pergunta **DE QUE SE TRATA?**

Responderá objetivamente sintetizando o que lhe cumpre realizar.

Exemplos:

- Trata-se de atacar partindo do ponto X e conquistar o ponto Y.
- Trata-se de defender a região compreendida entre os pontos X e Y.
- Trata-se de cobrir a marcha de uma coluna que se deslocará pela estrada tal.

Finda sua ambientação, iniciará o estudo dos fatores da decisão.

B) ANÁLISE DOS FATORES DA DECISÃO

Os fatores da decisão,

- missão,
- terreno,
- inimigo e
- meios,

devem ser analisados sucessivamente, obedecendo-se à ordem acima por ser a mais natural e lógica.

Isto não quer dizer que deva haver rigidez na sequência dessa análise. Nem pode haver, porque os fatores da decisão se entrosam e reagem um sobre o outro. Por exemplo, quem analisa a missão tem que ter presente o inimigo que procurará impedir que nós a cumpramos, o terreno que imporá limitações à nossa ação e na do inimigo e os meios que subordinarão nossa iniciativa aos recursos que realmente possuímos. Prescreve-se

uma sequência, uma ordem, para a análise dos fatores da decisão, a fim de que o Cmt. da Unidade a quem cabe executar a manobra, fixe o seu espírito em cada um dos elementos essenciais que lhe irão permitir tomar uma decisão acertada.

Podemos afirmar que dos quatro fatores da decisão o mais importante é a missão.

Dizem os velhos da guerra "a missão é a estrela guia do tático". Na análise da missão o Cmt. da Unidade considerada em primeiro lugar, procurará se certificar de que a compreendeu perfeitamente. Ele, quando leu a ordem do escalão superior, sublinhou com lápis vermelho os verbos que caracterizam as ações a realizar ou atitudes a tomar. Essa simples decomposição põe em destaque quais as ações simultâneas e quais as sucessivas. Marca os tempos da manobra.

A análise do inimigo visará levantar-lhe as possibilidades levando-se em conta os meios de que ele dispõe para contrariar a nossa missão, e o seu dispositivo no terreno.

A análise do terreno deve ser objetiva, encarando as limitações e facilidades que ele imporá ao inimigo e à manobra que nos foi ordenada.

A análise dos meios terá em mira avaliar as possibilidades do emprego do efetivo e armamento de que dispomos para o cumprimento da missão recebida.

D) DECISÃO

Terminado o estudo dos fatores da decisão o Cmt. da Unidade terá diante de si, duas ou mais soluções possíveis, optará por uma delas.

Deverá sempre escolher uma solução simples, clara, lógica e coerente.

O tático não se deve preocupar com a melhor decisão.

Mais vale uma boa decisão tomada com oportunidade do que uma ótima decisão tardiamente.

Esta decisão, caso lhe seja pedida pelo Cmt. da Unidade Superior, ele

deverá expressar de modo, sintético, da seguinte forma :

- 1) *Possibilidades do inimigo*
O inimigo pode.....
- 2) *Idéia de manobra* (um resumo do que pretende fazer).
- 3) *Dispositivo*
- 4) *Condições de execução* (se for o caso).

A decisão, para o escalão subordinado, deverá se expressar em ordem que no caso do Cmt. da Cla., mesmo que seja verbal, deverá, posteriormente, ser confirmada por escrito. A ordem do Cmt. de Pel. normalmente é verbal.

E) ORDEM DE OPERAÇÕES

Será dada, nos pequenos escalões de Infantaria, seguindo-se o Memento contido no quadro da página seguinte.

A E.I.E. EM QUADRINHOS...

DI P 3 GUERRA QUÍMICA
(EMPREGO DO LANÇA CHAMAS)



H. Almeida
E.I.E.

EXAME DE SITUAÇÃO DO CMT. DE CIA. E DE PELOTÃO

ORDEN, DO ESCALÃO SUPERIOR

AMBIENTAÇÃO

- Leitura da ordem
- Pergunta — De que se trata?

ANALISE DOS FATORES DA DECISAO

- missão
- terreno
- inimigo
- meios

DECISAO

Quando pedida, pelo Cmt. do Escalão superior, será expressa verbalmente, no terreno, na seguinte sequência :

- 1 — Possibilidades do inimigo
- 2 — Idéia de manobra
- 3 — Dispositivo
- 4 — Condições de execução (se for o caso)

MEMENTO DE ORDEM DE OPERAÇÕES

(5 itens)

.....Btl. (unidade superior) (local do P.C. onde foi expedida
.....Cia. (unidade considerada) esta ordem)
Carta de..... Escala..... (hora da expedição) (dia)
Fls.....

ORDEN DE OPERAÇÕES Nº.....

(Confirmação de ordens verbais, se for o caso)

1 — INFORMAÇÕES

- a) inimigo
- b) tropa amiga

2 — MISSÃO DA CIA. (PELOTÃO)

dispositivo
unidade base

3 — MISSÕES DAS UNIDADES SUBORDINADAS

- 1º — Pelotão (ou G.C.)
- 2º — Pelotão (ou G.C.)
- 3º — Pelotão (ou G.C.)
- 4º — P.P.L.
- X1 — Prescrições comuns a toda a Cia. (Pel.)
- X2 — Prescrições comuns a toda a Cia. (Pel.)

4 — SERVIÇOS

- Remuniamento
- Posto de Socorro
- Alimentação
- Água

5 — TRANSMISSÕES

- P.C. do Cmt.Btl. (Cia.)
- Local do Cmt. da Cia. (Pel.)
- Senha e contra-senha
- Sinais convencionais

UMA DEMONSTRAÇÃO DE TÉCNICA DE TIRO PARA A E.A.O.

Trabalho realizado pelos oficiais da C.P.P.
do R.E.I. :

Capitão MURILO OTÁVIO DE BARROS
— 1º Tenente FRANCISCO WILSON LEAO —
1º Tenente RAUL GASTÃO HECKSHER —
1º Tenente DILSON MARIO DOS SANTOS
LIMA TORRACA — 2º Tenente DYRCEU DE
SA e 2º Tenente HILTON PEREIRA.

Explicação necessária — Além das fichas de demonstração e execução exigidas pelo Grupamento de Unidades Escolas, o Cmt. do R.E.I. determina a confecção dos documentos que se seguem, para maior facilidade dos exercícios e demonstrações feitas pela nossa Unidade.

MTR. BROWNING CAL. 30 REFRIGERADA A ÁGUA

DOCUMENTO N. 1

1) *Natureza da demonstração.*

Técnica de tiro por cima de tropa e tiro mascarado.

2) *Objetivo.*

Mostrar aos Srs. Oficiais alunos da E.A.O. a preparação e execução desses tiros especiais das mtrs. P-30.

3) *Material necessário.*

Microfone, alto-falante, balizas, cordas, alvos, taboletas numeradas, quadros murais, etc.

4) *Organização.*

São postas, nas posições de tiro, 8 metralhadoras P-30 que recebem a numeração de 1 a 8. No objetivo, alvos são dispostos de maneira a haver correspondência de números entre as peças e os alvos; à retaguarda de cada posição, são colocados bancos, dos quais os oficiais alunos da E.A.O., convenientemente distribuídos, acompanharão de perto, o desenvolvimento do exercício.

A demonstração será constituída de duas fases :

- 1ª fase — tiro por cima de tropa ;
- 2ª fase — tiro mascarado.

Nestas fases, o diretor da demonstração enunciará, pelo microfone, os diversos processos dessas espécies de tiro e, cada operação enunciada pelo diretor, será feita pelo grupo de tiro dos pelotões de mtrs. da C.P.P. do Regimento; no final de cada processo será feito o tiro real, quer para uma ou outra espécie de tiro.

5) *Desenvolvimento do exercício.*

- 1ª fase — 13,00 — 14,30
- 2ª fase — 14,45 — 16,45

6) *Local.*

Região: Jaqueira — Carrapato — Invernada.

(Vide calco)

DOCUMENTO N. 2

Desenvolvimento das fases.

- 1ª fase — Tiro por cima de tropa.
- 1º processo — Processo do atira-

CALCO
Carta da Vila Militar
Escala de 1/20.000

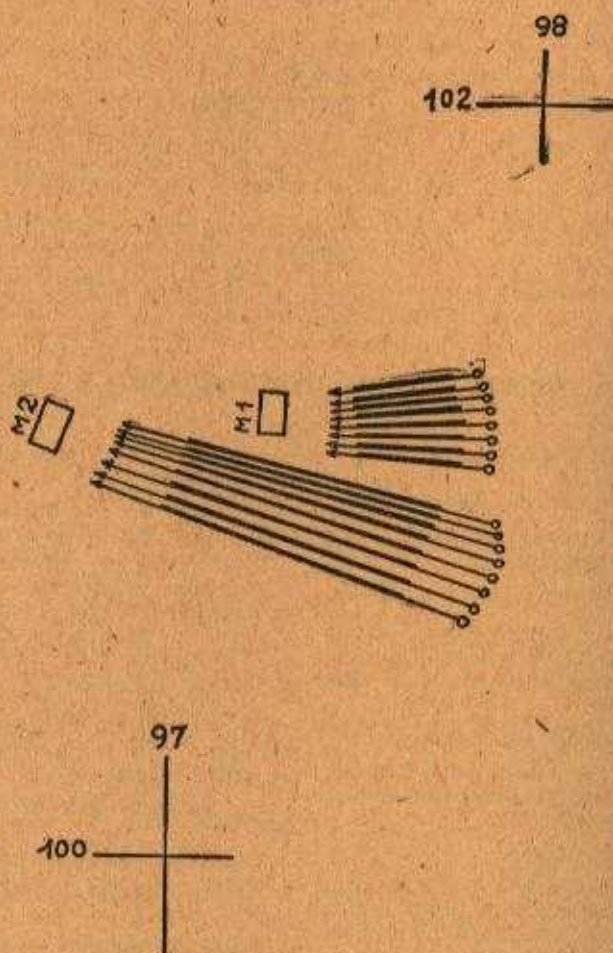


Fig.1

dor (processo empregado quando a distância de tiro é menor que 900 jardas).

1 — Avalia-se a distância peça — objetivo. (Distância avaliada 600 jardas).

2 — Aponta-se para o objetivo com a alça correspondente.

3 — Leva-se o cursor para 1.500 jardas.

4 — Olha-se pelo aparelho de pontaria e verifica-se onde cai esta visada — se a visada fôr além da tropa o tiro é possível e, onde a visada cair será o limite de segurança; em caso contrário, não é possível o tiro.

2º processo — Processo do Cmt. de Secção. (Processo empregado quando a distância de tiro é maior que 900 jardas).

1 — Avalia-se a distância peça — objetivo. (Distância avaliada 1.150 jardas).

2 — Aponta-se para o objetivo com a alça correspondente.

3 — Escolhe-se um ponto do terreno que se acredite seja o limite de segurança.

4 — Avalia-se a distância peça — ponto escolhido. (Distância avaliada 975 jardas).

5 — Adicionam-se 500 jardas a essa distância.

(500 + 975 = 1.475 jardas).

6 — Sem modificar a posição do cano, eleva-se o cursor para a graduação da soma (500 jardas + distância peça — ponto escolhido;

sendo esta soma inferior a 1.500 jardas, como nesse caso, eleva-se o cursor para 1.500 jardas).

7 — Olha-se pelo aparelho de pontaria e verifica-se onde cai esta visada — se a visada cair sobre o ponto escolhido ali será o limite de segurança; em caso contrário, o ponto escolhido não é o limite de segurança e, teremos que escolher um novo ponto entre o 1º e onde a visada caiu — torna-se necessário repetir as operações.

3º processo — Processo combinado.

1 — Avalia-se a distância peça — objetivo. (Distância avaliada 1.500 jardas).

2 — Aponta-se para o objetivo com a alça correspondente.

3 — Avalia-se a distância peça — tropa amiga. (Distância avaliada 700 jardas).

4 — Procura-se na tabela II a altura de segurança para essa tropa. (Altura obtida 25 milésimos).

5 — Entra-se com esse valor (25 milésimos) na tabela I e lê-se a alça correspondente... 1.300 jardas.

6 — Registra-se no aparelho de pontaria a alça obtida.

7 — Olha-se pelo aparelho de pontaria e verifica-se onde cai esta visada — se a visada fôr além da tropa o tiro é possível e onde a visada caiu será o limite de segurança — em caso contrário, não é possível o tiro.

TRECHO DA TABELA DE MUNIÇÃO M2

Distância	TABELA I		TABELA II	DIFERENÇA
Jardas	A. T.	Diferença	Segurança da tropa	
700			25	
1.300	25			

2ª fase — Tiro Mascarado.

Os elementos essenciais para se bater um objetivo com tiro mascarado são:

- direção
- altura
- problema da máscara
- ajustagem do tiro

os quais abordaremos, no decorrer dos vários processos que se seguem:

1º Processo:

- A) Altura: ângulo de nível medido (AE medido);
- B) Direção: alinhamento direto;
- C) Problema da máscara.
- D) Ajustagem de tiro.

A — Pontaria em altura:

1 — Leva-se a metralhadora para posição desenhada parcial.

2 — Aponta-se (pontaria direta) para o objetivo com a alça correspondente.

3 — Com auxílio do clinômetro, mede-se o ângulo de nível (AE medido 19 milésimos).

B — Pontaria em direção.

1 — O observador colocado à retaguarda estabelece a direção "perna mestra — objetivo"; a metralhadora propriamente dita é então colocada na direção da perna mestra. Está determinada a direção.

2 — Colocando-se o clinômetro sobre a metralhadora, marca-se 19 milésimos e nivela-se a bolha do respectivo aparelho por intermédio do volante de pontaria em altura. Está determinada a altura.

C — Problema da máscara.

1 — Baixa-se o cano de 2 milésimos e faz-se uma visada pelo interior do mesmo. Tiro possível (porque a visada passa por sobre a máscara).

Tiro impossível.

2 — Eleva-se o cano de 2 milésimos. Está resolvido o problema da máscara.

D — Ajustagem do tiro.

É feita pelo observador mediante correções simultâneas em direção e altura.

2º Processo:

- A) Direção: o processo da baliza.
- B) Altura: Ângulo de nível calculado (AE calculado).
- C) Problema da máscara.
- D) Ajustagem do tiro.

A — Pontaria em direção.

1 — Planta-se uma pequena baliza na crista da máscara.

2 — Coloca-se uma régua sobre a baliza e, por meio de um de seus bórdos faz-se uma visada para o objetivo.

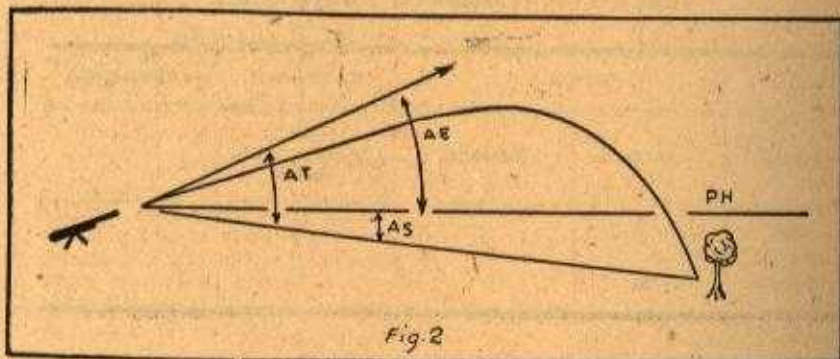
3 — Pelo mesmo bordo, faz-se uma visada para a retaguarda e crava-se nessa direção uma outra baliza.

4 — Coloca-se a peça na direção dessas duas balizas. Está determinada a direção.

B — Pontaria em altura.

1 — Tem-se a fórmula

$$AE = AT \pm AS \text{ (Ver fig. 2).}$$



2 — Avalia-se a distância peça — objetivo

$$D = 1.250 \text{ js. (1.140 m)}$$

3 — Para essa distância a tabela dá AT = 23 milésimos.

4 — A fórmula do sítio é

$$AS = \frac{1000 (H_p - H_o)}{D}$$

$$\text{Para o nosso caso } H_p = 60 \\ H_o = 50$$

$$\text{logo, AS} = \frac{1000 (60 - 50)}{1140} = 4,3$$

Sendo $H_p > H_o$, o sítio é negativo

Então AS = - 4,3 milésimos

5 — Tendo-se $AE = AT \pm AS$ vem:

$$AE = 23 - 4,3 \text{ ou } AE = 18,7 \text{ milésimos}$$

6 — Registra-se este AE no clinômetro, que é colocado sobre a metralhadora, calando o respectivo nível. Está determinada a altura.

C — Problema da máscara.

1 — Baixa-se o cano de 2 milésimos e faz-se uma visada pelo interior do mesmo. Tiro possível (porque a visada passa por sobre a máscara).

Tiro impossível.

2 — Eleva-se o cano de 2 milésimos.

Está resolvido o problema da máscara.

D — Ajustagem do tiro.

É feita pelo observador mediante correções simultâneas, em direção e altura.

3º Processo:

A) Direção: processo do ponto de pontaria.

B) Altura: processo do ponto de pontaria.

C) Problema da máscara.

D) Ajustagem do tiro.

A — Pontaria em direção:

a) O ponto de pontaria está no plano vertical que contém o alvo,

b) O ponto de pontaria não está no plano que contém o alvo.

a. 1 — Escolhe-se um ponto auxiliar de pontaria nas condições do item a.

2 — Determina-se a distância peça-objeto.

3 — Aponta-se para o ponto de pontaria com a alça do objetivo. Está determinada a direção.

b. 1 — Escolhe-se um ponto auxiliar de pontaria nas condições do item b.

2 — Determina-se a distância peça — objetivo.

3 — Aponta-se para o ponto de pontaria com a alça do objetivo.

4 — Com o auxílio de um binóculo mede-se o ângulo horizontal das direções peça — ponto de pontaria e peça — alvo.

5 — Move-se o cano da metralhadora para a esquerda ou para a direita de um número de milésimos igual ao ângulo horizontal achado.

(Conforme o ponto de pontaria esteja à direita ou à esquerda do alvo).

Está determinada a direção.

B — Pontaria em altura.

1 — Com o auxílio do binóculo, mede-se o ângulo vertical do ponto de pontaria à base do alvo (considera-se o ponto de pontaria e alvo no mesmo plano vertical para medir este ângulo).

2 — Baixa-se o cano de um número de milésimos igual ao ângulo vertical encontrado.

Está determinada a altura.

C — Problema da máscara.

1 — Baixa-se o cano de 2 milésimos e faz-se uma visada pelo interior do mesmo. Tiro possível (porque a visada passa por sobre a máscara)

Tiro impossível

2 — Eleva-se o cano de 2 milímetros.

Está resolvido o problema da máscara.

D — Ajustagem do tiro.

É feita pelo observador mediante correções simultâneas, em direção e altura.

NOTA — Consideramos não haver diferença de nível distinta entre a posição desenhada parcial e a de tiro, por isso que o A.E. é igual para estas duas posições.

UM EXEMPLO A SEGUIR

Amor à cultura militar

O 1º Tenente Paulo da Silva Moreira foi transferido do C.P.O.R. da 8ª Região Militar para a 1ª Cia. do 3º Batalhão de Fronteiras, onde se investiu nas funções de Representante da "A Defesa Nacional".

Em pouco tempo, naquela Unidade, uma simples Companhia sediada nas longínquas paragens de Clevelândia, no Território Federal do Amapá, aquele nosso Camarada conseguiu elevar para 13 (treze) o número de assinantes da nossa tradicional Revista, o que revela um esforço apreciável no sentido de difundir e aprimorar a cultura profissional do nosso Exército.

Fazendo o registro acima, queremos agradecer a ação do Tenente Moreira naquele afastado rincão do solo Pátrio, ao tempo em que o felicitamos pelos resultados obtidos.

Esses agradecimentos são extensivos também ao Capitão João Perboyre de Vasconcelos, Comandante da Companhia, que tudo tem facilitado ao nosso Representante no cumprimento da missão recebida.

MAIS UMA FONTE DE ESTUDO PARA OS CANDIDATOS A E. E. M.

Conforme já é do conhecimento de muitos de nossos leitores, foi publicado recentemente um trabalho do Major João Baptista Peixoto, sobre a matéria constante do programa de Geografia e História para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior do Exército.

Apesar do assunto já ter sido bastante debatido, o trabalho em apreço representa um precioso subsídio ao estudo dos candidatos à E. E. M., sobretudo pela forma esquemática com que o mesmo está apresentado e pelo método com que o autor abordou os diversos temas do referido programa, proporcionando aos leitores uma rápida impressão de conjunto sobre a matéria e uma segura diretriz para análise da mesma.

Por estas razões e mais por ser o Major João Baptista Peixoto um dos nossos dedicados companheiros de trabalho na Diretoria da Cooperação, é que temos a grata satisfação de fazer esta referência e também de felicitá-lo pela sua excelente obra.

Embora a distribuição do referido trabalho não esteja a cargo de "A Defesa Nacional", poderemos providenciar sua aquisição e remessa, pelo Reembolso Postal, aos oficiais que o desejarem, ao preço de Cr\$ 25,00 por exemplar.

PELOTÃO DE MINAS

Ten. GUSTAVO LISBOA BRAGA

I — GENERALIDADES

O Pelotão de Minas não somente se encarrega de colocar minas em certas áreas, para proteger pontos importantes, como se incumbem de avançar pelo campo minado inimigo, com o fim de destruir as minas e abrir caminho para a avançada das demais tropas.

Neste avanço, o Pelotão pode ter de retirar campos minados, abrir brechas e passagens através dos campos ... e esta operação pode se revestir ainda de outras particularidades, como a presença ou não do inimigo, a operação se realizar de dia ou de noite, com frio ... ; mas o nosso primeiro estudo é o das considerações mais gerais e depois tornaremos as particularidades enunciadas.

No desempenho de sua árdua missão é útil ao Pelotão de Minas a utilização de meios que facilitam o seu trabalho, como o emprego de cortinas de fumaça, o judicioso aproveitamento das informações colhidas por espionagem, papéis capturados, reconhecimentos, ... e no mínimo, fazer sempre um reconhecimento detalhado, com indicações sobre os tipos de minas do campo, densidade, formas, minas ativadas, contra pessoal.

II — PROCESSOS USADOS NA NEUTRALIZAÇÃO DE UM CAMPO MINADO

Para livrar o terreno desse obstáculo, há várias maneiras de proceder :

a) Lançar bombas sobre o local das minas, ou metralhar o campo minado.

Este processo foi primeiramente utilizado por Rommel, quando da captura de Trobuk e apesar de oferecer uma solução boa, prática e rápida, apresenta o inconveniente de deixar muita vez no terreno mina não detonada e em estado muito sensível.

A figura 1, mostra aviões metralhando um campo minado.

b) Gado, porcos, ou outros animais, podem ser dirigidos na direção de um campo minado, provocando a explosão de minas. Este processo também foi muito empregado na guerra passada, oferecendo bons resultados, pois onde passava o rebanho, podia o soldado passar sem receio.

Na figura 2, vemos porcos dirigidos na direção de campos minados, atravessando-os e provocando a explosão das minas, armadilhas, etc.

c) Os sapadores, freqüentemente, usam o torpedo Bangalore, que não é mais do que um cano de ferro de seis metros de comprimento carregado de explosivos.

O torpedo poderá, porém, ter o seu comprimento aumentado até cerca de sessenta metros, bastando para isso unir as seções (de cerca de 1,50 m) entre si por meio de luvas de ligação. O torpedo é empregado principalmente na destruição de campos minados e redes de arame farpado. No entanto, ele pode ser empregado também como mina contra pessoal, contra carros, em destruição, forno. ... e o seu emprego foi muito difundido devido à grande facilidade de manejo que oferece, facilidade de escorvamento, resistência à água, flexibilidade, etc.

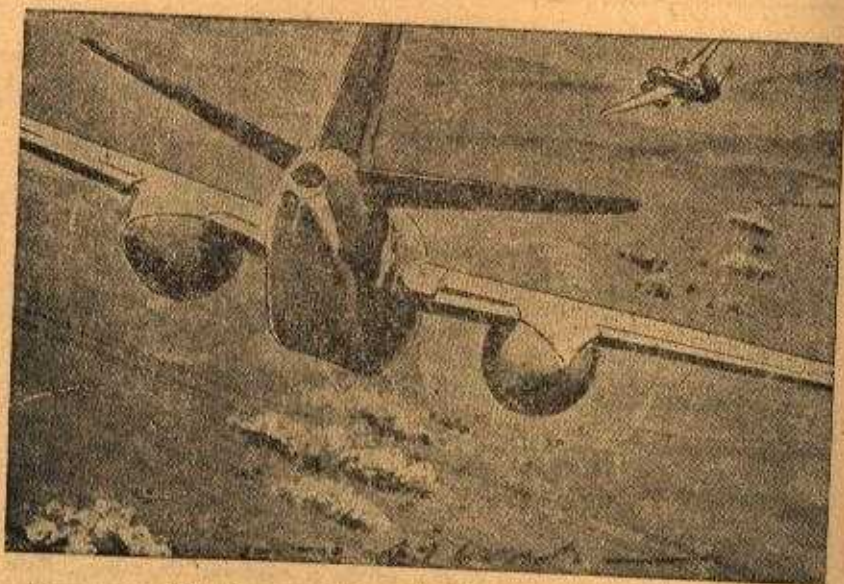


Fig. 1 — Aviões metralhando campos de minas

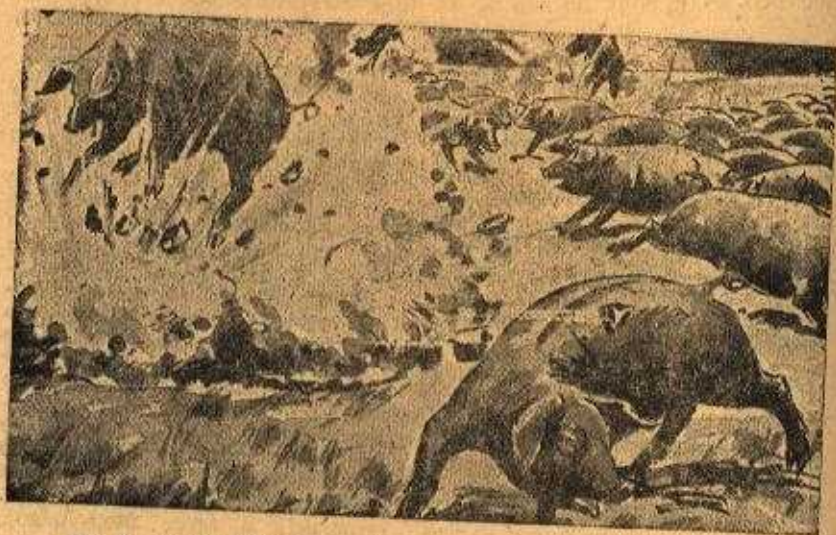


Fig. 2 — Porcos dirigidos para o campo provocam explosão de minas



Fig. 3 — Sapadores examinando um torpedo bangalore

A figura 3, nos mostra um grupo de sapadores tomando o primeiro contacto com o torpedo.

Podemos, também, lançar mão de uma rede de cordel detonante em substituição ao torpedo, mas este novo processo é menos efi-

ciente, pois os estendedores terão de marchar a pé pelo campo e sujeitos aos fogos inimigos, armadilhas e minas contra pessoal.

Para abrir com o torpedo uma brecha convenientemente larga que permita um ataque, são necessá-

rios dois torpedos longos colocados paralelamente e distanciados de três metros; assim, produziremos uma brecha de cerca de sete metros. Devemos, porém, tomar tôdas as precauções, no empurrar o torpedo, com as minas contra pessoal e armadilhas, e as equipes que lançam o torpedo devem estar bem abrigadas durante o seu lançamento. Os torpedos, bem como as rédes de cordel detonante, são estendidos da vanguarda à retaguarda do campo, em linha reta (se possível) e abrindo assim uma brecha.

d) Outro processo muito empregado é o uso de carga explosiva tipo serpente. Este engenho, nada mais é do que uma carga alongada de explosivos empurrada até o interior do campo de minas ou de outro obstáculo contra carros e difere do Torpedo Bangorle pelo seu grande comprimento, seu grande peso, por possuir maior quantidade de explosivo, por ser impulsionado por um meio mecânico e finalmente por ser acionado do veículo que o impulsiona em movimento.

A serpente é empregada para abrir caminho através de um campo de minas, com largura suficiente para permitir a passagem dos carros de combate e da Infantaria. Pode ser empregado em segundo plano na destruição de um obstáculo contra carros, de madeira, de concreto, ...

e) Outro processo é o uso do detector de minas para retirada de um campo minado. É interessante anotar, que até o momento, passamos em rápida revista, os processos utilizados na destruição de um campo minado e agora passamos ao estudo dos processos que permitem a retirada do campo.

Nestes processos aparece, num crescendo de importância, a figura do soldado especializado — o Sapador Mineiro; assim, ele descobre as minas e armadilhas, as elimina ou neutraliza, ou as destrói, se aproximando do método anterior.

No desempenho de sua missão, tem o sapador no detector de minas, um auxiliar prestimoso. O detector de minas é um pequeno aparelho eletro-magnético — um cabo com círculo de metal na extremidade

—, é portátil, alimentado por uma bateria de pilhas secas. Ao contacto aproximado de uma peça metálica, mesmo enterrada a pequena profundidade, forma um campo magnético, originando uma corrente elétrica, que se manifesta por meios audíveis ou visuais: um ruído característico transmitido aos fones adaptados aos ouvidos do operador, ou pela oscilação dos ponteiros de um mostrador qualquer. O detector pode ser usado dentro d'água também, mas o disco deverá manter-se na superfície ou submergir muito pouco.

Este aparelho foi muito empregado na última guerra, mas o detector acusa a existência de metal no terreno e no campo de batalha é muito comum a existência de estilhaços de granadas... e muita vez o sapador perdia um grande tempo desenterrando uma suposta mina e era logrado, pois ao em vez de mina retirava do solo com todo cuidado, um grande estilhaço de granada. Ainda para diminuir a eficiência do detector de minas, temos as minas Diamagnéticas, que fogem à sua busca. Apresentam ainda o inconveniente de não poderem ser empregados no combate, sob o fogo, pois o ruído da metralha prejudica o seu funcionamento (no caso dos audíveis) e alguns tipos de solo contém rochas magnéticas, que produzem deflexões da agulha e um som no ressonador, semelhante ao causado pela presença de objetos metálicos, mas, em geral essas indicações são mais fracas que as causadas pelas minas.

Maiores detalhes a respeito dos detectores americanos, são encontrados no TM 11-1122.

Na fig. 4, vemos soldados levantando um campo minado alemão e utilizando-se de detectores de minas.

A maior vantagem do emprego do detector é que com ele o trabalho de localização de minas é realizado em menos tempo e com relativa segurança ou seja, o número de baixa é pequeno.

Quando a situação o exigir, os sapadores usarão detectores de cabos curtos, com os quais terão de trabalhar deitados e mais morosamente.

Devemos, sempre que possível, utilizar os detetores de cabo longo, que nos dão maior segurança e rapidez. É oportuno ter sempre em mente a experiência da guerra passada, que demonstrou ser o número de baixas maior, quanto mais tempo passar a turma dentro do campo minado.

cesso. Chamo a atenção para maneira correta como seguram o sabre:

- pequena inclinação da lâmina;
- posição da mão, que segura de leve o sabre, deslizando à menor resistência encontrada pela lâmina no solo. Este por-



Fig. 4 — Emprego dos detetores de minas

Os alemães na guerra passada, usavam um tipo de detetor muito interessante e prático, montado num carro de duas rodas, também eletro-magnético e registrando em mostradores a passagem sobre uma peça metálica. As rodas ao passarem pelo campo, deixavam um rastro branco pelo solo de modo a automaticamente, delimitar a área neutralizada.

f) O método mais comumente usado, por ser o de mais fácil emprego e exigir menores recursos, sendo, portanto, utilizado por todas as tropas, é o da sondagem pelo sabre. Neste processo o soldado procura a mina, espetando com cuidado a terra com a ponta da lâmina do seu sabre, fazendo depois a remoção da mina cuidadosamente. Na figura 5, vemos soldados procurando minas, por este pro-

cedimento é de grande importância, pois se o soldado assim não proceder pode provocar a explosão das armadilhas existentes e mesmo de uma mina contra pessoal.

g) Últimamente, sapatas protetoras contra minas vêm sendo experimentadas e aperfeiçoadas pelo Exército Americano. Exibiu-se há pouco, em Forte Belvoir, um novo tipo de sapatas, destinadas a serem utilizadas na travessia de campos minados. De borracha esponjosa, facilmente ajustável, as novas sapatas, ainda em fase experimental, são conhecidas pela denominação de "Footpads, Protective, Antipersonnel Mine, M-1". Na exibição referida, viu-se um soldado utilizando o novo invento cruzar incólume, um terreno semeado de minas



Fig. 5 — Procura de minas com auxílio dos sabres

alemãs e americanas, contra pessoal, sem provocar disparo, por pressão, dos artifícios detonadores ligados às reduzidas cargas explosivas colocadas naqueles engenhos. A figura 6 dá ligeira idéia do novo dispositivo.

III — AÇÃO DO PELOTAO DE MINAS NA ABERTURA RAPIDA DE BRECHAS

a) Generalidades :

Os campos de minas podem ser localizados por meio da espionagem, da captura de documentos, das fotografias aéreas, da observação direta ou por meio do reconhecimento.

Neste último caso, o reconhecimento é feito também por intermédio do Pelotão de Minas, que destaca normalmente para esta missão, uma equipe de minas (um graduado e sete soldados).

Três soldados são deixados à retaguarda como medida de segurança e para transmitir informações em caso de acidentes.

Dois provadores seguem à frente, examinando numa largura de 1,80 m e levam nas costas uma bobina de marcação, que vai delimitando pequena faixa do terreno vasculhada. No caso de ser encontrada uma mina contra carro, con-

tra pessoal ou armadilha, esta deve ser reconhecida, neutralizada ou contornada se fôr o caso para tal.

O graduado segue atrás dos provadores (cerca de 5 m), juntamente com os dois soldados restantes (um faz o papel de estafeta e outro leva o material) e anota cuidadosamente as informações colhidas, para confecção do seu relatório.

O trabalho de equipe de reconhecimento deve ser persistente, cauteloso e desconfiado e não é exagero ir além de 300 m depois da última mina encontrada, quando a situação o permitir, pois em se tratando de minas, toda precaução é pouca.

Após o término do reconhecimento, a equipe regressa pelo mesmo caminho e procura não deixar vestígios de sua passagem pelo campo (se fôr o caso para tal), retirando as suas marcas do terreno.

No relatório, que o graduado faz após o reconhecimento, devem constar todas as observações que possam ser úteis, como : métodos de guarda e de marcação ; existência de minas simuladas ou brechas... e no mínimo a informação deverá possuir :

— Um "croquis" mostrando a exata localização do campo, com coordenadas, referências na carta e

no terreno, natureza do solo, acidentes do terreno e desenho do campo.

— Relação das armadilhas e minas encontradas, constando os tipos, quantidade, localização...

— Estimativa, em metro, sobre a profundidade do campo.

— Relação dos obstáculos encontrados (rêdes de arame, fossos...) constando a localização, material empregado, quantidade, largura, profundidade...

Normalmente estas informações são fornecidas por meio de um relatório do seguinte tipo:

"Destino:....."

1 — Unidade

2 — Data

3 — Carta de referência.....
(Coordenadas) (Carta)

(Observar a natureza do solo, acidentes do terreno e os pontos de referência)

4 — "Croquis": (Usar somente azimutes magnéticos)

TIPO QUANTIDADE

5 — Minas contra pessoal (CP) (Nota: dar a exata localização)

a — na frente do campo.....

b — no interior do campo.....

c — na frente do inimigo.....

6 — Minas contra carro encontradas (CC).....

7 — Profundidade em metros, do campo

8 — Fosso contra carro — forma.....

profundidade..... metros

largura..... metros

9 — Obstáculo de arame — altura..... metros

largura..... metros

profundidade..... metros

tipo.....

descrição.....

10 — Observações:.....

.....assinatura

.....posto e unidade

.....local....."

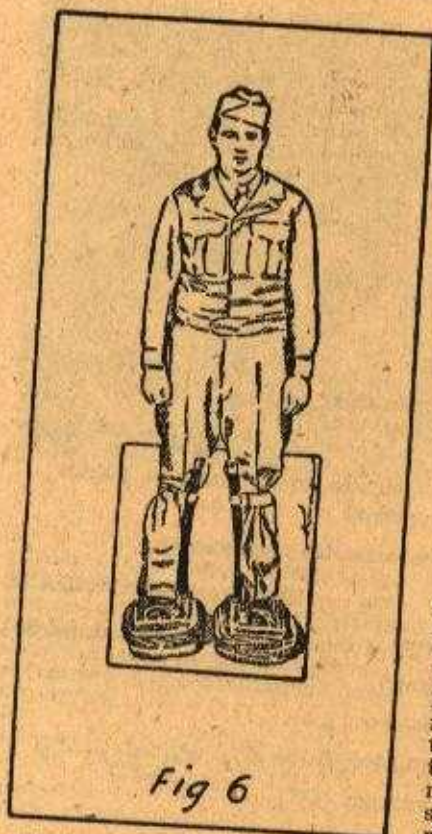


Fig 6

Sapatos para travessia de campos de minas

Desta forma, quando o Pelotão de Minas vai realizar a sua missão, já a executa com alguma vantagem como o saber os tipos de minas do campo, padrão do campo... mas mesmo assim o seu trabalho é sempre árduo e difficilimo.

No desempenho desta missão o pelotão conta normalmente com o auxílio de detectores magnéticos, torpedo Bangarole, sabre ou bastão para sondagem... mas o uso combinado do detetor magnético e do sabre para sondagem é que nos dá maior segurança, apesar desta segurança nunca ser completa, pois é comum — por parte do inimigo — o uso de minas diamagnéticas ou muito enterradas, que às vezes ainda fogem à nossa busca.

b) Vejamos como age o nosso Pelotão de minas na abertura de uma passagem através dum campo minado usando o meio auxiliar que emprega mais comumente — o sabre para sondagem.

O Pelotão pode ter cumprido a sua missão, sob duas condições distintas:

- estando o campo coberto pelo fogo do inimigo;
- não estando o campo coberto pelo fogo do inimigo.

E em qualquer dos dois casos, terá que:

- localizar o campo;
- destruir, remover, ou neutralizar as minas encontradas;
- realizar um relatório informativo sobre a operação.

No caso da operação da remoção de minas ser conduzido debaixo do fogo inimigo, durante o dia, faz-se, sempre que possível, debaixo de cortinas de fumaça, a fim de facilitar a operação. A cortina de fumaça deverá ser lançada durante todo o tempo da operação, sobre toda a frente e sobre o inimigo, pois no caso de ser lançada somente sobre o pelotão, virá constituir uma referência para o fogo inimigo.

Na parte da escolha do local da brecha, devemos consultar as informações que possuímos, reconhecimentos... e daremos sempre preferências ao terreno com dobras e outros acidentes dentro do campo, onde o pelotão possa trabalhar abrigado dos fogos inimigos.

O nosso pelotão funcionará completo e assim teremos um grupo de comando e três equipes de mineiros, composta cada uma de sete soldados e um graduado.

Para a seção de minas, teremos a seguinte constituição:

- 1 graduado
- 5 soldados provadores
- 2 soldados levantadores

e para o pelotão teremos:

- 3 seções de minas, cada qual com a mesma constituição da anterior.

Uma seção ou grupo de comando composto de:

- 1 oficial (1º ou 2º Tenente)
- 4 graduados
- 2 soldados.

É interessante frisar aqui, que na seção de comando temos sempre dois soldados motoristas, desempenhando a função de mineiros e os mesmos devem estar aptos para tal. Mas, considerando a grande responsabilidade da seção de comando em todas as missões do pelotão, é conveniente, sempre que possível, substituir os dois soldados motoristas, por dois outros da equipe de reserva.

O pelotão procurará abrir uma brecha de cinco metros aproximadamente, alargando-a depois para dez metros e no desempenho de sua missão todos os homens devem trabalhar com a frente para o inimigo. A missão será executada em três fases distintas:

- Fase de comando.
- Abertura da primeira brecha.
- Alargamento da brecha.

Vejamos a ação do Pelotão em cada fase.

Fase de comando — A equipe de comando é a primeira a funcionar, avançando o sargento auxiliar, um cabo e dois soldados. O oficial determinará a linha inicial, do centro, final, intermediária e o comprimento da brecha e a equipe de comando irá fazer a marcação das linhas. O sargento e um soldado marcam a linha do centro e o limite do campo. O soldado leva nas costas a bobina de demarcação e enquanto marcha vai deixando a faixa à retaguarda. O sargento segue à sua retaguarda, orientando-o, ajudando-o, fixando a faixa no terreno ou marcando-o com luzes ou estacas alvas; neutralizam, também, todas as minas C.P. encontradas.

O cabo e outro soldado fazem de modo idêntico a marcação da linha inicial. Seguem depois pela linha do centro e fazem a marcação da linha intermediária. Em seguida,

passam a auxiliar o sargento e o outro soldado na outra missão.

Logo após, serão empregadas as equipes números 1 e 2 para limpeza da brecha, uma partindo da linha da base e a outra da linha intermediária. A equipe número 3 é mantida em reserva.

Abertura da primeira brecha:

a) A seção número 1 inicia a limpeza do lado "A". Os 5 provadores são dispostos um ao lado do outro, em linha e em intervalos de cerca de 1 metro, de tal maneira que o primeiro soldado segue pela linha do centro e o último (5º) leva nas costas uma bobina de demarcação e vai demarcando um trecho do limite lateral direito da brecha. Os provadores levam ainda consigo, discos marcadores de minas (cerca de cinco), arame, alicate... e são responsáveis pela procura de minas na sua frente (cerca de 1 metro) e pela neutralização de qualquer mina C.P. encontrada, sendo que para este último trabalho podem contar com a ajuda do graduado comandante da equipe, que segue à retaguarda, se necessário. O graduado comandante da equipe leva consigo bússola, alicate, arame, pregos, canivete e uma lanterna e é o responsável por manter os homens de sua equipe devidamente espaçados um do outro, equipados e na direção certa. Os dois levantadores seguem imediatamente atrás e vão fixando bem o cadarço de demarcação do campo e retirando as minas neutralizadas e colocando-as de lado. As minas que deverão ser destruídas ou puxadas ficam assinaladas e serão deixadas para trás para serem mais tarde destruídas por um petardo de trotil ou puxadas por uma corda. Quando a seção número 1 termina o seu trabalho, passa imediatamente para a reserva.

b) A seção número dois, se receber ordens, segue pela linha do centro até à linha intermediária e inicia o seu trabalho juntamente com a seção número 1, limpando o lado "B". (*) Esta ordem de início

(*) No caso de não receber ordem, espera a seção número 1 terminar o seu trabalho e só então inicia a limpeza do lado "B".

de trabalho para a seção número 2 é dada pelo comandante do pelotão, que a dá ou não em função do campo em que o pelotão irá funcionar; se o campo está cheio de minas C.P. e armadilhas, a seção número 2 espera e em caso contrário, age simultaneamente com a seção número 1.

O trabalho dos homens da seção se processa da maneira idêntica aos dos homens da seção número 1 anteriormente esplanado.

Alargamento da brecha:

a) Quando a seção número 1 terminar o seu trabalho e passar para a reserva, a seção número 3 inicia limpeza do lado "D", funcionando de maneira idêntica as demais seções.

b) A seção número 2 tendo terminado o seu trabalho no lado "B", regressa pela linha do centro até a linha intermediária, iniciando a limpeza do lado "C". No caso de uso, por parte do inimigo de minas C.P. e armadilhas, a critério do comandante do pelotão, a seção número 2 aguarda e só inicia o trabalho de limpeza do lado "C" quando o lado "D" já estiver neutralizado.

Quando não ocorrerem baixas ou acidentes e as condições forem boas, podemos empregar a equipe número 3 antes da equipe número 1 terminar a sua missão, mas ficaremos um certo tempo sem a equipe reserva. A equipe de reserva fica sempre sob o comando do comandante do pelotão e deve ser empregada na renovação do efetivo das outras seções no descarregamento e carregamento de material para os lados das brechas, na distribuição de marcas pela brecha, na verificação da existência de minas nas proximidades das brechas...

Na figura 7, damos o esquema do Pelotão de minas funcionando.

c) *Procedimento do soldado, para com as minas C.P. e C.C., ativadas e armadilhas:*

Num campo minado, o soldado pode ter de lidar com minas C.C., C.P., ativadas e armadilhas. O mais comum, que foi muito empregado pelos alemães, é a colocação de

um dispositivo detonador nas minas C.C., a tornando C.P.; daí frisar-mos, que na remoção de minas *tôdas devem ser consideradas como se fossem ativadas.*

A principal observação que evidencia a presença de minas no terreno, é a terra fresca revolvida e os vestígios deixados na vegetação. A mina, normalmente, acionada por um botão circular na parte superior, ou por um dente que pode estar escondido sob uma táboa, pequeno tronco, folhas secas ou qualquer outro disfarce. O detetor é ótima ajuda para a localização de minas deste tipo.

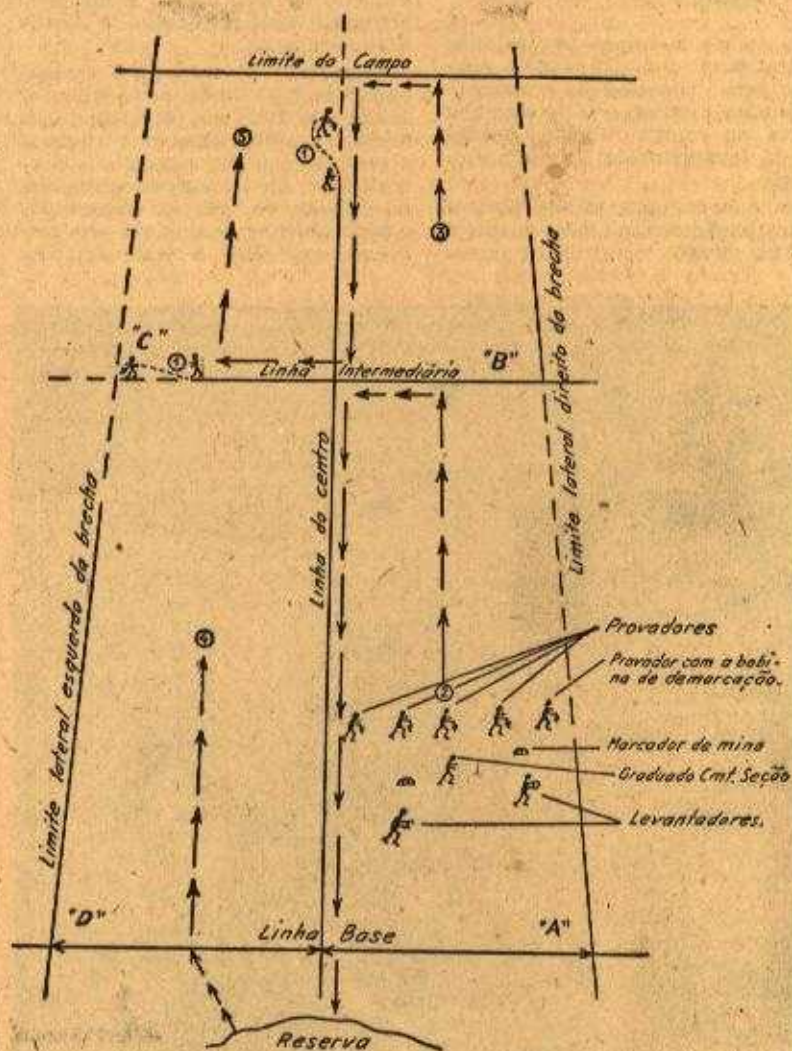
Encontrada uma mina o soldado pode proceder de duas maneiras: destruí-la ou neutralizá-la e removê-la. Devemos porém sempre que possível usar o segundo processo, pois podemos assim vir a utilizar a própria mina inimiga no lançamento dos nossos campos minados.

O método de neutralização de uma mina depende sobretudo do seu tipo e ele deverá ser determinado antes de ser iniciada a sua remoção.

Conhecido o tipo de uma mina e o soldado a tendo localizado, procede da seguinte maneira:

- procura em torno da mina os possíveis arames de tração;
- verifica em torno da mina a existência de qualquer buraco, pois nêle poderá estar enterrada alguma bateria para armadilha e que funcionará pelo simples contacto do sapador sobre certo trecho do terreno;
- procura com a máxima cautela os mecanismos de descompressão, pois estes são os mais perigosos e para esta procura lança mão de bastonete pontegudo com o qual espeta o chão em procura da armadilha;
- procura afrouxar a terra com auxílio do sabre ou do bastão de sondagem e deste modo vai afrouxando e retirando a terra existente em redor da mina sem tocar nesta. A terra frouxa é removida à mão e de modo a fazer um buraco ao lado da mina a fim de per-

COMO SE PROCESSA A OPERAÇÃO DA ABERTURA DE UMA BRECHA DE CERCA DE 10 METROS, NUM CAMPO MINADO, USANDO O SABRE DE SONDAGEM.



- ① Fase de comando
- ② Abertura da Brecha-a.
- ③ Abertura da Brecha-b.
- ④ Alargamento da Brecha-a.
- ⑤ Alargamento da Brecha-b.

Fig.7

mitir a colocação de um pino de segurança no mecanismo detonador, para neutralizá-lo. (Figura 8).

Na figura 8 vemos um soldado neutralizando uma mina pelo processo acima mencionado, enquanto caminhões circulam por uma brecha aberta no campo minado, brecha esta já demarcada e aberta à circulação.

Um método mais rápido para a neutralização de uma mina suspeita de estar ativada, consiste em amar-

rá-la a um gancho e puxá-la de um lugar abrigado a uma distância segura. Se a mina estiver ativada, explode ao deslocar-se e em caso contrário será removida e usada posteriormente.

O pelotão de minas no desempenho de sua missão, deve procurar sempre retirar em primeiro lugar as minas contra pessoal e ativadas e em segundo lugar as minas contra carros. Os homens encarregados do trabalho deverão ser dispersados o mais possível de modo a prevenir contra explosões e acidentes. As



Fig. 8 — Neutralização de minas

minas contra pessoal são normalmente acionadas por arame de tração ou um dispositivo de detonação por pressão.

O campo pode ser limpo de minas acionadas por um arame de tração (Minas contra pessoal), por meio de um gancho preso por um cordel e que é lançado pela área suspeita de minas. Ao atingir o chão, o lançador já abrigado, puxa vagarosamente o gancho especial e neste deslocamento o gancho ocasiona a detonação das minas e armadilhas ligadas por arame de tração.

O cordel ligado ao gancho especial deve ter um comprimento de

positivo que substitui plenamente o gancho especial, oferecendo os mesmos resultados.

Sempre que usamos estes processos para provocar a detonação dos mecanismos com arame de tração, devemos repeti-lo um mínimo de três vezes, para se ter a certeza de que todos os arames de tração foram puxados.

Outras minas são adaptadas indiferentemente a dispositivos detonadores acionados por tração e por pressão e estas só explodirão quando comprimidas por qualquer peso, não explodindo quando empregamos o gancho. As minas com



Fig. 9 — Soldados examinando o gancho especial

cêrca de trinta metros e o peso total do conjunto deve ser tal que permita ser puxado. Após o lançamento do cordel, podemos ligar a êle, se necessário, outro cordel, que se estenda até o abrigo mais próximo de onde poderemos puxar com segurança o gancho especial. Nas figuras 9 e 10 vemos respectivamente soldados tomando contacto com o gancho especial e êste gancho em detalhe.

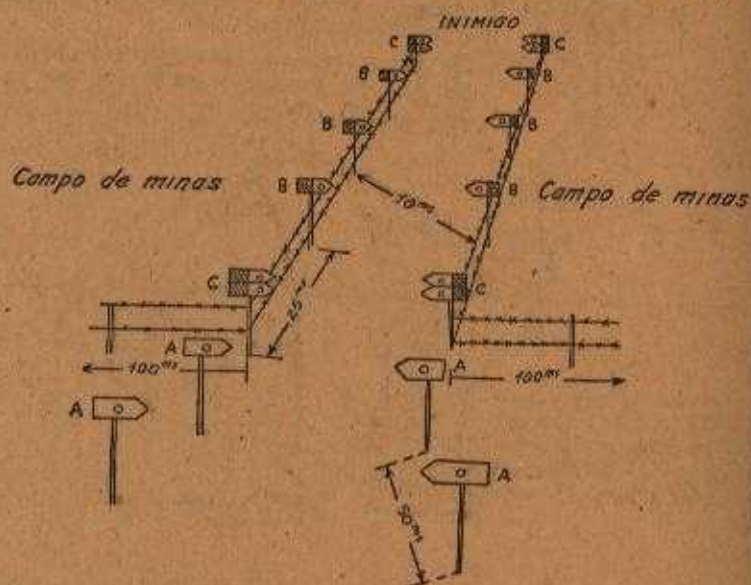
Êste dispositivo só pode ser usado onde o terreno for tal, que permita o deslizamento do gancho pelo solo. Podemos improvisar com pedaço de madeira cheio de pregos, um dis-

positivo de pressão devem ser localizadas pela inspeção visual, neutralizadas e removidas.

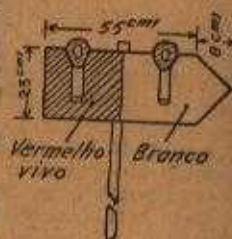
d) Vejamos agora, rapidamente, o material indispensável para o bom funcionamento do pelotão na missão que acabamos de estudar.

Para demarcação das brechas, são empregadas bobinas adaptadas à desenroladeira usadas pelos telefonistas das transmissões, levando em lugar do fio, o cadarço necessário para a demarcação de brecha. A quantidade de cadarço deve ser da ordem 150 metros, enrolada em bobina e transportada nas costas do mineiro; êste quando começa a

MANEIRA DE DEMARCAR UMA BRECHA PARA TRÁFEGO DIURNO E NOTURNO COM MATERIAL REGULAMENTAR.



Verde A	Estas marcas são usadas para as convergências das brechas. São pintadas de branco com luz verde.
Ambar Verde B	Estas marcas são empregadas nas brechas. As cores indicadas são só para as luzes sinalisadoras.
Ambar Verde C	Estas marcas são empregadas nas entradas e saídas das brechas. Veja-se agora a figura geral da brecha observando a correspondência da letras de cada tipo de marca e tudo será esclarecido.

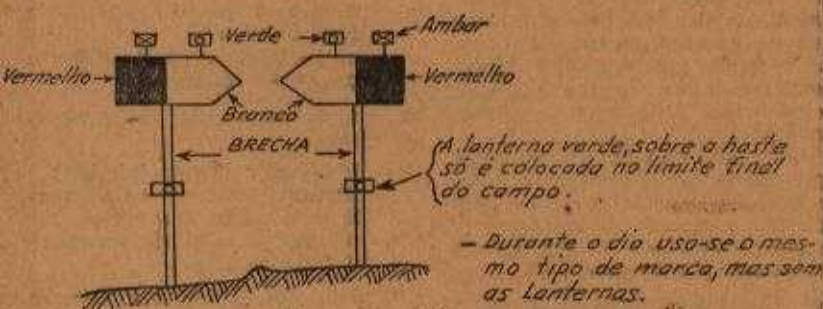


DETALHE DA LÂMPADA SINALIZAÇÃO DE MARCAS.

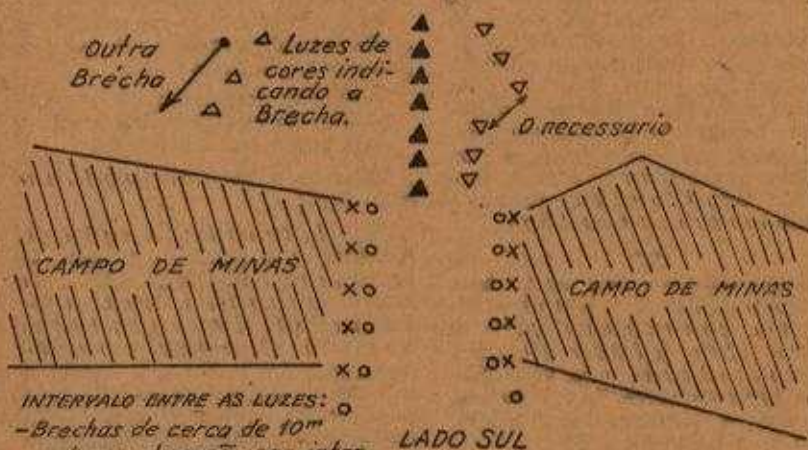


Fig. 12

TIPO DE MARCA PARA SER USADO DURANTE A NOITE.



LADO NORTE



LADO SUL

LEGENDA

- Luz verde
- × Luz ambar
- △ Luzes de cores
- ▲ indicando a
- ▽ brecha.

Fig. 13

BRECHA EM CAMPO MINADO, BALISADA PARA O TRAFEGO DURANTE A NOITE.

Demarcação dos campos de minas

tes, indicando as entradas; ou pela iluminação de taboetas marcadas com o nome da brecha, por exemplo: Academia, Resende, Agulhas Negras... Não devemos usar luzes vermelhas no balizamento dos campos de minas, pois esta cor é comumente usada nos veículos blindados de combate e o seu uso pode causar confusão.

Toda esta relação de material aqui citada pode ser encontrada, em qualquer pelotão de minas, pois é de fácil confecção, de baixo preço, de grande utilidade na instrução e indispensável num caso real.

e) Ação do Pelotão na abertura de uma brecha empregando detector.

O manual americano C 7-35 prevê que todos os pelotões da Cia. de Canhões do R.I. devem ser instruídos na transposição de campos de minas, abertura de brechas, limpeza de estradas, ... usando para tal o detector de minas, sabre de sondagem, ... Estribado nessa prescrição passo a expor o processo de abertura de uma brecha num campo minado, empregando o detector. Lembro, entretanto, que normalmente, os nossos pelotões não contam praticamente, para a instrução, com este grande auxiliar; o que não aconteceu na Itália.

Nosso objetivo será abrir uma brecha de cerca de 5 metros, alargando-a, posteriormente, para 10 metros. Como o detector é empregado normalmente para vasculhar uma faixa de cerca de 2,5 metros, teremos a seguinte constituição, para uma seção de minas:

- 1 graduado
- 2 detectores
- 2 ajudantes
- 2 levantadores
- 1 estafeta

e o nosso pelotão ficará assim composto:

3 seções de minas, cada qual com a mesma constituição anterior.
1 seção ou grupo de comando, composto de:

- 1 oficial (1º ou 2º tenente)
- 4 graduados
- 2 soldados

O nosso pelotão pode ser obrigado a realizar a sua missão, sob duas condições distintas:

- estando o campo coberto pelo fogo inimigo;
- não estando o campo coberto pelo fogo inimigo.

e em qualquer dos dois casos, terá que:

- localizar o campo inimigo;
- destruir, remover ou neutralizar as minas encontradas;
- realizar o relatório informativo da operação.

Quanto aos meios auxiliares e normas gerais de ação, para cumprimento da missão e no caso de ser a mesma realizada debaixo do fogo inimigo e de dia, conta o pelotão com os mesmos meios enunciados quando estudamos a abertura de uma brecha, com o sabre de sondagem em situação idêntica.

No desempenho da sua missão — a abertura da brecha — o pelotão passa por três fases:

- fase do comando;
- abertura da primeira brecha;
- alargamento da brecha.

Vejamos a ação do pelotão em cada fase:

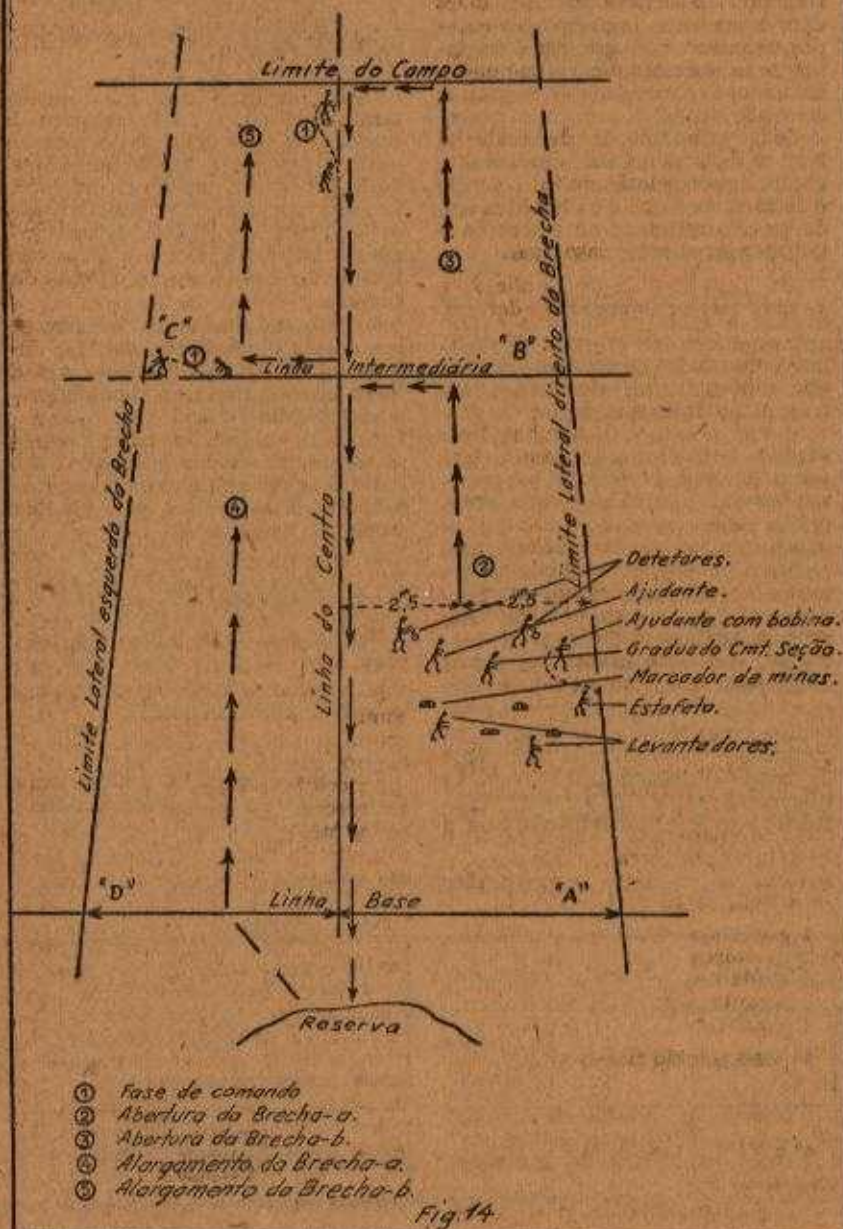
Fase de comando: A equipe de comando é a primeira a agir. O grupo de comando lança a linha do centro, intermediária, inicial e final, decidindo sobre o comprimento da brecha. O sargento e um soldado, marcam a linha do centro e o limite do campo. O soldado leva nas costas a bobina de demarcação e enquanto marcha, vai deixando a faixa à retaguarda. O sargento segue logo após orientando-o, ajudando-o, fixando a faixa no terreno ou marcando-a com luzes ou estacas-alvos.

O cabo e outro soldado fazem de modo idêntico a marcação da linha inicial. Seguem depois pela linha do centro e fazem a marcação da linha intermediária. Em seguida passam a auxiliar o sargento e o soldado na outra missão.

Abertura da primeira brecha:

a) A equipe número 1 inicia a limpeza do trecho de 5 metros à di-

COMO SE PROCESSA A OPERAÇÃO DA ABERTURA DE UMA BRECHA DE CERCA DE 10 METROS, NUM CAMPO MINADO, USANDO DETETORES.



reita da linha do centro, partindo da linha base (ver esquema). Os dois homens com detetores, escalonados, vasculham, cada um uma faixa de 2,5 metros de frente. Os dois ajudantes, também escalonados, seguem à retaguarda, assinando as posições das minas e auxiliando os homens dos detetores ou os levantadores, quando necessário; o ajudante mais da direita leva nas costas a bobina de demarcação, que vai demarcando o limite direito da brecha. Os dois levantadores, neutralizam, retiram ou preparam para destruir a mina assinada.

O estafeta se incumba de fixar melhor a faixa no terreno e está em condições de receber uma ordem verbal do comandante da seção, que dirige, orienta e comanda o trabalho de toda a seção.

b) A equipe número 2 quando receber ordem para tal, segue pela linha do centro até à linha intermediária e inicia o trabalho juntamente com a seção número 1 limpando o lado "B". No caso de não receber tal ordem, espera a seção número 1 terminar o seu trabalho e só então inicia a limpeza do lado "B". Esta ordem de início do trabalho para a seção número 2 é dada pelo comandante do pelotão que a dá ou não em função do campo em que o pelotão está funcionando — se o campo está cheio de mina C.P. e armadilhas, a seção número 2 espera e em caso contrário, age simultaneamente com a

seção número 1. O trabalho dos homens da seção, se processa de uma maneira idêntica ao exposto no item a), mas agora delimitam o extremo esquerdo da brecha.

c) A equipe número 3 permanece na reserva.

Alargamento da brecha:

a) Quando a seção número 1 terminar o seu trabalho e passar para a reserva a seção número 3 (que estava na reserva) inicia a limpeza do lado "D" funcionando de maneira idêntica as demais seções e delimitando com a faixa um trecho do limite esquerdo da brecha.

b) Quando a seção número 2 concluir a limpeza do lado "B" regressa pela linha do centro até a linha intermediária iniciando a limpeza do lado "C".

No caso do uso por parte do inimigo, de armadilhas e minas C.P., a critério do comandante do pelotão, a seção número 2 aguarda e só inicia o trabalho de limpeza do lado "C" quando o lado "D" estiver neutralizado. O trabalho individual dos homens é idêntico aos anteriormente estudados e delimitam o extremo esquerdo da brecha. A maneira de proceder para com as minas encontradas é idêntico ao estudado anteriormente.

Damos na figura 14, um esquema do Pelotão de Minas funcionando neste caso.

ESTUDO COMPARATIVO

Processos	Eficiência	Pessoal	Aparelhos	Minas contra pessoal	Duração	Acidentes	Observações
Bastões	90 a 100 %	Considerável	Aquisição fácil	Dificulta e causa perigos	Muito demorada	Comuns	A não descoberta
Detetores	40 a 100 %	Considerável	Delicados	Causa perigos	Relativamente rápido	Mais raros	A não descoberta

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel ADALARDO FIALHO

XIII

Alimentação

INTRODUÇÃO

O problema da alimentação, no Brasil, é uma decorrência do problema da população. Com uma população de quase 1 milhão de habitantes por ano, o país precisa produzir cada vez mais gêneros para alimentar essa crescente massa de habitantes. Contudo, não é isso o que se dá. O Brasil carece de alimentos. Precisa até importá-los, possuindo uma área territorial de 8.500.000 km²).

Ainda agora não temos o que vender para socorrer a faminta Europa.

Segundo as previsões do Plano Marshall, o Brasil vai vender à Europa apenas 1/5 do que venderá a Argentina. Mas enquanto esta vai vender gêneros alimentícios, vamos vender matérias-primas e algum café. Basta atentar para alguns dados para observarmos quão exígua é ainda a nossa produção de gêneros alimentícios. Bastariam 37 navios de 10 mil toneladas (tamanho comum) para conduzir toda a produção de gêneros exportada pelo Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 1947. E note-se que o Rio Grande é o maior produtor de gêneros alimentícios do Brasil (excluindo-se café, mate e mesmo açúcar, pois, como dizem Edgar Ansel Mowrer e Marthe Rajchman, em estudo sobre os alimen-

tos, no mundo, "alimentação significa, antes de tudo, grãos e batatas", vindo, entre os grãos, em primeiro lugar, o trigo, arroz e o centeio).

Se comprarmos toda a exportação do Rio Grande (370.000 toneladas) com a só exportação anual de milho da Argentina (10 milhões de toneladas), verificaremos o acerto de nossa afirmação sobre a insuficiência de produção de gêneros, no Brasil. As causas disso são remotas. "Motivos relacionados com os vários momentos históricos da evolução brasileira, disse o Doutor Castro Barreto, Diretor Regional do Serviço Social da Indústria, no Distrito Federal, em conferência pronunciada no Primeiro Congresso de Visitadoras de Alimentação, realizado em Fortaleza, Ceará, aliados à demasiada extensão territorial do país a ser colonizado por uma pequena nação de dois milhões de habitantes, concorrem para a não continuidade na exploração agrícola do Brasil, de modo a formarem-se verdadeiras manchas de desenvolvimento econômico (agravadas pela exploração agrícola extensiva, acrescentamos nós), baseadas, principalmente, na exploração colonial, na produção agrícola de produtos de exportação e no descaso pela produção de subsistências, que permaneceu sempre minúscula, individual e insuficiente. Absorvidas pela idéia dessa produção extrativa

ou agrícola, exclusivamente para exportar (madeiras, açúcar, algodão e café), não cuidamos nem da eleição de um grande produto alimentar de base, nem do fomento da sua produção, de acordo com as nossas necessidades internas e com o crescimento da nossa população. Instintivamente todas as grandes culturas, através da história, elegeram o trigo ou soja alimento de base; a moderna ciência da nutrição viria mostrar o acerto desta orientação instintiva na descoberta dos aminoácidos formadores da molécula protéica dos animais superiores. Nós, depois de haveremos cultivado largamente o trigo, esse cereal incomparável, o abandonamos inexplicavelmente, para vivermos de trigo importado. Não imitamos o oriente, cultivando a soja, o mais rico de todos os vegetais para a nutrição humana, visto que encerra os aminoácidos essenciais à arquitetura dos tecidos humanos e ao completo desenvolvimento do organismo. Cultivamos o arroz e o despompamos para que ele se empobreça de todos os materiais nobres do grão; ficamos reduzidos ao feijão, última riqueza da ração protéica da grande massa da população. Comemos carne, em quase todo o país, em mínguas proporções e desprezamos o leite, por mau hábito, sem que fomentemos a sua produção. Donos dos mais ricos e saborosos frutos que a faixa tropical nos oferece, quase os não cultivamos, descuidamos a sua produção. Enfim, devendo, fundamentalmente, elevar a qualidade do elemento humano no sentido biológico, descuidamos o mais importante de todos os fatores: a boa nutrição. Tendo todas as condições para fruir uma das melhores alimentações do mundo, não a desfrutamos porque não produzimos suficientemente e por não nos sabermos alimentar".

Ainda, como causas, poderíamos citar e aplicar ao Brasil o que disse de toda a América Latina o Embaixador do Chile na ONU, Doutor Hermán Santa Cruz. Foi ele eleito Vice-Presidente da Sexta Sessão do Conselho Econômico e

Social daquela organização mundial. Nessa ocasião, em entrevista à imprensa, disse, entre outras coisas: "Nossos (os da América Latina) recursos naturais, nossa riqueza agrícola e a abundância de matérias primas contrastam com a nossa falta de desenvolvimento econômico. Um dos obstáculos principais desse desenvolvimento é a estrutura fisiográfica da América Latina.

Nossos sistemas de comunicações são inadequados; nossos rios navegáveis não são totalmente utilizados. As estradas e ferrovias foram construídas com um custo excessivo e mal satisfazem nossas necessidades. Nossa agricultura é em extremo rudimentar e colonial. O nível sanitário das populações é baixíssimo e o analfabetismo é um fenômeno comum às grandes massas. Vários são os fatores que retardam o nosso progresso econômico. Primeiro, nosso relativo isolamento. Depois, a falta de carvão, que se encontra apenas em alguns países e com pouca abundância.

A falta de carvão impede o estabelecimento da indústria pesada (o petróleo e a energia elétrica estão ainda em estado potencial). E ressaltam trágicos paradoxos, a cada instante. Sendo, em geral, exportadora de alimentos, possui a América Latina, contudo, países como o Brasil e o Chile, que os importam. Não obstante nossa capacidade produtiva destes alimentos, grandes, enormes setores de nossas povoações são vítimas da má nutrição ou da fome". E cita, então, os índices do custo da vida dos países da América Latina, no período de 1944 a 1947. Tomando como base o número 100, para 1937, vê-se nessa tabela, que o índice do Brasil passou para 170, em 1944; para 197, em 1945 e para 222 em 1946. E podemos acrescentar que, pelos dados estatísticos publicados no Relatório do Banco do Brasil, relativo a 1947, o aumento do custo da vida, no ano passado, foi quase o triplo do constatado em 1946.

É o próprio Chefe do Governo quem diz, em mensagem presidencial ao Congresso: "São diversas,

complexas e, algumas vezes, remotas as causas da atual crise de produção agrícola. As mais imediatas promanam, todavia, da segunda guerra mundial e do rápido crescimento de indústrias, que se destinavam a suprir o mercado interno de artigos que anteriormente se obtinham mediante importação. Tal industrialização determinou o afluxo de capitais e de braços para os centros urbanos, desfalcando os campos e contribuindo para a queda da produção de gêneros de primeira necessidade. Por outro lado, a escassez de combustíveis, as dificuldades da navegação e o desgaste do material ferroviário, reduzindo a nossa capacidade de transporte, reforçaram esses fatos de maneira paradoxal: enquanto em certas zonas de produção se acumulavam consideráveis estoques de gêneros alimentícios, nas grandes cidades os cartões de racionamento e as filas atestavam a insuficiência das mercadorias colocadas à disposição dos consumidores. Essas dificuldades de transportes, ao lado de salários mais elevados e de outras vantagens oferecidas pelas indústrias urbanas, agravaram decisivamente a crise de gêneros alimentícios e determinaram o êxodo rural, afastando a mão-de-obra das atividades agrícolas". Eis porque nos abalancamos ao estudo de tão grave problema. Os dados que se vão ler no capítulo seguinte foram alinhados com a preocupação de descobrir ainda as causas de nossa insuficiente produção de gêneros alimentícios (embora tratemos de alimentação, procuramos estudar mais os produtos agrícolas do que os provenientes da pecuária) e divisar qualquer remédio para esse mal crônico da nossa economia. Eles devem ser lidos e meditados porque, ou o Brasil aumenta a sua produção alimentar, ou caminha para a fome e a anarquia social. A inquietação social proveniente de dificuldades econômicas só poderá ser aplacada com soluções econômicas e, entre estas, avultam as que tendem a fomentar a produção de gêneros alimentícios.

ALGUNS DADOS SIGNIFICATIVOS

Vamos nos basear, para começar, em alguns dados publicados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, sobre o consumo de gêneros alimentícios, no Brasil, durante o período de 1933/1946. Por eles, verifica-se que "a produção desenvolve-se em ritmo de crescimento bem mais lento que o consumo" e que "o incremento dos volumes globais disponíveis de gêneros alimentícios não corresponde às necessidades crescentes, em face, sobretudo, do aumento da população nacional".

A produção desses gêneros, no período citado, passou de..... 15.880.000 toneladas, em 1933, para 19.550.000 toneladas, em 1946, o que representa um aumento de 23% em 14 anos. Enquanto isso, o crescimento demográfico foi, no mesmo período, de 32%. Como resultado imediato desse desequilíbrio, ocorreu a queda do consumo anual "per capita", notando-se que o brasileiro, que em 1933 dispunha de uma disponibilidade média de 436 quilos de gêneros alimentícios, passou a dispor, em 1946, de apenas 391 quilos, ou seja menos 10%.

Trezentos e noventa e um quilos de gêneros alimentícios para o consumo anual de uma pessoa correspondem a pouco mais de um quilo por dia. "Basta este fato para caracterizar a extrema gravidade do problema. A subnutrição do nosso povo não é somente crônica, mas também crescente com os anos". Em outras palavras, cada um dos 35.430.230 habitantes de 1933 dispunha de 436 quilos de alimentos por ano. Em 1946, cada um dos 46.725.938 só dispôs de 391 quilos. Esta fuga de atividade na produção de gêneros deve estar se encaminhando para outros setores. Vejamos o que dizem os números. Do que produzimos, em 1930, 16,22 milhões de toneladas foram de gêneros e 2,05 de matérias-primas. Em 1944, os gêneros foram 17,70 milhões e as matérias-primas 7,25 milhões. Enquanto que, na produção primária de 1930, os alimentos representavam 89% e as matérias-primas 11%, em 1944 os gê-

neros representaram apenas 71% e as matérias-primas subiram para 29% ! A industrialização é a causa desse desvio da mão-de-obra da produção de gêneros para a de matérias-primas e sua transformação, nas indústrias. De fato, o valor da produção industrial do país, que foi de 8 bilhões de cruzeiros, em 1937, atingiu, em 1940, 12 bilhões e em 1943 cerca de 27 bilhões de cruzeiros ! São cifras que bem exprimem o desenvolvimento do nosso parque industrial e as possibilidades da matéria-prima regional. Nada menos de 15 mil fábricas novas instalaram-se no Brasil, entre os anos de 1938 e 1942. Cada vez mais aumenta a população geral do país e a sua população industrial, esta não sendo mais que consumidora de gêneros. Por isso, o Brasil é obrigado a importar cada vez mais trigo, desviando divisas que poderiam ser utilizadas na compra de equipamentos de transportes agrícolas, etc. As importações do Brasil, em 1947, foram as maiores de todos os tempos. Nos 10 primeiros meses importamos 19 bilhões de cruzeiros, quando nos 12 meses de 1946 não passou de 13 bilhões e de 8,6 bilhões em 1945. Pois bem, em 1947, o dinheiro que mais gastamos, naqueles 10 primeiros meses, foi o que pagamos pelas importações do trigo, no valor de 2.223 milhões de

cruzeiros. Foi a maior importação do país, superior mesmo aos caminhões, automóveis, motores para autos e acessórios, pelos quais pagamos 2.183 milhões de cruzeiros.

Segue-se, em 3º lugar, os subprodutos de petróleo, para os quais pagamos 1.180 milhões de cruzeiros. Vem depois o carvão com 539 milhões de cruzeiros. É interessante verificarmos, revendo ainda a lista, que importamos mais rádios, vitrolas e acessórios (348 milhões) do que vagões para estradas de ferro (219 milhões) ou do que locomotivas (197 milhões); mais geladeiras (189 milhões) do que motor Diesel e elétricos (180 milhões); mais tecidos de linho (166 milhões) do que ferramentas para artes e ofícios (137 milhões) ou trilhos e cremalheiras (127 milhões) e mais vinhos de mesa (113 milhões) do que aço em barras (117 milhões).

Hoje, sabe-se já o valor total das importações de trigo, em 1947 e que alcançaram 2.340 milhões de cruzeiros. Entremos agora, mais de perto, na apreciação da situação de cada produto alimentar.

Trigo — As importações de trigo, que se desdobra em farinha e trigo em grão, foram as seguintes, nos últimos 5 anos:

EM VOLUME (1.000 TONELADAS)

Anos	Farinha de trigo	Trigo em grão
1943	28	1.043
1944	73	1.201
1945	142	1.090
1946	244	212
1947	444	335

EM VALOR (CR\$ 1.000.000,00)

Anos	Farinha	Trigo em grão
1943	29	773
1944	117	1.097
1945	244	1.225
1946	535	406
1947	1.361	979

Saltam logo à vista a crescente sangria do país, em milhões de cruzeiros, para pagamento do trigo importado em volume cada vez maior e a diminuição progressiva da importação do trigo em grão. Em outras palavras, estamos pagando também, ao estrangeiro, a moagem do trigo, que pode ser feita no país. Contudo há uma reação para nos libertarmos das importações de trigo e praza aos céus que persistamos nela. Em 1944 o Brasil (no passado exportador de trigo) produziu 170,5 mil toneladas; em 1945 — 233 mil; em 1946 248 mil; em 1947 — 287 mil e para 1948 espera-se safra ainda maior. O rendimento médio por

hectare também melhorou. Passou de 519 quilos em 1944 para 874 quilos, em 1947.

Os maiores produtores são os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Arroz — É um dos poucos gêneros dos qual o Brasil tem sobras. Em 1917 o Brasil ainda importava arroz. Em 1942 produzia 32 milhões de sacas. No momento, acabam de ser liberadas, para exportação, 2.500 mil sacas (Maio de 1948).

Açúcar — Tanto a produção como o consumo, vem revelando tendências ascendenciais nos 3 últimos anos. Vejamos:

Anos	Produção (Sacos de 60 kg)	Consumo (Idem)
1945	15.422.844	15.830.391
1946	18.013.218	16.255.234
1947	20.370.471	17.537.941

Há pois uma tendência para a produção superar o consumo, no caso do açúcar.

Foram mesmo exportados, em 1947, mais de um milhão de sacos. Mas observemos que em 1945, o consumo era ainda maior que a produção.

Feijão — É o produto básico do brasileiro. Talvez seja por isso que o Brasil ocupa o terceiro lugar quanto à quantidade da produção de feijão no mundo. A safra global do país é estimada em mais de 15 milhões de sacas de 60 quilos.

Mandioca — É uma das amiláceas que mais importância tem na economia popular, sobretudo no Norte e Nordeste do país. Nessas regiões, a mandioca é para o sertanejo, o que o trigo é para o europeu. Em 1942, o Brasil produziu 8.575.486 toneladas de mandioca.

Milho — O volume da sua produção é o maior de todas as produções agrícolas nacionais, em cujo quadro geral entra com 39 %. Em 1942, o Brasil produziu 92 milhões de sacos de 60 quilos, sendo, assim, o 2º produtor do Ocidente, vindo abaixo dos Estados Unidos.

Soja — Embora comprovada a cultura dessa leguminosa em nosso

país, o seu consumo é ínfimo e os dados a respeito desconhecidos.

Aveia — O país produziu apenas 7.774 toneladas desse cereal, em 1942, menos do que em 1941.

Batata — É visível a falta desse produto no país. Em 1942 produzimos apenas 436.244 toneladas.

Centeio — A produção não foi além de 15.862 toneladas, em 1942.

Cevada — 15.565 toneladas, em 1942.

Frutas — A produção de laranjas, no país, é superior a 35 milhões de caixas. A de banana é estimada em 76 milhões de cachos. A de abacaxis, em 1942, foi de 83 milhões de frutas.

Vinhos — Atualmente, a produção de vinhos nacionais aproxima-se de 50 milhões de litros, tendo declinado extraordinariamente as importações.

Nada menos de 100.000 agricultores são desviados, no sul do país, para a viticultura.

Analizamos apenas 13 itens, essenciais à alimentação.

Em conjunto, sobre 24 produtos da produção agrícola do Brasil,

em 1942, nada menos de 16, ou sejam 66 %, tiveram a sua produção diminuída, relativamente ao ano de 1941.

Pecúária — O Brasil, que, em 1935, possuía um rebanho de 91,5 milhões de cabeças de gado, só possuía, em 1939, um rebanho de 89,6 milhões. De 1939, ano que marca o início da 2ª Grande Guerra, para cá, a situação deve ter piorado extraordinariamente, a julgar pela falta do produto nos mercados internos e pela própria diminuição da exportação. Em 1940 o Brasil ainda exportou 148 mil toneladas de carnes, mas em 1943 exportou apenas 66 mil e em 1944 tão somente 14 mil (6 meses).

Penetremos, agora, um pouco, no arcabouço de nossa organização rural.

O censo realizado em 1920 apurou a existência de 648.153 estabelecimentos agrícolas. O último recenseamento, o de 1940, acusou cerca de 2 milhões de propriedades, prova palpável de que avançamos no caminho do parcelamento das grandes propriedades. Maior número de médios e pequenos produtores estão atuando na nossa economia rural. Em outras palavras, os 1.904.589 estabelecimentos agrícolas recenseados assim se distribuem, pelas regiões do país:

REGIÕES	TOTAL	POSSUEM MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS	
		Quantidade	%
Norte	81.079	2.040	2,4
Nordeste	476.682	21.273	4,4
Leste	643.909	59.336	9,1
Sul	636.203	350.288	55,0
Centro-Oeste	65.930	1.423	1,5
Brasil	1.904.589	433.914	22,78

(Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento).

É porém, desolador verificar-se que apenas 20 %, ou seja, 1/5 dos estabelecimentos agrícolas do país possuem máquinas e aparelhos agrícolas. Aqui está uma das grandes causas da insuficiência de produção de gêneros alimentícios, no Brasil. É a falta da mecanização da lavoura. É a falta de equipamentos agrícolas de toda a sorte. O trabalho nas nossas lavouras, praticamente, é braçal, o homem dispendendo exaustiva energia para colher um resultado medíocre. A

subsistência no Brasil, na idade da máquina, depende de braços humanos. E se observarmos o quadro acima, veremos que o caso apresenta aspectos ainda mais desoladores. Dos 433.914 estabelecimentos equipados com máquinas, a maioria, ou sejam 350.288, está localizada numa única região do país: o Sul. Vem em 1º lugar o R.G. do Sul, com 188.028 estabelecimentos possuidores de máquinas e, em 2º lugar, S. Paulo, com 120.086.

Dos 1.904.589 estabelecimentos agrícolas do país, 1.280.112 estão localizados nas regiões Leste e Sul (87 %) e 624.477 nas restantes regiões (33 %). Em outras palavras, enquanto as regiões Leste e Sul, com uma área de 2.059.472 km², possuem 1.280.112 estabelecimentos agrícolas, todas as demais regiões, com uma área de 6.451.717 km², possuem apenas 624.477. Para uma área 3 vezes maior, um número de estabelecimentos agrícolas 2 vezes menor, o que mostra quão pouco parceladas estão as imensas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste!

O Estado que maior número de estabelecimentos agrícolas possui é Minas Gerais, com 284.685. Seguem-se S. Paulo, com 252.615, Rio Grande do Sul, com 230.722 e Bahia, com 226.343.

O número de estabelecimentos agrícolas que possuem tratores, segundo o censo de 1940, atinge apenas a 3.380, dos quais 2.650 se concentram na região meridional. A recente transformação da Fábrica Nacional de Motores em Sociedade por ações dá-nos esperança de que vamos modificar a nossa orientação relativamente a equipamentos agrícolas. É o próprio Chefe do Governo quem diz, em mensagem ao Congresso, que, "no decorrer de 1947, o Governo tomou várias providências para a organização definitiva da F.N.M., visando suprir as necessidades do país em máquinas e equipamentos para mecanização da lavoura, renovação e desenvolvimento do nosso parque industrial e melhoria do atual sistema de transportes, principalmente rodoviário". A F.N.M. "terá como objetivo essencial a fabricação e reparação de motores, sobretudo os destinados à indústria de veículos, tais como tratores, caminhões e equipamentos diversos".

Em janeiro deste ano (1948) realizaram-se, no quilômetro 47 da Estrada Rio-São Paulo, demonstrações práticas do funcionamento e ação do trator marca "David Brown", cujos planos de fabricação, sob licença, foram oferecidos ao Brasil. É uma prova de que até patentes de marcas de tratores

não nos faltam para resolver o problema. O cooperativismo, sistema econômico-social que tanto tem beneficiado os povos civilizados, tem-se desenvolvido, entre nós. Em 1930 possuíamos, apenas, 172 entidades. Em 1944 esse número se elevava para 1964.

Quanto ao crédito agrícola, apesar da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil ter concedido, desde a sua abertura, em 1938, cerca de 54 mil créditos rurais, longe está o país de se dizer satisfeito neste particular. Muitos mesmo atribuem às dificuldades de obtenção de créditos agrícolas para financiamento das safras, a insuficiência da nossa produção de gêneros alimentícios. Há uma reforma bancária em andamento, no Congresso. É de se esperar que ela atenda a este tão importante fator da economia nacional. No Brasil, apesar da produção de gêneros ser insuficiente para as necessidades de uma população em número sempre crescente, ela ainda é diminuída pelos inimigos da lavoura, agentes animais ou vegetais nocivos. Estima-se em cerca de 30 % a proporção das safras brasileiras destruídas por tais agentes, causando aos agricultores do país prejuízos superiores a 5 bilhões de cruzeiros por safra. Possuímos uma defesa sanitária vegetal e animal carecendo de maiores verbas para poder ampliar-se e desempenhar, com maior eficiência, o seu papel. Ainda recentemente a peste suína sacrificou milhões de cabeças de gado suíno, no Sul do país, com imediatas repercussões na alimentação do povo, no setor das gorduras. Quanto à distribuição da população nas atividades agrícolas, passemos a palavra ao professor Giorgio Mortara.

"Na parte masculina da população de 10 anos e mais, estão ocupados em atividades extra-domésticas mais de 4/5 dos recenseados: 81,6 %.

O setor econômico em que se encontra a maior fração da população masculina de 10 anos e mais, 56,7 %, é o das atividades agrícolas e pecuárias, que estimulam, apro-

veitam e beneficiam a produção vegetal e animal. A predominância desse ramo de atividade é comum a todos os Estados, variando, entretanto, a sua cota entre o mínimo de 34,5 %, no Amazonas e o máximo de 73,1 %, em Goiás. Entre as regiões, marca a menor cota, 39,1 %, a do Norte, e a maior, 67,0 %, a do Nordeste. As indústrias extrativas de produtos minerais, vegetais e animais, que exploram os recursos do subsolo e a produção espontânea do solo, ocupam apenas 2,4 % da população masculina de 10 anos e mais. Da população feminina de 10 anos e mais, 3/4, ou mais precisamente 73,5 %, estão ocupados em atividades domésticas ou escolares, enquanto ascende a 11,2 % a parte inativa, na maioria constituída de crianças ou adolescentes. Logo, as mulheres ocupadas em atividades extradomésticas representam apenas 15,3 % do número total, contribuindo para essa cota principalmente as atividades agrícolas e pecuárias, com 8,7 %, e secundariamente os serviços sociais, com 3,0 % e as indústrias transformadoras, com 2,0 %, sendo apenas de 1,6 % a quota dos demais ramos de atividade". A proporção de mulheres ocupadas em atividades agrícolas, no Brasil, é baixa, em contraste com o que se observa na Europa e Ásia. Isso muito contribui para que, considerando, em conjunto, a população masculina e feminina do país, de todas as idades, apenas 1/3 dedica-se a atividades extradomésticas. Todos

esses dados devem ser meditados pelos brasileiros. "Apesar da grande extensão do território nacional e do número relativamente elevado das pessoas ocupadas, a produção agrícola, pecuária e extrativa é escassa, em virtude das falhas da organização e do baixo rendimento de trabalho". Uma das causas desse baixo rendimento de trabalho é a falta de energia. O Brasil é um país que tem fome de energia, sob todas as formas. A eletrificação rural, realidade que produziu maravilhas nas fazendas dos Estados Unidos, é sonho longínquo para nós. A eletricidade, no Brasil, ainda não saiu das cidades e mostra-se cada vez mais insuficiente para as próprias cidades. A própria mecanização da lavoura só poderá tornar-se uma realidade no dia em que tivermos energia própria e não importada, sob a forma de petróleo, carvão, etc. Para ilustrar as afirmações acima sobre a carência de energia neste imenso país, onde há, só em energia hidrelétrica potencial, nada menos de 14.366.000 kw, vamos apresentar alguns dados que falam por si mesmo. Dizem que, dentro de 10 anos, a energia elétrica estará para a energia atômica, como, hoje, a energia muscular do homem, do boi, ou do cavalo estão para a energia elétrica. Veremos abaixo como estamos longe da era da energia elétrica. Os quadros abaixo foram publicados pelo engenheiro Glycon de Paiva, em Boletim do Ministério da Agricultura.

**PRODUÇÃO DIÁRIA DE TRABALHO EM 17 PAÍSES, DE ACÓRDO
COM A NATUREZA DA ENERGIA CONSUMIDA,
SEGUNDO CARTER E DODGE**

(Kilowatts-Hora)

PAÍS	NATUREZA DA ENERGIA (milhões kw h)				TRABALHO DIÁ- RIO PRODUZIDO	
	Muscular	Carvão	Petróleo	Hidráulicas	Total (mi- lhões kw h)	Per capita (kw h)
EE. UU	30,000	750,000	300,000	91,000	1,231,000	10,02
Canadá	2,474	41,200	13,200	44,400	101,273	10,00
Noruega	0,075	2,800	0,480	11,250	14,975	5,75
G. Bretanha	11,250	220,000	21,150	3,000	230,400	5,00
Alemanha	15,570	287,000	7,120	9,750	299,620	4,93
Suécia	1,300	5,620	1,425	12,000	20,345	3,36
Suíça	0,980	2,920	0,750	8,600	12,250	3,37
França	16,500	95,000	8,200	18,000	132,700	3,25
Austrália	1,570	7,500	7,500	—	16,570	2,80
Japão	15,800	39,000	5,250	22,500	82,550	1,27
Argentina	2,800	3,360	7,500	0,262	13,942	1,27
Itália	10,500	17,200	3,450	20,200	51,450	1,26
Espanha	5,700	9,750	1,350	6,000	32,800	1,05
Rússia	39,500	42,000	26,200	3,000	110,700	0,71
Brasil	9,750	2,350	2,240	4,500	19,040	0,47
Índia	79,600	25,600	6,000	2,250	113,450	0,36
China	100,000	32,200	3,060	—	135,260	0,34

Por ele se vê que o brasileiro dispõe de 0,47 de kw h, menos, portanto, 21 vezes que o americano

ou o canadense e um consumo "per capita" apenas superior ao indiano e ao chinês.

Essas mesmas nações são classificadas segundo a natureza da energia predominantemente utilizada, no quadro que se segue:

CLASSIFICAÇÃO DE 17 NAÇÕES, DE ACÓRDO COM A NATUREZA DA ENERGIA PREDOMINANTEMENTE UTILIZADA

PAIS	NATUREZA DA ENERGIA				Produção mediante predomínio de energia de:
	Muscular %	Carvão %	Petróleo %	Hidráulica %	
China	74.00	23.80	2.20	0.00	Músculo
Índia	70.00	23.80	5.30	1.90	
Brasil	51.00	13.40	11.80	23.80	
Alemanha	5.30	88.90	2.40	3.30	Carvão
Inglaterra	4.40	86.00	8.40	1.20	
França	7.65	71.75	6.95	13.65	
EE. UU.	2.40	61.00	29.20	7.40	
Japão	19.20	47.20	6.40	27.20	
Austrália	9.40	45.40	45.20	0.00	
Espanha	25.10	42.80	5.60	26.50	
Rússia	35.80	37.60	2.70	2.70	
Argentina	20.20	24.30	53.80	1.90	Petróleo
Noruega	4.50	17.50	30.00	75.00	Hidráulica
Suíça	7.40	22.10	5.60	64.80	
Suécia	7.30	27.10	6.85	58.75	
Canadá	2.40	40.70	12.90	44.00	
Itália	20.50	33.50	6.70	39.30	

O Brasil utiliza 51 % de energia muscular, 13,40 % de carvão, 11,80 % de petróleo, 23,80 % de hidráulica, com predominância de aproveitamento de energia muscular, índice bem desfavorável ao julgamento de nosso progresso, tanto mais se considerarmos que grande parte dessa energia muscular é humana, atuando com ferramentas rudimentares, como a

enxada, o facão, a pá, a foice, a picareta e o machado.

Abstração feita dessa energia muscular, que representa 51 % do total das fontes de energia no Brasil, as nossas primeiras fontes de energia foram avaliadas, pelo meu brilhante colega tenente-coronel Carlos Berenhauer Junior, membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e relator do

Plano SALTE, no setor de energia, em cujo esclarecido trabalho colhi

preciosas informações, conforme os seguintes dados:

ANO DE 1946

FONTES DE ENERGIA	TONELADAS	CALORIAS	BILHÕES DE CALORIAS	%
Lenha	50.000.000	4.000	200.000	82,0
Carvão nacional	1.879.000	5.000	0.395	3,9
Carvão estrangeiro	1.071.000	7.000	7.497	3,1
Gasolina	624.000	11.000	6.864	2,8
Óleo Diesel e "fuel oil"	810.000	10.500	8.505	3,4
Alcool motor	102.000	7.000	714	0,3
Petróleo nacional	8.700	10.500	91	0,04
Carvão vegetal	1.000.000	7.000	7.000	2,86
Hidrelétrica				
4.300.000.000 kw h.		861	3.875	1,60
Total			243.941	100,0

A lenha e o carvão vegetal representaram 84,86 % do total de energia produzida no Brasil, em 1946.

Os combustíveis estrangeiros corresponderam a 9,3 % do total da energia consumida. O valor das importações de combustíveis, no mesmo ano, foi de

Cr\$ 1.059.624.000,00 ou sejam 7,7 % do total de Cr\$ 13.029.000.000,00 recebido do estrangeiro.

Para se ter uma idéia da evolução das fontes de energia utilizadas no mundo, transcrevemos um quadro comparativo entre os anos de 1913 e 1935:

Fontes de Energia	1913		1935	
	Millhões de ton	%	Millhões de ton	%
Carv. de pedra	1.216	71,5	1.116	57
Petróleo	77	4,5	323	16
Lenha	300	17,5	250	12
E. Hidráulica	40	2,5	135	7
Gás Natural	24	1,5	75	4
Linhito	46	2,5	73	4
Totais	1.703	100,0	1.993	100

Enquanto o carvão e a lenha diminuíram em tonelagem e percentualmente o petróleo, a energia hidráulica, o gás natural e o lenhito aumentaram.

Pelos quadro acima vê-se claramente quais são as causas da profunda anemia econômica em que se debate o nosso país, com reflexos diretos sobre a nossa agricultura. Enquanto nos Estados Unidos o trabalho diário produzido se cifra em 10,02 kw.h "per capita", no Brasil esse trabalho não vai além de 0,47 kw.h "per capita". Estamos em 15º lugar e só acima da Índia e da China. 51 % do total da energia predominantemente utilizada no Brasil é "muscular". E dos 49 % restantes, apenas 1,6 % é proveniente da energia hidrelétrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Urge levantar o nível econômico do Brasil. Da resolução do problema econômico dependerá a solução do problema social. Escrevendo sobre o rápido progresso do comunismo, entre nós, um jornalista norte-americano atribuiu-o à insatisfação popular. São suas palavras: "Pouco cogitaram o governo federal e os governos estaduais do desenvolvimento econômico do país. Não proveram suficientemente o Brasil de ensino técnico, indispensável, na época em que vivemos. Não se construíram grandes obras de irrigação, como no México. Não se projetou e levou a termo todo um grande plano de estradas de ferro e de rodagem, como na Argentina. Não se domaram os rios, captando milhões de quilowates, como nos Estados Unidos, no Canadá, na Noruega, na própria Rússia. Não se desenvolveu e industrializou a agricultura. O Ministério da Agricultura continuou e continua com verbas ridiculamente pequenas, de pés e mãos amarrados por um Código de Contabilidade antiquado, inteiramente fora do momento em que vivemos. As Secretarias da Agricultura — se excetuarmos duas ou três — pouco ou nada fizeram. Em algumas, houve mesmo relativa redução de verbas, e os serviços min-

guaram proporcionalmente, paralisando o progresso e ameaçando tudo o que anteriormente se tinha realizado. É que se verifica em alguns Estados das regiões Nordeste, Leste e Sul. No Norte ainda não houve governo estadual com preocupações econômicas. Arrecadaram, colocam os amigos, fazem de quando em quando um jardimzinho público e só. Ainda estão na época dos coretos e das retretas de fim de semana. A produção agrícola, desamparada de técnicos, transportes, material indispensável, reduzia ou se mantinha mais ou menos estável, enquanto as necessidades do consumo cresciam em proporção aritmética.

E o vácuo de lavouras se fazia em torno das grandes cidades, como acontece com o Rio, cuja zona envolvente nada produz, entregue a latifundiários que não cultivam o solo, nem permitem o seu cultivo. Os resultados de tal série de erros econômicos estão à vista de todo o mundo — o racionamento, as filas, a carestia da vida, os preços subindo aos pulos, uma exploração absurda, a ganância exacerbada, a desilusão, a insatisfação popular, o comunismo". Apesar dos exageros, devemos convir que há muita dose de verdade nas palavras acima, principalmente na correlação entre a questão econômica e a social. Para citar um brasileiro, vamos transcrever as palavras do nutricionalista professor Josué de Castro, em conferência feita perante numerosa assistência: "O Brasil, como país de tipo semicolonial, com sua agricultura semifeudal, à base de processos agrícolas arcaicos e de manifesta tendência à monocultura latifundiária, apresenta um coeficiente de produção alimentar muito abaixo das necessidades biológicas de suas populações". Analisando, de maneira geral, as necessidades de cada zona do país, traçou um retrato negro da realidade alimentar do Brasil. Referiu-se a um inquérito feito por ele, em Recife, que o levou à conclusão de que metade da população daquela zona morre aos 30 anos, em consequência da subnutrição. Acrescentou também bas-

tar, para aquilatar a importância da alimentação, verificar que no Sul do país, onde a alimentação é menos insuficiente que no Norte, o homem produz 10 vezes mais que seu irmão nortista ou nordestino. São os grandes contrastes do Brasil. "Por suas extraordinárias condições geográficas, disse o Dr. Castro Barreto, que se enquadram numa das maiores unidades políticas do mundo, ostenta o Brasil, na sua gigantesca adolescência, uma larga variedade de estágios culturais que vão das selvas habitadas pelos xavantes aos gigantes centros industriais. E são, precisamente, os reflexos destas diferenças culturais que expressam os grandes desníveis econômicos que representam, em verdade, as mais chocantes desigualdades existentes entre os brasileiros".

Alberto Torres preconizava como base de toda organização a política econômica. É o próprio fundamento da vida social, jurídica e moral de um povo, dizia. Sem valor econômico, o homem não pode ter personalidade. É sob este

aspecto que se mostra a maior fraqueza da sociedade nacional, dizia ainda.

"Até há pouco, avaliava-se o ativo de um país em terras, em riquezas minerais, na produção das suas atividades agro-pecuárias e das suas indústrias. Mas, quem é o elemento criador, quem é que põe em valor, ou, por outras palavras, quem cinetiza todos os valores estáticos de um país? É o homem; o homem que é a maior de todas as suas riquezas. O homem é a sociedade que ele forma. É da sua condição individual e social que resulta a grandeza de uma nação, o bem-estar de um povo e o poder de um Estado".

Não podemos dizer, à vista das estatísticas, que a condição individual e social do Brasileiro seja das mais promissoras. Senão, vejamos. Vamos citar dados da ONU sobre as condições econômicas da América Latina e quanto a 3 países somente: o Brasil, a Argentina e Cuba. Ei-los:

Países	População	Veículos	Receptores de rádio
Argentina	13.709.238	309.500	1.050.000
Brasil	43.550.000	174.000	590.000
Cuba	4.778.000	48.324	175.000

Países	Telefones	Vias férreas (milhas)	E. de rodagem (milhas)
Argentina	480.857	25.359	253.115
Brasil	290.910	21.253	142.294
Cuba	68.232	11.594	2.214

Países	Valor total das importações (mil dólares)	Importações (per capita)	Valor total das exportações (mil dólares)	Exportações (per capita)
Argentina	301.881	\$ 23,48	435.122	\$ 30,19
Brasil	275.700	6,33	336.400	7,72
Cuba	133.890	31,67	213.503	50,03

Essa é a situação de fato do Brasil.

Enquanto que cada cubano exporta 50 dólares e cada argentino 30, cada brasileiro exporta apenas 7,7. E no entanto, como diz ainda o Dr. Castro Barreto, "tomos dotados de uma imensa extensão de terra habitável e próximos de cê-

pa de gente que alargou o mundo por suas ousadias e por suas descobertas. Ante os sacrifícios de 4 séculos, sem jactância e sem humildade, apresentamos o quadro atual de uma grande geografia humana, andamos num continuado esforço para a construção de uma grande Pátria. Cumpre-nos, porém,

penitenciar-nos do abandono em que deixamos, em toda a nossa história, o mais excelso de todos os valores — o homem do Brasil, já pelo espantoso desperdício de vida na batalha pela posse das terras para a civilização, enfrentando toda a agressividade bárbara da natureza virgem, humanizando a terra, já pelo despreço à extraordinária força vital e renovadora da nossa gente.

O homem das nações modernas tem que apresentar, fundamentalmente, um bom lastro somático ou biológico e um adestramento técnico, para corresponder às inúmeras solicitações do viver realmente civilizado".

Mas para ter-se um bom lastro biológico, é preciso ter-se alimentos em quantidade suficiente e adestramento técnico significa escolas de todo o gênero. Há, sem dúvida, uma íntima relação entre a situação sanitária, a econômica e a cultural. "Os progressos da luta contra as moléstias e os acidentes, que insidiam a existência humana, se desenvolvem em estreita interdependência com os do padrão de vida e da instrução. Verifica-se, ainda, que a elevação da cultura facilita a divulgação e a aplicação dos preceitos da higiene e da medicina. É, também, óbvio que o melhoramento das condições sanitárias, por sua vez, aumentando a eficiência física e intelectual dos indivíduos, avanta o rendimento do seu trabalho e a capacidade de aprender".

O problema, pois, da saúde e, portanto, do valor do brasileiro, como expressão da civilização moderna, é um problema educação e de assistência técnica que implica em reformas as mais amplas, tanto na nossa estrutura econômica, como até no comportamento de nossos dirigentes. Reconheceu-o o Chefe do Governo, em mensagem ao Congresso quando, no capítulo que versa sobre a reforma agrária, lembra ao legislativo o estudo conjunto dessa e da reforma do sistema bancário do país e diz: "A reforma agrária exigirá, assim, um ajustamento da sociedade rural a novas condições

de vida, e representará, não apenas um esforço de recuperação econômica, mas de recuperação social". Justificando a necessidade de se "disciplinar juridicamente a economia da terra, dando-se ao país uma lei capaz de atender às suas peculiaríssimas condições", diz, textualmente, o Chefe do Governo:

"São bastante conhecidos os desajustamentos e as vicissitudes que tem perturbado a nossa vida rural. Erros seculares reduziram a economia agrícola, no Brasil, a iniciações que, perpetuamente, se renovam, de modo que a um ciclo de produção outro se segue, sem que os resultados do primeiro se consolidem ou efetivem no segundo. Falta-lhe, com efeito, continuidade e plano diretor que a tornem menos precária. Nos últimos anos, tal situação se agravou, pois que, em virtude de injunções, principalmente de ordem externa, o país enveredou por uma industrialização acelerada, descuidado de salvaguardar seu potencial agrícola. Desde a Abolição que se vem acentuando a preponderância da vida urbana na evolução do povo brasileiro, fenômeno que se faz acompanhar de uma industrialização, por vezes, de duvidosas vantagens, porque obtidas com prejuízo do próprio desenvolvimento agrícola. As cidades passaram a atrair grandes massas rurais, que sacrificaram o sentido básico de nossa civilização por uma concentração, a muitos aspectos, nociva ao próprio povo. Não será exagero dizer que tais fenômenos quase nos vão conduzindo a uma crise ecológica, em que se corre o risco de perder o sentido de equilíbrio da vida nacional".

Mais adiante, reconhece o Chefe do Governo que são "precárias as relações entre proprietário e mezeiro, péssimas as condições de colocação dos produtos agrícolas, mesmo nos Estados mais populosos, como Minas e difíceis as condições de permutações deles por utilidades de interesse para a vida rural, pois a deficiência ou ausência de boas comunicações ainda mais enfraquece a sociabilidade e

a troca". E, no capítulo da reforma bancária, que ainda se não concretizou, diz: "O surto da economia brasileira, em seus aspectos mais característicos, espera pela criação de uma cadeia de institutos especializados que corrija o empirismo e ponha um parapeito à indisciplina de nosso sistema bancário". Essa cadeia de institutos especializados constará de um Banco Central e de Bancos Hipotecário, Rural, Industrial, de Investimentos, de Exportação e Importação.

Vê-se quão longe ainda teremos de ir para concretizar o nosso dever de valorizar o homem brasileiro. Praticamente estamos na estaca zero, é inútil desconhecê-lo. Faltam ao país vias de comunicações, transportes e equipamentos de toda a sorte. Sabe-se que cerca de 40 % das safras de feijão, milho e arroz das colheitas extraordinárias resultantes do estímulo de um dos últimos Planos de Emergência e Amparo à Lavoura perderam-se por falta de transporte ou de armazenamento conveniente. Já não falamos de uma rede de frigoríficos e de meios de transporte frigoríferos, elementos úteis à conservação dos alimentos (influem até no próprio nível dos estoques), mas de silos, armazéns, vagões comuns. Já não falamos de estação de expurgo, mas de simples depósitos. Faltam-nos escolas técnicas e crédito rural abundante e barato. Temos que cortar fundo em nossa própria carne para dar ao país tudo isso. Não é possível que continuemos a dissociar economicamente o país, industrializando cada vez mais o Sul e afundado cada vez mais o Norte. Ou somos uma Pátria só ou nós seccionaremos, cedo ou tarde. Em trabalho publicado no "Anuário Estatístico do Brasil", o Sr. Sérgio Nunes de Magalhães Junior estima a renda nacional, aproximadamente, em 91,2 bilhões de cruzeiros, em 1946, para a qual concorrem o Distrito Federal, com 18,4 bilhões e o Estado de S. Paulo, com 40,8 bilhões. O Distrito Federal e S. Paulo sozinhos (59,2 bilhões), concorrem com 65 % da renda nacional! Ajunte-se a renda de 3 Estados importantes, tais como Paraná, Santa Catarina

e principalmente o Rio Grande do Sul, todos na região Sul do país, e ter-se-á idéia da gravidade do problema.

Surge agora, nos horizontes nublados da economia nacional, um raio de luz, que é também um raio de esperança. É o Plano SALTE, produto de uma trégua na eterna luta interpartidária. É o primeiro trabalho, no gênero, planejado para o país a fim de orientar a solução de seus problemas fundamentais de saúde, alimentação e energia, o triângulo fatal que erguera ou sucumbirá o país, conforme a solução que lhe derem. Trata-se de uma grande obra de equipes. Dêle disse um comentarista otimista:

"De fato, o Plano SALTE responde pelas maiores esperanças dos brasileiros na ação dos seus mandatários. Se o que lhes faltava, para enfrentar a crise de produção e de consumo, que até agora tem zombado de todas as medidas de emergência, era um programa calcado nas condições econômicas e nas possibilidades financeiras do país, aí está esse programa, fruto de pesquisas e estudos efetuados por técnicos da categoria. Com esse instrumento de trabalho ou esse roteiro de realizações, o que lhes resta é movimentar a máquina administrativa da União, para produzir os bens de que mais necessitamos, apresentando o máximo rendimento em menor tempo.

Esses bens são mais saúde para o povo, mais alimento para os consumidores, mais transportes para a agricultura, mais energia para as indústrias. E, em seu conjunto, se converterão na prosperidade de todas as classes ativas, no levantamento do nível de vida da população, no aumento da renda nacional, na expansão da iniciativa particular e na maior segurança das instituições políticas".

Desde que o Plano SALTE se revista de um caráter eminentemente nacional, com julgamos que o seja, não temos dúvida em aplaudir as palavras acima e juntar o nosso ao optimismo desse comentarista que tão bem exprimiu os anseios de todos os brasileiros.

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

V

OUTROS PRECURSORES DO COMUNISMO

Na fase revolucionariamente agitada que atravessou a França no Século XVIII, aparece ali um outro precursor do comunismo, na figura de utopista de não menor valor que os anteriores, a despeito de sua condição humilde. Charles Fourier surge com suas teorias comunistas precisamente no período em que a crise econômica dos países europeus mais graves aspectos assumia, em consequência dos abalos e das perturbações causados, primeiro pela Revolução e, depois, pelas campanhas de Napoleão.

Fourier atribui a desordem em que se acham os homens, abandonados à opressão, aos crimes e a todas as misérias de que estes são os principais fatores, à circunstância de terem desprezado a lei da atração, que rege naturalmente a ordem no universo, substituindo-a pelos caprichos filosóficos, aceitos como deveres imprescritíveis.

A concepção doutrinária de Fourier repousa nas seguintes idéias fundamentais:

1° — Os instintos e as paixões humanas são sempre bons e, se pudessem expandir-se livremente, conduziriam os indivíduos à felicidade; deve-se, pois, encontrar boas instituições sociais, isto é, capazes de permitirem essa liberdade de expansão necessária;

2° — O comércio é prejudicial, moral e materialmente, porque corrompe as disposições naturais do homem; é a alma daninha do re-

gime da época e trará a destruição e a ruína, se não fôr, em tempo, substituído pela cooperação e pela associação.

3° — O casamento é uma hipocrisia, porque sempre determina a escravização da mulher, a compra de uma jovem preparada desde a infância para esse fim; deve, por isso, ser substituído pela união livre.

4° — A civilização encerra males de todas as espécies, embora gerando as forças necessárias para elevar a humanidade à fase de associação e harmonia, na qual os instintos humanos terão a liberdade de movimento de que precisam e criarão a alegria, a riqueza e a paz.

Segundo Fourier, todos os fenômenos são movimentos sujeitos a leis mecânicas: — movimento social, animal, orgânico e material. A lei do movimento material já foi descoberta por Newton, porém ainda está por ser descoberta a lei do movimento social, que os instintos e as paixões servem para ocultar. Os instintos tendem, entretanto, para certos fins, que são os chamados "destinos sociais". Se nossos instintos gozassem da necessária liberdade de movimento, todos deveriam obedecer-lhes à ação, por isso que é na "atração apaixonada" que se encontra nosso profundo destino e a completa satisfação de nossos mais nobres desejos. Torna-se indispensável, por-

tanto, que a humanidade se submeta às leis da "atração apaixonada", porque só assim desaparecerão todos os obstáculos que impedem a unidade e a harmonia entre os homens.

Considera Fourier que as paixões humanas convergem sempre para três focos ou centros principais de atração — sensuais, intelectualmente apaixonados e das paixões apuradas — abrangendo doze sentidos ou sentimentos, que são como verdadeiras agulhas a impelirem a alma para aqueles focos de atração.

O filósofo francês estabelece, como se vê, ou procura demonstrar a influência das paixões sobre a conduta dos homens e depois, então, para aplicar sua teoria ao governo da sociedade, preconiza a modificação dos costumes e das instituições sociais, de modo a facilitar o livre desenvolvimento de cada uma das mesmas paixões. Para conseguir isso, é bastante reunir os homens em *falanges*, ou *falanstérios*, ou ainda em combinação de *séries*. De acordo com a definição de Fourier, uma *série* é a liga de diversos grupos reunidos pela identidade de gostos por certa função determinada, como a cultura de um fruto, destinando-se um grupo especial a cada variedade de trabalho. Embora rivais, porque cada um defende a superioridade de sua espécie favorita, os diferentes grupos de cultivadores são obrigados a se unir, para a defesa coletiva dos interesses da série e com o fim de rivalizar com os *falanstérios* vizinhos, que pretendem, por sua vez, a supremacia no mesmo gênero de cultura.

Combinando-se, então, os doze instintos que abrangem os três focos ou centros de atração principais sobre que convergem as paixões humanas, surgem os diferentes caracteres, cujo número se eleva a cerca de 800. E, assim, em grupos de 800 pessoas facilmente serão encontrados os germes de toda a perfeição.

Os homens passarão a viver em *falanstérios* quando a humanidade atingir a última fase de sua exis-

tência, ou seja o socialismo, ou sociantismo, segundo a designação de Fourier, e depois de ter passado pelos anteriores períodos, em número de seis, desde o estado de natureza até a civilização e o garantismo, que é, este último, um período de transição entre o individualismo e o sociantismo. Mas, o que é interessante observar é que os *falanstérios* serão instalados em grandes edifícios, administrados dentro de normas cooperativistas, que orientarão, também, o trabalho dos grupos de pessoas. De acordo com a idéia de facilitar a perfeição, esses grupos poderão ser de 1.600 ou 1.800 pessoas, isto é, de um número igual ou pouco maior que o dobro de 800, para que neles se realize da melhor maneira possível a combinação dos caracteres. Os *falanstérios* serão associações livres, constituídas de capitalistas, operários e administradores, entre os quais o produto do trabalho será repartido da seguinte maneira: — 5/12 para os operários; 4/12 (um terço) para os capitalistas; e 3/12 (um quarto) para os administradores.

Charles Fourier preconizava, enfim, a união livre, a educação das crianças a expensas dos grupos, diversões à vontade, alegria de viver em suma; e entendia que tudo isso só seria possível graças aos *falanstérios*, onde homens, tornando-se melhores e mais sábios, poderiam viver, em média, até aos 144 anos de idade.

A engenhosa concepção de Fourier teve, porém, na crueldade fria dos fatos o seu desmentido, pois o primeiro *falanstério* por ele instalado desapareceu antes mesmo de concluído e o grande utopista veio a falecer com apenas 65 anos de idade, muito longe do limite médio com que sonhara na sua teoria bem intencionada...

A DOCTRINA SOCIAL DE SAINT-SIMON

As idéias de Charles Fourier ainda não haviam saído da moda e eis que outro reformador aparece em França, nas vésperas da revolução de 1830, Henrique de Saint-

Simon, com efeito, lança em circulação uma nova doutrina social, que se caracteriza por circunstância toda especial e realmente curiosa, pois se desenvolveu e começou a ter cunho verdadeiramente social-reformista alguns anos depois da morte de seu criador.

Em uma de suas primeiras obras, Saint-Simon considerava a sociedade dividida em três classes: 1°) os liberais (sábios, artistas e todos os indivíduos de idéias progressistas); 2°) os possuidores (adversários do progresso, inimigos de qualquer transformação); e 3°) os operários (todos os que se grupam em torno da palavra de ordem de igualdade).

A idéia fundamental da doutrina saint-simonista consiste em que, sendo o desenvolvimento da produção de riquezas a missão da sociedade, a família humana deve ser uma vasta sociedade de produtores, governada por uma hierarquia sacerdotal. Daí, então, a organização social baseada teoricamente na mais completa igualdade mas reduzida, na prática, a um verdadeiro despotismo teocrático. Os homens são todos iguais e têm direito às mesmas prerrogativas, não admitindo a sociedade outra desigualdade que não a resultante da diferença de capacidades.

Segundo ainda as idéias de Saint-Simon, como o paganismo fôra puramente sensual e o cristianismo uma reação exagerada contra suas tendências, a carne deve ser reabilitada. Os prazeres sensuais são tão lícitos quanto os do espírito e, por isso, deve cessar para sempre o antagonismo entre o corpo e alma.

O homem e a mulher unem-se livremente e separam-se quando bem entendem; enquanto, porém, estiverem unidos, formarão uma "unidade coletiva", um "andrógino", composto de dois elementos associados.

Todos os membros da sociedade devem ter uma educação comum, social e profissional. A herança e a propriedade, por serem incompatíveis com a igualdade, devem ser abolidas. As terras e os instrumentos de produção devem ser

entregues aos sacerdotes, que os confiarão gratuitamente aos mais laboriosos, mais hábeis e mais dignos. É aos sacerdotes que compete, também, a repartição dos produtos, segundo o trabalho e o mérito de cada indivíduo, realizando o princípio econômico fundamental do sistema: — "a cada um segundo a sua capacidade, a cada capacidade segundo suas obras".

O SISTEMA COMUNISTA DE ROBERTO OWEN

Enquanto Charles Fourier, na França, apresentava seu mundo dos *falanstérios*, Roberto Owen, na Inglaterra, imaginava também um sistema de reformas por meio da educação racional. Partindo do princípio da irresponsabilidade, sustentava o escritor inglês que o homem não é bom nem mau, mas simplesmente um joguete das circunstâncias que o cercam.

Os conceitos, ou noções, de crime e justiça, de castigo e recompensa são falsos e contrários à lei da natureza. Todos os atos humanos são o resultado de crenças, erros e preconceitos inculcados pela sociedade e, por isso, mesmo, são contrários à idéia de censura e louvor, porquanto o mérito e o desmérito não podem ser compreendidos sem a noção da responsabilidade. Em tais condições, a inteligência humana é um mero produto de circunstâncias exteriores e, então, forçoso é admitir, por terem bases falsas, a abolição das instituições políticas, civis e religiosas, para se estabelecer um regime comunista fundado na identidade de capacidades.

Visando criar um novo espírito e uma nova vontade, esse sistema seria imediatamente aplicável por meio de sociedades cooperativistas. Os habitantes de cada região se grupam em cinco classes, conforme a idade de cada um: assim, a primeira classe, dos 5 aos 15 anos, é a dos *aprendizes*; a segunda é a dos *produtores*, dos 15 aos 25; os *conservadores* e *distribuidores*, homens de 25 a 30 anos, formam a terceira classe; os indivíduos de 30 a 40 anos são os *administradores* ou a

quarta classe; enquanto os de 40 a 60 constituem a classe dos diplomatas, a última da hierarquia social. Depois dos 60 anos, vem a época do repouso absoluto e o indivíduo passa a pensionista da sociedade.

No sistema imaginado por Owen, além das classes sociais mencionadas, há ainda um conselho superior de administradores, organizado por meio de eleição e composto de homens entre 40 e 60 anos de idade. Esse conselho superior tem por missão dirigir e aplicar a ciência social, compreendendo as leis naturais e o aperfeiçoamento do caráter, e a ciência política, ou arte de governar, com o objetivo de fixar sobre bases racionais a natureza do homem e a condição de sua felicidade na terra.

Como todos os reformadores sociais de sua época e, também, das épocas anteriores, Roberto Owen fundamenta a nova sociedade que preconiza na abolição dos sistemas religiosos e da propriedade privada, assim como na extinção da família pela não aceitação do casamento. Seu ponto de vista, a esse

respeito, é completamente radical, por considerar o homem, em todos os pontos do globo habitado, como o escravo de uma "trindade monstruosa", que é próprio assim mencioná-la: — "a propriedade privada, os sistemas religiosos absurdos e irracionais e, enfim, o casamento fundado sobre essa mesma propriedade combinada com um desses absurdos sistemas religiosos".

A "VIAGEM A ICÁRIA", DE CABET

Dentro dos moldes traçados por Thomaz Morus na "Utopia" e desempenhando papel semelhante ao de Roberto Owen na Inglaterra, apareceu ainda na França um outro reformador social de acentuado relevo. Trata-se de Etienne Cabet, cujo sistema foi preconizado num livro de ficção, sob o título de "Viagem à Icária".

O autor considera Icária como um país maravilhoso, onde reinam a riqueza, a concórdia, a virtude, a fraternidade, a felicidade completa enfim, graças simplesmente ao regime social ali instalado e que bem se traduz no símbolo característico de sua obra, assim concebido:

FRATERNIDADE

Todos por um — Um por todos

Solidariedade	Amor	Educação
Igualdade — Liberdade	Justiça	Inteligência — Razão
Elegibilidade	Socorro mútuo	Moralidade
Unidade	Segurança universal	Ordem
Paz	Organização do Trabalho	União
	Máquinas em proveito de todos	
	Aumento da produção	
	Repartição equitativa dos produtos	
	Supressão — da — miséria	
	Melhoramentos crescentes	
	Casamento e família	
Primeiro direito:	Progresso contínuo	Primeiro dever:
Viver	Abundância	Trabalhar
A cada um	Artes	Cada um
Segundo suas necessidades		Segundo suas forças

FELICIDADE COMUM

Com fundamento, pois, na fraternidade e na felicidade comum, Cabet organiza a sociedade de maneira muito semelhante ao comunismo cooperativo de Roberto Owen. Mas, existe entre ambos uma diferença fundamental, porquanto, no sistema de Owen, a família confunde-se com o Estado e é por ele absorvida, ao passo que, em sua república icariana, Cabet mantém o casamento e a família e faz, mesmo, repousar nessas instituições a base do edifício social que imagina. Agora, não existe no maravilhoso país do escritor francês moeda nenhuma, nem propriedade individual, de modo que seus habitantes não possuem a menor noção sobre o contrato de compra e venda. Todos trabalham coletivamente para a comunidade e todas as profissões são consideradas funções públicas, não sendo permitido a nenhum cidadão exercê-las por conta própria. Também nenhum cidadão é dispensado do trabalho material nas oficinas, ou em outra qualquer parte; de acordo com a profissão que tenha, ainda que o ocupe alto cargo na magistratura.

Da mesma forma que nas sociedades cooperativas de Owen e nos *falanstérios* de Fourier, na República Icariana também são desconhecidos os vícios da sociedade atual, como sejam o ódio, a conspiração, os assassinios, a ambição e os partidos políticos, como não existem, igualmente, em consequência, prisões, carrascos e juizes.

O fantástico sonho de Cabet admite, entretanto, que é necessário um regime de transição para as reformas sociais que preconiza, um período de preparação às soluções radicais que seu sistema envolve, de modo a permitir melhorar a existência das classes. Estabelece, assim, sua projetada reforma mais um ponto de contacto com o programa dos socialistas contemporâneos, dos socialistas propriamente objetivos, ou seja com os comunistas de nossos dias, cujas idéias, doutrinas e realizações têm sido aplicadas, praticamente, pelo bolchevismo soviético.

* *

A seguir: — A influência de Marx sobre o socialismo.

LIVROS NOVOS

Em caprichosas separatas de "A Defesa Nacional", acabam de aparecer as seguintes publicações:

	Cr\$
OS REZINGÕES, por Albert Schmid, tradução ortografada e anotada pelo General BERTOLDO KLINGER, com 66 páginas — Preço	10,00
JUSTIÇA MILITAR, pelo Coronel NISO MONTEZUMA, 100 páginas — Preço	20,00

Pedidos pelo Reembolso, ou remessa de Vale Postal, para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro.

CASA SÃO SEBASTIÃO

José Borges Pacheco

RUA VICENTE PEREIRA, 850 — EDEN — ESTADO DO RIO

TUDO É SOLIDÁRIO I...

(AOS JOVENS DAS CLASSES ARMADAS)

Cel. J. B. MAGALHÃES — R-1 Ex.

Embora os fenômenos econômicos predominem na modelagem da vida social, é fato que os indivíduos e os grupos sociais reagem sobre eles, determinando aspectos diversos da formação da economia coletiva. Jamais conseguem, vantajosamente, torná-la independente da natureza do solo e do clima do país que habitam, mas reagindo sobre um e outro, por seus empreendimentos, não raro logram modificá-los de modo relativo e favoravelmente à construção de uma economia geral sadia.

Não podem, na era atual, para possuírem uma economia próspera, prescindir de energia industrial e do trabalho mecânico, o que põe ainda em inferioridade de condições práticas as nações que não possuem carvão de pedra, bom, abundante e barato. Não lhes impede, porém, de obterem maior ou menor prosperidade, desde que inteligentemente saibam aproveitar os recursos que lhe são próprios, atuando no sentido lógico das circunstâncias peculiares à terra que habitam.

Na realidade da natureza, tudo é nela solidário, reagindo constante e mutuamente, uns sobre os outros, os elementos que a constituem.

Da terra dependem os homens inexoravelmente, mas estes podem modificá-la dentro de certos limites, tornando-a mais ou menos favorável às conveniências de sua vida. É principalmente uma questão de instrução da inteligência e de sentimento das responsabilidades individuais em face dos interesses coletivos, presentes e futuros.

Quer isto dizer que a prosperidade de uma nação, se depende fundamentalmente dos recursos que o seu país oferece para construir uma economia mais ou menos rica, resulta em grande parte da sua própria cultura. Do conhecimento que possui dos recursos de sua terra e dos meios de os aproveitar melhor, mas essencialmente do espírito de solidariedade nacional, do grau do sentimento das responsabilidades individuais para a coletividade nacional, do patriotismo, em suma, com que os seus componentes saibam valorizar os recursos nacionais. Do patriotismo, principalmente, dos grupos chamados de elite, de que se constituem, de facto, os elementos dirigentes da nacionalidade, a vários títulos. Patriotismo, cujo vigor se revela na conduta dos indivíduos em funções políticas e administrativas e também nos procedimentos de toda a hora que todos tenham em presença dos interesses da coletividade nacional.

Algo de insatisfatório, evidente e infelizmente, se verifica em nosso país a tal respeito, não de hoje mas de longa data. Mas, sobretudo, hoje... O que Martin Francisco, disse a A.M.V. Drummond, o amigo certo de José Bonifácio, em carta de 20 de novembro de 1824, é inditosa verdade, hoje muito real. Ai se pode ver a principal razão de nossos males nacionais, nem todos conseqüentes das hostilidades da terra que habitamos. Muitos, sem dúvida, advêm da fragilidade de nosso patriotismo que é ainda de fato mais uma palavra vazia de

sentido, que a tradução de um sentimento real de amor a terra, com as suas tradições, e de predisposições ao trabalho em prol da grandeza futura da coletividade humana a que pertencemos. Patriotismo, não raro de evidente fancaria, que se exhibe embalado na cantilena da carta de Caminha e na história poetizada de Rocha Pita, visando enganar as massas... Patriotismo exaltado, que não induz, porém, ao esforço necessário para conhecer a realidade nacional, e, ainda menos, a fazer cada um, com raríssimas exceções, o trabalho sincero, modesto e dedicado, para que preponderantemente, em quaisquer circunstâncias, se dê sempre preferentemente satisfação aos interesses coletivos. Patriotismo que se não esquece nunca do eu e se apaga sempre que este entra em jogo, o que forma o clima próprio à proliferação dos exploradores da Nação através do Estado, não raro redundando em sacrifício da liberdade pública e sempre da economia nacional. Patriotismo, em cujas manifestações correntes, na grande maioria dos casos, muito há evidentemente de velhacaria. Patriotismo, que, há cerca de cento e trinta anos passados, Martin Francisco definiu assim:

"Em geral não há liberdade sem amor à Pátria, não há este sem paixões desinteressadas; ora, no Brasil, pátria é palavra vazia do sentido; comendas, empregos, quero dizer, dinheiro ou representação é tudo".

Ainda hoje não é assim? Vantagens, promoções, cargos, bons empregos, canchas, viagens bem pagas ao estrangeiro, negócios, dinheiro, em suma, não é só, o que mais influi nas condutas individuais da grandíssima maioria nacional, da maioria que se vê, a que fomenta a desordem e embaraça efetivamente o progresso nacional?

Felizmente, ainda há gente de consciência plena e bem mais numerosa do que a primeira vista pode parecer, capaz de servir de núcleo a um processo de valorização das virtudes nacionais, de fato subsistentes apesar da ação pecami-

nosa dos que mais têm influência na conduta da coisa pública, pelo que a Pátria não pereceu e não perecerá. Gente que pode ainda criar no país um clima de probidade, em plena extensão do conceito, preponderante na vida pública sem sofismas, nem atenuações piegas, desde que se decida a reagir em tal sentido como é de seu dever. Desde que desperte... para os seus deveres humanos e cívicos...

Será interessante que um tal movimento de renovação nacional surja com acentuada intensidade, nas classes armadas, a mais completa síntese concreta da Pátria, só existentes para cumprirem deveres cívicos. É mister que assim seja, pois que os tratos que se lhes deram nestas quas últimas décadas políticas e, principalmente, no último quinquênio, e que se não amorteceram ainda, fizeram-nas retrogradar em mentalidade e eficiência, *mutatis mutandis*, à uma situação de desajustamento para com os seus destinos precípuos, e em face do conceito de responsabilidades públicas que lhes devem ser próprias, a uma época anterior àquela em que o Marechal Mallet, Ministro da Guerra, começara a construir a modernização do Exército.

Há de, porém, a regeneração nacional de que estamos carecentes, para sua real eficácia, processar-se pela viva atuação de toda a gente realmente de elite, em defesa dos hábitos de probidade nos cuidados das coisas públicas, e no modo de se tratarem os interesses capitais da economia nacional. Notadamente, sobre estes últimos interesses, que formam os fundamentos da prosperidade social e sem cujo conveniente atendimento nada de sólido se pode construir em prol do bem-estar geral e do nosso efetivo progresso, especialmente de ordem social e moral. Esses interesses que mais atraem os vorazes tubarões, dos negócios, da administração e da política...

* *

O péssimo tratamento que tem tido o nosso problema econômico, cujas soluções são procuradas sem bastante exame das conveniências

da nacionalidade, e pela atuação sobre aspectos parciais, sem a coordenação necessária entre eles, sem a conjugação das necessidades do consumo, dos mistérios do trabalho, das possibilidades da produção e dos transportes, sempre intimamente relacionados, para se vê só o que diz respeito aos lucros do capital dos industriais e dos intermediários comerciais, é atestado pela desastrosa política monetária que envelhece, mais e mais, toda a vida nacional e cria através das desordens da administração, um estado perene de crise política, prenhe de ameaças de golpes e de revoluções!

A desordem atual de nossa economia, ideal para o negociismo, e bem caracterizada pelo fato de estarmos importando carne, cebolas, borracha, batatas e ovos, estampasse na perene tendência para o alteamento do custo de vida mercê da nefanda política financeira governamental, de que se acusam os tubarões, mas que apenas os faz proliferar.

Na verdade, de um tal estado de coisas, ninguém deixa de ter culpa; pois ele mostra a fraqueza da opinião pública, consequente do procedimento egoísta de todos os cidadãos nos diversos grupos sociais a que pertencem, notadamente daqueles que são letrados. É por isto que não produzimos bastante para o comer e a satisfação de outras necessidades da vida nacional, apesar dos recursos que a terra nos facilita, ou quando produzimos, não temos como levar os produtos até os centros de consumo. É por isto que uns poucos enriquecem muito enquanto todos os outros muito mais e mais sofrem e empobrecem...

Os que formam a opinião pública, que fazem? Clamam contra as dificuldades da vida, reclamam aumento de salários, ou vencimentos, e não raro aproveitam o pretexto para conseguir o que pensam ser vantagens...

Enquanto isto, a circulação fiduciária do país cresce como se vê dos seguintes algarismos indicados:

Volume do meio circulante

Em 31 de dezembro

1939 = 100

1945.....	354
1946.....	413
1947.....	411
1948.....	438
1949.....	484
1950.....	628

Depósitos à vista

Em 31 de dezembro

1939 = 100

1945.....	383
1946.....	418
1947.....	475
1948.....	503
1949.....	657
1950.....	884

Meio Circulante

Cr\$ 1.000.000

1939.....	4.971
1940.....	5.185
1941.....	6.647
1942.....	8.238
1943.....	10.981
1944.....	14.462
1945.....	17.535
1946.....	20.494
1947.....	20.399
1948.....	21.696
1949.....	24.045
1950.....	31.205

Enquanto isto, o custo da vida sobe de 100 para 390!... batendo folgadoamente um triste record entre quarenta países, dos quais muitos sofreram os devastadores desgastes da guerra, cujos territórios foram bombardeados e invadidos!...

Esses algarismos fazem ver a gravidade da situação nacional cuja culpa não é dos tubarões, que proliferam por causa da fraqueza dos que governam e legislam. Legisladores e governantes que fazem orçamentos com deficits desmedidamente crescentes e os vão cobrindo com emissões, mais ou menos, clandestinas de papel-moeda!

As emissões vêm jorrando como enxurrada de há uma década a esta parte, e os *redescontos bancários*, sobem sem controle, umas e outras a mostrarem a imoralidade da febre negociista que devora o país!

Ainda o último relatório do Banco do Brasil, o de 30 de abril, mostra bem nossa calamitosa situação e o risco de *mais miséria e mais revoluções ou golpismos* que estamos correndo! Dos empréstimos que concedeu o Banco do Brasil em 1950, cerca de 64% foram para o Governo pagar despesas públicas e para socorrer bancos, sendo que para *auxiliar a produção, necessidades particulares e do comércio*, serviram somente cerca de um terço dos empréstimos feitos! E se fala em emitir para fomento da produção!...

Mostra esse relatório que o aumento do volume do *meio circulante* foi cerca de 6 vezes maior que o da produção, o que evidencia bem, a causa principal da alta do custo da vida e o crescer das dificuldades desta em nosso mal cuidado país!

Vê-se bem por tudo isto, onde reside a principal fonte dos nossos males, fonte que é preciso estancar quanto antes. Reside na improbidade dos administradores, a vários títulos, da coisa pública, e também na fragilidade de uma *opinião pública* pouco instruída, e deslealmente informada, a denunciarem as deficiências patrióticas de que falou Martim Francisco e que o maior de nossos males é uma moralidade peca!...

Na vida das nações tudo é solidário. Ela é a resultante de um conjunto de fatores diversos, uns de ordem física, outros de ordem intelectual e moral, em mútua e constante reação recíproca.

A estrutura econômica é, sem dúvida, o elemento basilar da vida das sociedades, mas o valor dessa estrutura que *se estampa na política monetária*, depende da inteligência com que a nação saiba compreender as condições físicas do país que habita, e, especialmente, da moralidade dos seus dirigentes, a vários títulos, cujo crédito deriva da qualidade da opinião pública. Tudo se resume na realidade do patriotismo que os indivíduos manifestem nos seus atos de todos os momentos, mormente aqueles que, como os militares vivem, ou devem viver, principalmente para cumprir missões cívicas, bem definidas pelo papel que a organização social a que pertencem tem a representar no cenário nacional. Eles formam parte muito importante da *opinião pública*, tanto mais importante quanto maior é a *desordem nacional*, o que lhes impõe *deveres acentuados de instrução*, afora a profissional que é básica e de que não podem prescindir, de instrução geral necessária para a justa compreensão dos fatos e legítimos interesses nacionais, sem o risco de cometerem graves erros, e, notadamente, o de *oferecerem à Nação*, maus exemplos, de procedimentos individuais, de grupos, de classe, especificamente quanto ao aturdimento por cargos, postos, funções e vantagens de dinheiro...

Na vida das nações tudo é solidário, mas é a força moral do patriotismo, residente em cada um dos seus filhos, notadamente, os que têm a cumprir deveres cívicos no presente, decorrentes da dignidade do passado e em face das responsabilidades para com o futuro; é a força moral do patriotismo que lhes dá vigor... Que atentem os jovens para tudo isto.

ARMAZÉM E CARVOARIA FÉ EM DEUS

Lúcio Aleixo de Souza

SECOS, MOLHADOS, ETC.

RUA ARACI N. 850

—O—

EDEN

—O—

ESTADO DO RIO

SAN MARTIN

Palestra feita aos soldados do 4º R.I. em
17-VIII-950, pelo Tenente-Coronel Diderot
Miranda

Em 17 de agosto de 1850, faleceu na França o general argentino José Francisco de San Martín. Hoje, completando cem anos de sua morte, a figura do general San Martín é exaltada não somente em sua pátria, a Argentina, mas em toda a América. Nos quartéis brasileiros, igualmente, prestamos justa e merecida homenagem ao vencedor de tantas e memoráveis batalhas, pelas quais San Martín assegurou não apenas a independência da Argentina, mas também as das repúblicas irmãs, do Peru e do Chile.

Nasceu San Martín em 1778 em um pequeno povoado argentino, bem perto da fronteira com o Paraguai. Naquela época, as nações americanas desde a Argentina até o México, inclusive nosso Brasil, eram colônias de países europeus. Nossa Pátria pertencia a Portugal, muitas outras eram de propriedade da Espanha; França, Dinamarca, Holanda, possuíam colônias pelas Américas. Os Estados Unidos estavam lutando para expulsar os ingleses de lá, quando no extremo sul do continente, nascia San Martín.

Muito jovem seguiu ele para a metrópole; foi educado na Espanha e ingressou no exército espanhol como cadete. Recebeu seu batismo de fogo na África, peleando contra os mouros.

Ora, nesse tempo, dominava na Europa o General Napoleão Bonaparte que se apossara da França e se intitulara imperador dos franceses. Autoritário, não respeitando os direitos de cada cidadão, nem as liberdades de povos vizinhos, em sua sede de mando, Napoleão mandou

invadir a Espanha. Os espanhóis reagiram e o argentino San Martín distinguu-se nas lutas pelo seu valor frio e sereno. Tomou parte na célebre vitória de Bailén, na qual 22.000 franceses caíram prisioneiros dos espanhóis.

Mas ao mesmo tempo em que combatia, com denodo, contra as tropas de Napoleão, para manter a soberania e as liberdades espanholas, San Martín sonhava igualmente em conquistar a independência de sua terra, a Argentina. Após dezessete combates na Europa ao lado dos espanhóis, ia lutar ainda pela liberdade, mas agora de seu povo contra os próprios espanhóis.

Embarcou secretamente e ao chegar em 1812 a Buenos Aires ofereceu aos compatriotas, sua inteligência, sua tenacidade na luta e sua experiência na arte da guerra. Logo ao ano seguinte, com a vitória de San Lorenzo, assegurou a independência de seu país. Eis porque no Rio da Prata, nas festas cívicas ouvimos a marcha San Lorenzo.

A Espanha contudo, dispunha ainda de vultosos recursos bélicos, particularmente no Peru; continuava a luta e se aprestava para reconquistar suas colônias rebeladas. Ante esta séria ameaça, San Martín reorganizou as tropas, disciplinou e instruiu os soldados, transformando os bisonhos milicianos em legítimos veteranos, afeitos aos rigores dos acampamentos da vida militar. O "regimento de granaderos" ao qual ele como coronel, impôs uma disciplina austera, brilhou em todas as batalhas em que tomou parte. Em treze anos de lutas, esta unidade indo da Argen-

tina ao Peru, percorreu milhares de quilômetros na afanosa e rude vida de campanha. Os soldados deste regimento de granadeiros, derramaram seu sangue ali e acolá, em vários combates; muitos esqueletos quedaron em longínquas paragens, e ao fim de tanto tempo, este regimento retornou à pátria com seu velho mas glorioso estandarte e ao mando de um de seus soldados que chegara, na guerra, ao posto de coronel.

Em face de novos perigos, San Martín arquitetou um grandioso e vasto plano. Não queria ficar na Argentina aguardando nova invasão espanhola. Não! Sonhou ele em ir ajudar a rebelião de outras colônias e destruir o grande reduto espanhol no longínquo Peru. Viu com lucidez que a independência de qualquer povo americano só seria exequível e duradoura, se também os outros países da América fôsem do mesmo modo livres e independentes.

Na Região Militar de Cuyo deu início à formação de tropas instruídas e disciplinadas. Acolhia os chilenos que fugiam do domínio espanhol. Insufinou e auxiliou a rebelião chilena.

Entre a Argentina e o Chile ergue-se uma muito longa e alta cadeia de montanhas; os Andes. Picos quase três vezes mais altos, que os mais altos montes do Brasil. Em qualquer época do ano, mesmo no verão, no alto dessas montanhas dos Andes, lá existe neve. Fortes correntes de frio vento, açoitam o viajante e nas pedregosas e estreitas passagens daquelas alturas, o ar é rarefeito, dificultando a respiração. De espaço a espaço, ergue-se um vulcão, uma montanha vomitando fumo e fogo. No alto da serra um penacho de fumaça, e em seus flancos, a terra treme por vezes.

San Martín vai passar os Andes! Hude o adversário e sua tropa começa a subir as íngremes ladeiras. A artilharia vai em mulas. Os soldados no frio, arquejantes ao pé do equipamento, sobem, param e continuam a subir. Param, sobem mais um pouco, os

olhos fitos nos alcantilados picos, brancos de neve. E depois o azul do céu. Branco e azul celeste, as cores da bandeira argentina. E vendo na própria natureza as cores de seu pavilhão, os soldados recalcam os sofrimentos, passam os Andes e descem celeremente sobre os inimigos.

Todo este esforço da soldadesca, era feito segundo um metucioso plano traçado ainda quando na Argentina, pelo sereno San Martín. E no local previsto, com uma antecedência de dois dias, isto é, a 12 de fevereiro de 1817, nas serranias de Chacabuco, as forças espanholas do General Maroto são atacadas por duas colunas de tropas do General San Martín. Na hora do entrevero, quando a luta estava indecisa, a reserva e aquele regimento de granadeiros são lançados no prelio e o inimigo é derrotado. A grande vitória de Chacabuco foi gravada em uma estátua de bronze, na qual San Martín tem o braço estendido apontando a direção em que uma das colunas de suas tropas, ia pronunciar o esforço principal na batalha.

A independência do Chile é proclamada, com um chileno no governo. Mas San Martín não regressa à Argentina, pois o inimigo tenaz, combativo, continua a luta e retorna ameaçando a capital chilena. O chefe argentino traça novos e minuciosos planos, dispõe mui acertadamente a tropa e trava-se outra batalha nas planícies de Maipó. A vitória de Chacabuco fora obtida nas serranias, nas planícies de Maipó, venceu mais uma vez o gênio militar de San Martín. E em um papel manchado de sangue, apanhado no chão no campo de batalha, é feita a parte de combate comunicando a vitória ao governo argentino.

O Chile estava livre, mas a Argentina dilacerada pela política, ameaçada por nova invasão, chama seu grande filho San Martín, para socorrê-la com seu exército. Mas ele não regressa; ao contrário... decide continuar, ir mais longe, até o Peru, para acabar de vez com o vice-rei espanhol em seu reduto.

Organiza-se uma esquadra e a tropa embarca. Não vão cruzar o oceano Atlântico que banha as costas brasileiras e argentinas, mas outros mares, além da alta cordilheira dos Andes, o maior deles, o oceano Pacífico, mas que de pacífico só tem o nome.

Em 20 de agosto de 1820 a esquadra conduzindo San Martín e o exército, parte rumo ao Peru velejando pelo brávio e proceloso oceano Pacífico. Desembarcam bem próximo à capital peruana, lançando o pânico nas hostes inimigas muito mais numerosas, que as débeis tropas de San Martín. Depois de lutas demoradas tão longe e, em tão diferente cenário, a república do Peru é proclamada independente com San Martín no governo com o título de Protetor.

Em tantos anos combatera com invulgar brilho, sem desânimo. Na Europa, em dezessete combates, pela liberdade e segurança da Espanha. Vencera dezenas de encontros em terras diversas da América, obtendo a independência da Argentina, do Chile e do Peru. Atingira aos píncaros da glória, mas... ao atingir seus objetivos, vieram os desenganos, as tristezas. Uma coorte de generais e políticos apoderava-se do poder falando sempre em ajudar aos pobres e em proteger os direitos do povo.

Apenas promessas. Os correios, se afastavam ou eram afastados do poder, nesse turbilhão de falsos amigos do povo.

San Martín, Protetor do Peru, abandona voluntariamente este país; cruza o Chile que libertara; volve à sua terra a Argentina. Por toda a parte os desenganos. Ele, cheio de glórias, mas desiludido, vai para a Europa, onde vive esquecido, vendo seu país cair nas garras do ditador Rosas. E há um século precisamente, morre San Martín em França, longe de sua terra.

Deixou-nos porém um grande legado. Um ideal agora cristalizado entre os povos da América. A ameaça de invasão ou de recolonização feita a cada nação americana, é um perigo às demais. Um por todos, todos por um. O desejo de independência está estreitamente vinculado aos legítimos anseios de ordem e respeito. No auge de seu fastígio político, no Peru, San Martín adota uma série de medidas para organizar o poder público em bases estáveis. Os objetivos de San Martín patrono do exército argentino, delineam-se então semelhantes àquelas pelos quais se bateu o Duque de Caxias, patrono do exército brasileiro. Independência sim, mas assegurando-se a ordem.

Glória a San Martín!

"Não há senão uma espécie de disciplina: a disciplina perfeita. Se não reforçardes e mantiverdes a disciplina sereis criminoso. Vós, próprios, deveis dar o exemplo." (Gen. Patton).

MOBILIARIA IMBUIA

Móveis e decorações — Vendas à vista e a prazo

J. Vodovoz e G. Cywiak Ltda.

RUA DO CATETE N. 215 — FONE 25-2497 — RIO DE JANEIRO

A VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA - UM ASPECTO

Major EVODIO ROMEIRO

INTRODUÇÃO

A Carta Constitucional de 1946, por uma patriótica indicação do saudoso deputado Leopoldo Pêres na Assembleia Constituinte, consigna em seu art. 199 um valioso amparo à Amazônia pelo menos durante 20 anos consecutivos, destinando-lhe 3 % das rendas tributárias da União e dos Estados e Municípios compreendidos nessa vasta região.

Esse amparo é um imperativo nacional, como também o é o dado ao vale do Rio S. Francisco pela mesma Constituição em suas disposições transitórias; é assim que entendemos e nos alegramos como patriotas, numa antevisão de melhores dias para as citadas regiões, tão mal compreendidas e abandonadas pelos sucessivos governos da União; pois é evidente, ao mais simples estudioso ou mero observador de suas coisas, que elas não podem ser deixadas entregues a si mesmas, vivendo de uma economia predatória e regredindo à fase inicial da colonização, pelo puro extrativismo e apanha das sobras de uma natureza pródiga.

Com esses dispositivos constitucionais, os constituintes de 1946, particularmente os representantes dos Estados diretamente interessados, prestaram um relevante serviço e de largo alcance a essas regiões, resgatando perante as mesmas a velha dívida do esquecimento dos legisladores anteriores. E praza a Deus que os planejadores e executores das importantes obras de valorização dos dois grandes vales tenham a visão política, a inspiração patriótica, o conhecimento técnico, a honestidade e capacidade de ação à altura do gran-

dioso empreendimento, de modo que não venham a ser frustrados os elevados objetivos visados e que não haja o risco de desperdício de tempo e de recursos, como infelizmente já tem acontecido a certos empreendimentos governamentais, com prejudicialíssimos reflexos sobre a capacidade da administração pública.

A VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Nas presentes notas queremos nos referir apenas à Amazônia e dentre os múltiplos aspectos de sua preconizada valorização, focalizaremos um — o da "Redivisão Territorial" — para o qual chamaremos particularmente a atenção da Comissão Especial de Valorização da Amazônia, criada no Parlamento para dar cumprimento ao art. 199 e seu parágrafo único da Constituição de 1946. A essa Comissão cabe um papel de grande importância e da maior responsabilidade no bom encaminhamento do complexo problema da Amazônia.

Sendo ela uma parte do Poder Legislativo, terá inicialmente de compreender que o seu papel é em princípio de caráter político, cabendo-lhe equacionar o problema com uma larga visão política, de modo que todos os aspectos do mesmo tenham um adequado planejamento e este tenha a sua execução assegurada cientificamente por um Órgão Executivo Técnico, supervisionado e fiscalizado pela Comissão Parlamentar. Pelo noticiário dos jornais sabemos haver sido proposta a criação desse Órgão Executivo, sem conhecermos, entretanto, o respectivo projeto, que talvez já esteja convertido em lei;

mas, qualquer que seja, é imprescindível que seus membros sejam técnicos abalizados nos respectivos ramos de atividades, sejam dotados de energia realizadora e imbuídos da grandiosidade da obra, a par de toda honestidade no emprego das verbas a esse fim destinadas.

Mas deixemos de lado estas considerações que não constituem o assunto deste pequeno trabalho, uma vez que elas visam apenas evidenciar a grande responsabilidade da Comissão Parlamentar e o seu papel por excelência político no encaminhamento da questão; entremos, portanto, a tratar sucintamente sobre o importantíssimo aspecto da redivisão territorial da Amazônia, que julgamos não poder ficar fora de cogitações sem comprometer seriamente a integral solução do problema amazônico.

Comecemos por analisar três dos principais fatores atinentes à questão, para chegarmos à conclusão da imperiosidade de uma nova divisão política, com a criação de alguns Territórios Federais, como um dos primeiros e largos passos a dar no sentido de promover a colonização e o desenvolvimento econômico da Amazônia.

I — A área da Amazônia — Ao se olhar um mapa do Brasil, tem-se uma idéia da enorme área da região amazônica, vindo logo a indagação sobre a área exata que deverá ser objeto do Plano de Valorização.

O art. 199 da Carta Magna refere-se textualmente à Amazônia que, como bem explica o geólogo Pedro Moura (in Rev. Bra. de Geog. — Ano V, n. 3), não deve ser confundida com a Bacia Amazônica. A Amazônia, em termos geográficos, é a planície da bacia do rio Amazonas caracterizada pela uniformidade de clima e de vegetação; de acordo com este conceito, o aludido geólogo delinea os limites da região, cuja área se aproxima dos 40 % da superfície total do Brasil, ou sejam mais ou menos 3.400.000 km². Acontece, porém, que os seus limites não coincidem com os dos Estados e Territórios englobados na região; e, devendo o Órgão

Executivo do Plano atuar através ou junto dos órgãos técnicos e administrativos das Unidades políticas contidas na Amazônia, sentirá o planejador logo de início a necessidade de definir e delimitar exatamente a área da denominada Amazônia, para saber quais os municípios compreendidos na mesma, a fim de poder fazer através deles o levantamento geral dos recursos existentes e das necessidades a prover; feito isto, ficará constatado que, além de ser a região extraordinariamente grande, muitas e extensas zonas têm seus rarefeitos núcleos de população a centenas de quilômetros de distância das sedes administrativas municipais. E como atuará nessas longínquas zonas o Órgão Executivo, sem o apoio dos serviços administrativos normais dos Municípios e dos Estados? Criando agências próprias com atuação direta e sem entrosamento com os órgãos dos referidos Municípios? Ou incluirá no seu Plano apenas os núcleos populacionais dos municípios mais importantes, desprezando as demais zonas?

Não podemos crer que assim seja planejado; espalhar agências de serviços em extensas zonas com atuação independente, será dispersar recursos e diluir sua ação com graves riscos de completo fracasso; dirigir, das sedes dos atuais municípios, suas realizações em zonas afastadas de centenas de quilômetros e sem rápidas vias de comunicações, será deixar as suas ações sem um eficiente controle e sem pontos de apoio nos momentos necessários, arriscando pelo isolamento os respectivos órgãos de serviço a uma consumidora estagnação, ou a uma malversação dos recursos, ou ainda a uma errônea execução do que esteja planejado; incluir no plano de amparo apenas as populações nucleadas em torno dos municípios principais, será realizar o mínimo e lesar o próprio espírito do dispositivo constitucional, que sábiamente não fez nenhuma exclusão.

Por isso, podemos dizer que os planejamentos relativos aos diversos aspectos, bem como, os pro-

gramas dos serviços especializados, terão que ser necessariamente entrosados entre si e dentro do Plano Geral de Valorização de toda a região chamada de Amazônia. Vemos, então, que o problema deverá ser encarado e resolvido dentro de um plano compreendido, de um lado o conjunto dos aspectos, de outro o conjunto dos meios e órgãos federais, estaduais e municipais, numa ação conjugada e simultânea, para que não seja uma obra incompleta e para que ao fim dos 20 anos previstos a região tenha recebido o esperado desenvolvimento e possa daí por diante manter o normal ritmo de progresso assegurado pelo plano assistencial.

Não podendo, portanto, ser feita uma obra parcial ou isolada, há conseqüentemente a imposição de uma ampla colaboração e a conjugação de todos os meios e medidas indispensáveis ao completo êxito do almejado desideratum; e, por este prisma, somos levados a enxergar como uma das primeiras e mais importantes medidas a redivisão territorial da Amazônia, de maneira que, com a criação de novas Unidades político-administrativas, surjam os imprescindíveis pontos de apoio e de colaboração acima referidos.

A criação de novos Territórios na Amazônia representa como que uma outra obra de alçada federal, indispensável a garantir através do tempo a continuidade dos benefícios e do ritmo de progresso proporcionados pela ação propriamente dita do Plano de Valorização.

2 — A Colonização da Amazônia — Outro importantíssimo fator que não pode ficar à margem é a colonização da região, seja com elementos nacionais ou com imigrantes estrangeiros, ou seja com ambos.

Sabemos que colonizar não é apenas pegar o imigrante e colocá-lo nas terras a ocupar, haja visto o que tem acontecido com as sucessivas levas de nordestinos que, lançados no "Inferno Verde" sem qualquer plano racional, têm sido na maioria dizimadas na luta

desigual com a floresta e as endemias. Assim, pode-se dizer que não tem havido na Amazônia colonização na exata acepção do termo e a pequena e desordenada ocupação pelos nacionais não poderá servir de norma orientadora a quem planeje um problema dessa ordem em teatro tão vasto.

Sabemos que colonizar é fixar o homem à terra e assegurar-lhe condições de progresso; e, para conseguir isto, torna-se necessário prover, além do simples loteamento e cessão dos terrenos escolhidos, mais o seguinte: vias de comunicações aos principais centros, saneamento, assistência social e ajuda técnica e financeira às atividades previstas para os núcleos coloniais. E todas estas medidas têm que ser executadas por órgãos técnicos especializados e de caráter permanente e não por órgãos temporários, que por ventura fossem criados dentro do sistema orgânico da Comissão de Valorização, pois neste 2º caso, findas as atividades desses órgãos temporários, os núcleos coloniais poderiam sofrer um colapso ou uma solução de continuidade em sua vida, porque outros órgãos similares, que por ventura os atuais Estados e Municípios viessem a ter, não poderiam prestar tais serviços assistenciais no escopo desejado, pelas razões já expostas linhas atrás. Tendo, portanto, as medidas de amparo supra citadas que serem programadas e executadas, de modo simultâneo e coordenado, por órgãos especializados de caráter permanente e instalados junto aos núcleos populacionais, deduzimos sem grande esforço de raciocínio que, a melhor maneira de assegurar tal objetivo será através dum maior número de Unidades político-administrativas, criando-se várias outras nas diversas zonas em que se pode dividir a Amazônia.

As Unidades já existentes e as novas seriam, estas organizadas e aquelas reorganizadas, de modo a conterem em suas estruturas os Serviços julgados necessários ao desenvolvimento do Plano Geral de Valorização, porque eles seriam os instrumentos por intermédio dos

quais agiria a Comissão Executiva, assegurando a esta ainda um amplo apoio.

3 — **Saneamento e Assistência Social** — Quando falamos sobre colonização, mencionamos que, dentre as medidas indispensáveis à sua consecução, estavam o Saneamento da região e a Assistência Social a todos os núcleos de população, incluindo-se nesta a assistência médica, a educação e ensino técnico, o amparo à infância, etc. O que dissemos acerca de colonização pode idênticamente ser aplicado a estes dois grupos de medidas e apenas os destacamos, por serem dos mais importantes e nos permitirem mais alguns argumentos em reforço à nossa tese.

Essas duas medidas, mais do que quaisquer outras, têm que ser realizadas no meio das populações interessadas e em caráter permanente; os seus benefícios não poderão ter apenas a duração da vigência do Plano de 20 anos e, deste modo, o seu programa deverá necessariamente ter uma aplicação ilimitada no tempo, porque são vitais necessidades que jamais deixarão de existir. Uma interrupção desses serviços será muito mais danosa do que a de qualquer outro, o que poderia acontecer se a responsabilidade dos mesmos passasse aos atuais Estados e Territórios, ao fim do dito prazo; seria por certo condenar praticamente as populações do interior a novo abandono, não só por ficarem as sedes de tais serviços localizadas a enormes distâncias, como também pelo clássico erro da administração pública brasileira de somente dar atenção às cidades sedes das capitais, em clamoroso e injusto detrimento dos municípios do vasto interior, que vêem parte de suas rendas drenada para os embelezamento das capitais. Como, então, evitar que tal perigo possa acontecer, sabendo-se que esses serviços devem ser realizados permanentemente e em conexão íntima com os órgãos especializados, integrantes dos quadros administrativos dos Estados e Territórios, num trabalho conjunto? Como alcançar tal fim, sabendo-se ainda que as atuais Unidades po-

líticas não dispõem desses órgãos e, mesmo se viessem a criá-los com auxílio das verbas do Plano, não poderiam eles ter uma atuação satisfatória, pelos motivos já expostos? As respostas a estas perguntas só podem ser dadas com o pensamento voltado para a grandiosidade do problema amazônico, no tempo e no espaço, exigindo soluções de largo alcance em todos os domínios, seja político, econômico, educacional, etc. Então, para complexos e grandes problemas (já que temos de resolvê-los), não há outro caminho racional a seguir senão o que nos leve a arrojadas e integrais soluções, à altura dos méritos e da capacidade realizadora dos nossos homens públicos.

Se não for encarado com essa ampla visão, cometerão os planejadores um grave erro que o tempo há de nos provar; ou, se for o problema enfrentado com timidez e diminuída aparentemente sua complexidade, incidirão eles na deploável fraqueza de iludirem a si mesmos e de traírem o espírito do dispositivo constitucional.

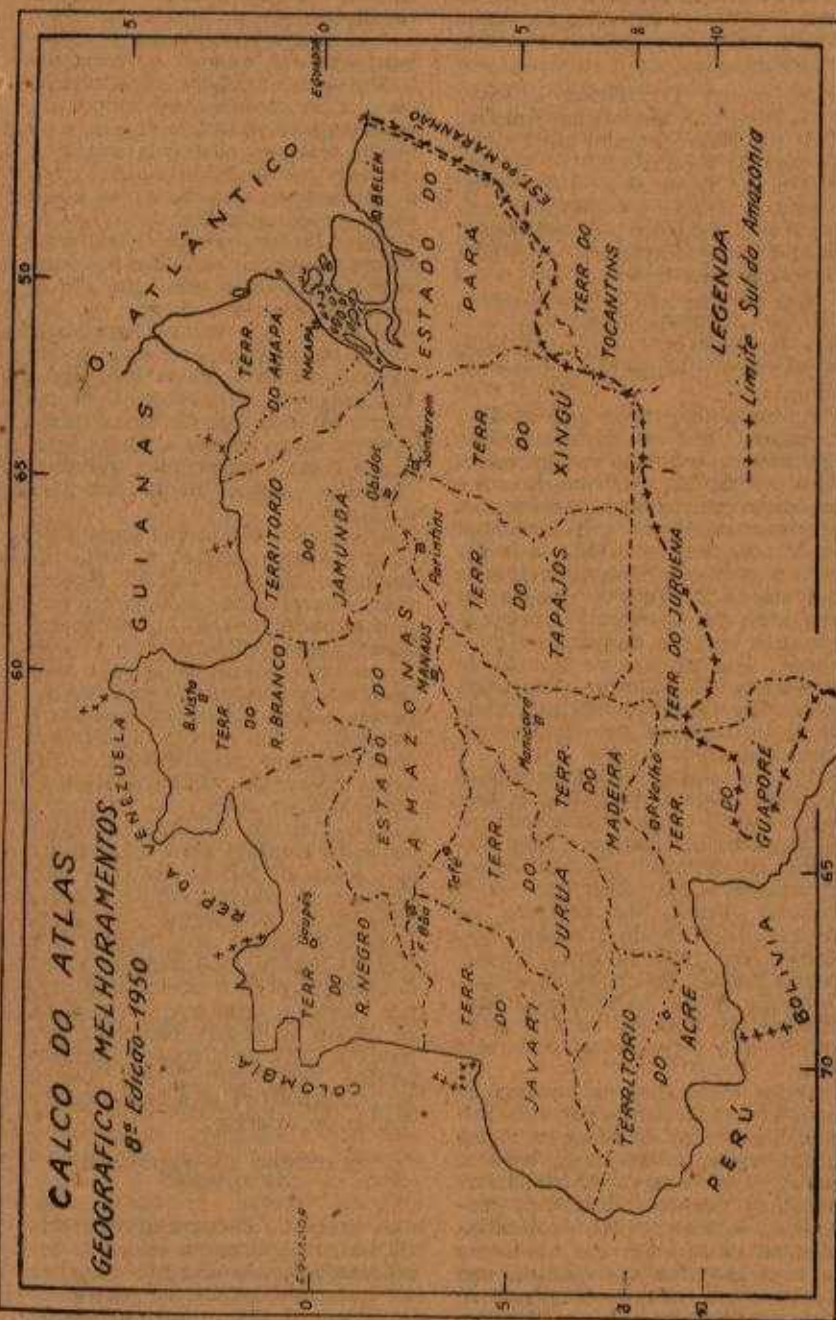
A resposta, portanto, é que a solução deverá abranger todos os aspectos do problema, inclusive o da Redivisão Territorial e que todos eles tenham sua execução de acordo com um plano racionalmente elaborado.

UMA PROPOSTA DE REDIVISÃO

No estudo de uma nova divisão política da Amazônia, poderemos chegar a várias soluções, conforme o ponto de vista de cada um daqueles que se derem a este trabalho, podendo todas elas ter bons fundamentos.

E há mesmo conveniência que surjam várias soluções, para que assim haja um largo debate do assunto e fiquem as autoridades mais esclarecidas para a escolha da melhor.

Apresentamos na figura uma proposta, que expressa a nossa opinião sobre o assunto e está calçada num outro trabalho que elaboramos sobre uma "Nova Carta Política do Brasil". Observando-se a figura, verificamos que a nossa



Estudo de uma nova divisão política da Amazônia

proposta compreende a criação de sete Territórios Federais na Amazônia, além dos quatro já existentes.

Os novos Territórios seriam:

- 1 — Jamundá, capital em Óbidos;
- 2 — Rio Negro, capital em Uaupés (antiga S. Gabriel);
- 3 — Javari, capital em Fonte Boa;
- 4 — Juruá, capital em Tefé;
- 5 — Madeira, capital em Manicoré;
- 6 — Tapajoz, capital em Parintins;
- 7 — Xingu, capital em Santarém.

Esta divisão não difere muito e, alguns pontos coincide, com outras apresentadas em diferentes épocas por ilustres estudiosos do assunto.

Assim, podemos ver que desde o Império já era estudada a divisão territorial como meio indispensável para possibilitar o povoamento e o desenvolvimento das nossas imensas regiões desérticas; é o Memorial de Varnhagem, em 1849, que divide o país em "Departamentos"; é o estudo de Tavares Bastos em sua obra "A Província", propugnando a criação de vários Territórios; é o projeto de Fausto de Souza em 1880, relativo a reajustamento territorial do Brasil, dividindo o Império em 40 Províncias; etc.

Já em nossa época surgiram também diversos trabalhos e tem sido maior o número de estudiosos a tratarem do assunto. Dos trabalhos compulsados nos lembramos no momento dos seguintes: os de Segadas Viana, de Teixeira de Freitas, da "Grande Comissão Nacional" em 1934, de João de Almeida Freitas, etc.; artigos e conferências várias, de Everardo Baccheuser, de Juarez Távora e de outros, que seria ocioso enumerar aqui.

Todos esses ilustres homens de estudo e de destaque na vida nacional mostram de maneira lógica a imperiosa necessidade para o Brasil de uma nova divisão territorial, por motivos de ordem econômica, militar, social, de política interna, etc.; cada um apresenta os seus próprios argumentos, uns elevados e outros simples, que só os cegos mentais não vêem nêles suficiente valor que justifique uma

solução desse grande problema brasileiro.

A nossa proposta, como já dissemos, abrange apenas a Amazônia e não toda a área da bacia amazônica, que compreende ainda regiões ao norte de Mato Grosso e de Goiás, comportando mais três Territórios: os de Juruena, Araguaia e Tocantins, conforme o nosso plano geral de redivisão.

Para limites desses Territórios foram escolhidas as linhas mais características da região, que são os cursos d'água e somente em pequenos trechos foram escolhidas linhas secas. Os cursos d'água, que são os naturais eixos de articulação na Amazônia, facilitam enormemente os trabalhos de demarcação, economizando tempo e dinheiro e, o que é mais importante, evitando possíveis questões de limites para o futuro.

As cidades escolhidas para capitais, o foram apenas a título de exemplo, tendo a escolha recaído sobre aquelas que julgamos em melhor situação quanto às comunicações; porém, é lógico que a escolha de uma capital deverá ser feita mediante um estudo *in loco* dos diversos aspectos que interessam à questão. Ainda na figura podemos verificar duas modificações de limites propostas nos Territórios do Amapá e do Acre; no Amapá é o deslocamento da linha limitrofe oeste do rio Jari para o rio Paru, com o fim de tornar sua área mais próxima do valor médio das áreas dos outros territórios; no Acre propomos que os seus limites com o atual Estado do Amazonas sejam deslocados para o norte, avançado nos cursos d'água que lhe cortam, de modo a poder aumentar um pouco a sua superfície e, ao mesmo tempo, facilitar-lhe uma melhor articulação entre a capital e outros pontos do interior.

EXECUÇÃO DA PROPOSTA DE DIVISÃO

A execução de uma divisão territorial, forçosamente terá que ser precedida de medidas preliminares, de natureza legislativa umas e de ordem técnica outras; a própria previsão de uma redivisão terri-

torial da região deverá primeiramente constar do Plano Geral de Valorização, como já dissemos. Feita a previsão, consequentemente, terão os legisladores dentro do Congresso Nacional de tomar as medidas legislativas adequadas, sobre as quais não precisamos aqui entrar em detalhes; eles, muito melhor do que qualquer um de nós, saberão quais os atos que poderão e deverão ser promulgados para a determinação de uma nova divisão política da região em aprêço.

Seguindo o ato legislativo, serão executadas as medidas de ordem técnica nele previstas que possam fornecer os necessários dados para a escolha da melhor solução, a qual será consubstanciada finalmente numa Lei criando os novos Territórios e determinando providências a respeito.

Essa Lei especificará os meios e as fases para a execução da redivisão determinada, pois provavelmente não poderão ser instaladas numa só data todas as novas Unidades criadas; talvez 2 ou 3 fases, intercaladas de 4 ou 5 anos sejam suficientes para a efetivação de toda a divisão.

Como exemplo, poderíamos agrupar em 2 fases: 1ª — Organização e instalação imediata dos 3 Territórios fronteiriços de Jamundá, do Rio Negro e do Javari e execução das duas modificações de limites relativas aos Territórios do Amapá e do Acre; 2ª — Organização e instalação dos 4 outros Territórios, 5 anos após a instalação dos primeiros.

Sobre esse escalonamento em fases, desejamos esclarecer que ele não contradiz, como poderá parecer à 1ª vista, a nossa opinião já expressa linhas atrás de que os trabalhos do Plano de Valorização devem ser simultâneos em toda a região; é uma questão de meios, pois, sendo os maiores encargos com a organização e instalação dos Territórios da alçada do Governo Federal e não da Comissão de Valorização, possivelmente não haverá recursos financeiros para num só ano atendê-los. O ideal seria, não há dúvida, que a di-

visão se processasse de uma vez, digamos num exercício financeiro, o que iria facilitar grandemente a aplicação do Plano em toda a região, de um modo homogêneo; mas a deficiência de meios imporá por certo um fracionamento no tempo, tendo que haver em consequência uma adaptação, por parte do Órgão Executivo do Plano, entre uma fase e outra da efetivação da redivisão territorial. Sendo em duas fases, essa adaptação terá que ser feita apenas durante 5 anos, isto é, um quarto da vigência do Plano, tempo relativamente curto.

O que acabamos de dizer sobre a Execução da Divisão Territorial é apenas uma ideia, talvez sem valor ponderável; porém, fora de qualquer dúvida, os parlamentares da Comissão de Valorização (a quem competem as medidas legislativas a respeito) têm capacidade e conhecimentos suficientes para enxergarem o "modus faciendi" melhor à efetivação de tal empresa. Não obstante, nos permitimos dizer ainda que, sendo a redivisão territorial tão importante ao êxito do Plano de Valorização e devendo figurar nele como um aspecto a resolver, talvez a modalidade mais prática de executá-la seja num programa comum entre o Governo da União e a Comissão de Valorização, possibilitando que parte das verbas do Plano seja destinada à instalação das novas Unidades; seria um indireto emprêgo de recursos, que em tempo curto reverteria em vantagens de toda ordem à obra da valorização.

CONCLUSÃO

Para concluirmos, queremos lembrar que o objetivo deste pequeno trabalho é pôr em foco o aspecto de uma redivisão territorial da Amazônia e chamar a atenção das autoridades e parlamentares interessados, principalmente os membros da "Comissão Especial de Valorização da Amazônia", para a oportunidade de tal medida, como um complemento ou mesmo parte do aludido plano e também como

uma necessidade nacional, pelos benéficos reflexos que daí se entenderiam a todo o país.

É ponto pacífico que os Estados da Amazônia, como também os Estados do centro-oeste, com as suas enormes áreas a administrar, não poderão promover seu desenvolvimento, por se apresentarem os seus problemas em vulto extraordinário e uma grande complexidade diante de recursos limitadíssimos e às vezes inexistentes; para eles não haverá outra alternativa, senão retalhar as suas imensas áreas em algumas porções, diminuindo assim o vulto dos problemas e, ao mesmo tempo, criando em cada uma das porções um centro incentivador do progresso dessas duas regiões fisiográficas, que abrangem quase 2/3 da área total de nossa Pátria.

Afinal que glória há em terem esses Estados um milhão e tanto de quilômetros quadrados na maioria desérticos e improdutivos? Certamente uma grande extensão territorial nestas condições não constitui nenhum padrão de glória e de ufania; essas imensas áreas representam mais um pesado fardo a

impedir que tais Estados avancem para a frente, num aceltável ritmo de progresso. Portanto, repetimos que não haverá outro recurso, mais cedo ou mais tarde, senão a criação de novos Territórios Federais nas porções em que fôr dividida a região, como centros irradiadores de progresso; tome-se como prova disto o caso do Território do Amapá, que está em franco desenvolvimento em todos os setores, em alguns dos quais já igualando ou superando o Est. do Pará, o que nunca foi conseguido enquanto incorporado a este. O que, então, está acontecendo no Amapá? Simplesmente isto: recursos da União bem administrados em uma área relativamente pequena. E é exatamente isto o que deve ser feito em todas as outras zonas para que, ao fim de certo tempo, o desenvolvimento de cada uma se entrelaçando forçosamente com o das vizinhas possibilite o desenvolvimento geral de toda a região e o bem-estar de sua população, que é o objetivo supremo e não o simpíório orgulho dos milhões de quilômetros quadros de terras abandonadas.

ARMAZÉM CRUZ DA FÉ

Silvestre Abreu

SECOS, MOLHADOS, ETC.

RUA CRUZ DA FÉ N. 386 — EDEN — ESTADO DO RIO

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELÊMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

Av. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

EM MEMÓRIA DOS XAVIER TÔRRES

ANNIBAL TÔRRES DE MELLO, Cap. R/2

(Especial para "A Defesa Nacional")

Dedicado ao Exmo. Sr. General Antonio de Cástro Nascimento.

"As armas ensaia,
Penetra na vida;
Pesada ou querida,
Viver é lutar.
Se o duro combate
Os fracos abate
Aos fortes, aos bravos,
Só pode exaltar".

Gonçalves Dias.

Mais pelo cumprimento de um dever patriótico — simplesmente inspirado nos fundamentos das virtudes militares aprendidas, sempre praticadas e progressivamente enaltecidas — que por interesse em possibilidade decorrente do grau de parentesco, é que procuramos evidenciar aqui, à luz da História — cuja maioria de fatos é confirmada por dados biográficos do conhecimento de certos membros da família — os feitos preciosos dos Xavier Tôrres que, no entroncamento genealógico por parte materna, situam-se decrescentemente nas gradações de tetravô, tio-bisavô e bisavô do autor dêste modesto escrito.

Ao citarmos os Xavier Tôrres (em número de dois Brigadeiros e um Sargento-Mor, atualmente Major), não incluímos, aqui, o nome do Sargento-Mor José Narciso Xavier Tôrres, correligionário dos biografados em 26 de abril de 1823, por não possuímos, por enquanto, certeza, de pertencer ao mesmo tronco genealógico, tronco esse cuja descendência assim se apresenta: Manoel Lopes Galvão, Mestre da Campanha do Regimento da Cidade de Olinda (Pernambuco),

possuiu um filho de nome Manoel da Fonseca Jayme, que foi Capitão-Mor e Governador do Ceará; dêste, veio o Capitão de 1ª Linha Cypriano Lopes da Fonseca Galvão, do qual nasceu o Capitão de Ordenanças Francisco Cavalcanti de Albuquerque, pai de Dona Joanna Cavalcanti de Albuquerque, bisavô do autor a qual casou-se com o Brigadeiro do Exército Luís Xavier Tôrres, bisavô do autor; êste Brigadeiro era irmão do também Brigadeiro do Exército Francisco Xavier Tôrres, tio-bisavô do autor, ambos filhos do Sargento-Mor (atualmente Major) do Exército Francisco Xavier Tôrres. O Brigadeiro Luís Xavier Tôrres possuiu um filho, o Engenheiro civil, Dr. Juvenal Xavier Tôrres, casando-se êste com Dona Andrônica de Albuquerque, cujo nome passou a ser Andrônica de Albuquerque Tôrres. Dentre os filhos dêste casal encontra-se a Professora Dona Estephania de Albuquerque Tôrres, mãe do autor, casada com o Senhor Alípio de Almeida Mello, pai do autor, a qual passou a chamar-se Estephania Tôrres de Mello.

Sempre ouvimos falar das personalidades civis e militares des-

ses ancestrais, sem que, entretanto, nos imbuíssemos da possibilidade de virem seus feitos a ser por nós historicamente apreciados e relatados em comparação com os de seus contemporâneos e correligionários, cujas memórias, justa e merecidamente, já se cultuam, oficialmente, ritmicamente, com a insosfismável gratidão que lhes devemos por tudo quanto por nós fizeram. Mas, às páginas 10 de sua obra "Sampaio — Patrono da Infantaria" é Euzébio de Souza quem diz: "os demais de seu tempo e posteriores, lamentavelmente têm sido esquecidos, nada se sabendo a seu respeito senão através de simples notas cronológicas que pouco ou quase nada dizem de seus valores, de suas ações evidenciadas neste ou naquele feito militar, às vezes até tais escorços gerando dúvidas sobre a sua autenticidade".

Olvidados tantos vultos de inapagável valor e de que se compõe a História Militar do Brasil!!

E se esses contemporâneos e correligionários dos Xavier Tórres são sistematicamente homenageados no transcurso hodiernos dos fastos cívicos ou cívico-militares, seria o caso de indagarmos o motivo do olvido do nome dos Xavier Tórres que, também, prestaram à Pátria — conforme consignam os anais — os mais relevantes serviços, missões as mais espinhosas, notadamente, dentre os três, o Brigadeiro Francisco Xavier Tórres.

Assim é que, compulsando cuidadosamente esses feitos e lhes analisando a natureza, aparecem os nomes do Major (Sargento-Mor) Francisco Xavier Tórres (tetra-avô do autor), pai dos Brigadeiros Francisco Xavier Tórres (tio-bisavô do autor) e Luís Xavier Tórres (bisavô do autor), não só como possuidores de qualidades, títulos e condecorações de alta significação meritória, mas também, investidos de missões militares e civis as mais importantes para a situação político-administrativa nacional e internacional.

Admiramo-nos, pois, de como os biógrafos que se têm ocupado dos grandes vultos nacionais olvidaram os nomes dos Xavier Tórres — sem que reunissem seus feitos numa só obra — uma vez que foram, como de fato, contemporâneos e correligionários de Caxias — patrono do soldado — e Antonio de Sampaio — patrono da Infantaria — este último, subalterno de um dos Brigadeiros Xavier Tórres!!

Antes, porém, de iniciarmos a transcrição ou comentário sobre os dados biográficos dos Xavier Tórres desejamos acentuar que, em verdade, eles se contêm na grande maioria das fontes consultadas. Mas, como são já bem raras essas fontes e, na descrição dos aludidos dados aparecem, às vezes, mudanças de palavras — sem prejudicar o assunto, é certo, mas podendo proporcionar crítica acerba ou de propósitos graciosos — então preferimos transcrevê-los na íntegra, conforme nelas se encontram, feita, entretanto, a adaptação ortográfica. Por isso que, não raro, repetiremos a transcrição de alguns tópicos das mencionadas fontes, ao invés de suprimi-los por duplicata, para não fugirmos do critério então por nós adotado.

DADOS BIOGRÁFICOS DOS SARGENTO-MOR (MAJOR) E BRIGADEIROS XAVIER TÓRRES

(1) (*) "Tórres, Francisco Xavier, Brigadeiro do Exército Brasileiro, n. em Fortaleza (Ceará), em 1803, m. em 1873, sendo seu pai o sargento-mor do mesmo nome. Assentou praça de cadete na companhia de artilharia do Ceará (1806), sem benefício de soldo e pão, isto é, sem perceber vencimentos, porque seu pai os oferecera à Fazenda Nacional durante um ano. Em 1822 marchou na Expedição Auxiliadora às províncias de Piauí e Maranhão; alferes em 1824; coronel em 1850. Em 1829 marchou para a comarca do Crato, comandando a força expedicionária que par ali seguiu de observação,

(*) Vide sob este número a fonte de consulta citada na Bibliografia ao fim deste escrito.

a fim de obstar à proclamação do Governo absoluto. Comandante militar do Crato (1821), no ano seguinte marchou para o centro da província a fim de tomar o comando de todas as forças expedicionárias contra a rebelião de Pinto Madeira, sendo elogiado pelo presidente da província pela maneira como se portou na vila do Icó".

Do "Resumo Cronológico para a História do Ceará" (2) de autoria de João Brígido dos Santos, natural do Rio de Janeiro, sócio do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio de Janeiro e do Instituto Arqueológico de Pernambuco, ex-Deputado pela Província do Ceará, etc., editado em Paris em 1887, pela Guillard, Aillaud & Cia. — Rua Saint-André des Arts, 47 — Ed. de Ceará — 1887, constam os seguintes dados:

De págs. 138:

Em 1819

"14 de janeiro — Sampaio, nomeado pelo governador do Goiás, deixa o governo da capitania a uma junta composta do juiz de fora (e ouvidor interino) Adriano José Leal, do vereador Joaquim Lopes de Abreu, e do sargento-mor Francisco Xavier Tôrres, a qual governou por seis meses, até a chegada do governador Rubim".

Do fim do Governo colonial até a fundação do Regime Parlamentar:

Em 1821

De págs. 142:

"3 de novembro — Segunda sedição militar na Fortaleza, deposição do governador Rubim, e instalação de um governo temporário, composto de Francisco Xavier Tôrres, como presidente, de Adriano José Leal, como vice-presidente, do vigário Antonio José Moreira, negociantes José Antonio Machado, Mariano Gomes da Silva e Lourenço da Costa Dourado, escrivão deputado da junta de fazenda Marcos Antonio Brício, ouvidor José Raimundo do Paço de Forbém

Barbosa, como vogais. Henrique José Leal servia como secretário".

Em 1822

De págs. 145 e 146:

"26 de outubro — Combate da Forquilha, entre as forças patriotas do Riacho do Sangue, e a tropa de linha ao mando de Diniz e José Feliz; prisão destes; ocupação do Icó na manhã deste dia, pelas forças do Crato, ao mando de Filgueiras, que põe em liberdade os eleitores.

Nesta data, Forbém oficiava à Câmara de S. João do Príncipe prevenindo-a de que ia fazer marchar sobre o Icó uma força respeitável, conduzida pelos governadores Tôrres e Mariano, para restabelecer o governo".

De págs. 147:

"3 de dezembro — Reune-se o colégio da capital para responder um ofício do seu emissário padre Landim, que comunica a recusa de Filgueiras. Dividindo-se as opiniões, vence-se que seja reconhecido o governo temporário do Icó, e assume a administração, em nome dele, Francisco Xavier Tôrres, comandante da tropa de linha".

De págs. 148:

"4 de dezembro — Tôrres assume a administração da província. Ele só, com protesto de três membros do governo, que declaram ceder à força".

De págs. 148:

"15 de dezembro — Reunido ainda o corpo eleitoral da Fortaleza, vota para membros do novo governo em Filgueiras, José de Castro, padre Magalhães, Mariano e Joaquim José Barboza. Esta eleição não produziu efeitos".

"25 de dezembro — Está na Urburetama a primeira partida das forças do Ceará, destinadas a socorrer os patriotas da Parnaíba, enviadas pelo governador Tôrres. Esta vila, em 2 de novembro, tinha

aderido à independência, e o maior João José da Cunha Fidié, saindo de Oueiras com uma força numerosa e um trem de artilharia, foi ocupá-la. Os independentes vieram refugiar-se em Granja".

De págs. 149:

"23 de janeiro — Entrada na capital e posse do governo temporário, primeiro da independência, a saber: José Filgueiras, presidente, vigário de Lavras José Joaquim Xavier Sobreira, Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro (de Quixeramobim), Francisco Fernandes Vieira (depois visconde do Icó) (de S. Mateus), vigário do Jardim, Antonio Manoel de Souza, Secretário".

Em 1823

De págs. 150:

"16 de fevereiro — Nomeação de Francisco Xavier Tôrres para comandante das armas da província, pelo governo temporário".

De págs. 153:

"23 de maio — Reações no Crato. Ordem de seqüestro nos bens de Joaquim Pinto Madeira por dinheiros recebidos para a marcha do Icó em outubro de 1822".

De págs. 161/162:

"28 de abril — Chaves, nomeado comandante do Corpo de linha da capital pelo comandante das armas, faz prender, como suspeitos, o ouvidor interino Marcelino de Brito, Sargento-Mor José Narciso Xavier Tôrres, Tenente João da Silva Pedreira, Ajudante Francisco Xavier Tôrres, Coronel Manoel José Martins Ribeiro, Capitão-Mor Joaquim José Barbosa, Sargento-Mor João Facundo de Castro Menezes, Sargento-Mor Jerônimo Delgado Esteves (português), Tenente Abreu (português) e Tenente Manoel Antônio Diniz, os quais são recolhidos à galera inglesa Jubile, e aí detidos, vinte dias".

Em 1832

De págs. 193/194:

"4 de abril — Grande combate nas ruas de Icó, o qual é tomado pelas forças rebeldes e retomado pelo Major Tôrres. Morreram cerca de 100 homens. Pinto Madeira retrocede segunda vez para o Cariri. Esta vitória da força legal decidiu da sorte dos rebeldes".

Em 1833

De págs. 197/198:

"10 de novembro — Motim militar promovido pelo Major Tôrres, comandante da força de linha da capital. O presidente refugia-se em Maranguape, donde promove o restabelecimento da ordem, pactuando com os sediciosos".

Em 1840

De págs. 204:

"18 de abril — Segue ainda da Fortaleza uma força de 400 homens sob o comando do Major Francisco Xavier Tôrres, tendo o mesmo destino, e ordem para reunir-se a outros combatentes no norte da província".

De págs. 205:

"5 de maio — Combate geral de Frecheiras, nas imediações da Granja, sendo comandadas por Tôrres as forças do Ceará, que operam com as do Maranhão e Piauí. Os rebeldes perdem mais de 200 homens".

"25 de junho — Tôrres deixa Frecheiras para perseguir os rebeldes, que, em debandada, se refugiaram no termo de Viçosa".

"14 de dezembro — Na noite deste dia, o presidente Alencar é acometido pela força ao mando do Major Tôrres na Vila de Sobral, empenhando-se em combate nas ruas e fugindo os rebeldes pela madrugada, tendo 4 mortos e 8 feridos. A gente da legalidade teve 2 soldados mortos e 5 feridos".

De págs. 208 :

"19 de janeiro — Tórres, depois de novas tentativas de revolta, entrega-se na Calçara (Baturité) ao Tenente-Coronel Antônio Barroso de Souza, que o seguia com numerosa força.

Logo em seguida, é prêso Jacarandá, sendo conduzido algeimado para a capital, onde chegou no dia 26, tendo chegado, dois dias antes, Tórres e seus companheiros".

De págs. 275/276 :

"do mesmo o Ten.-Cel. Francisco Xavier Tórres. E num gesto de alto valor patriótico, conforme o officio dirigido ao Cel. José Antônio Machado, se decidira partir à frente dessa força, o que vem a suceder a 1 de maio seguinte, destinando-se à Sobral. Nessa cidade permaneceu por algum tempo, justificando assim o propósito em que se encontrava de, com mais facilidade, poder conseguir a reunião das tropas que havia ordenado e dar-lhes a organização que melhor conviesse à segurança e defesa da Província, assim como providências sobre outras coisas — palavras de Souza Martins em citado officio — que possam parecer necessárias, conforme o forem exigindo as ocorrências da guerra que temos entre mãos com os rebeldes do Piauí".

De págs. 280 :

"alguns combates em vários lugares, destacando-se dentre estes Gebedouro, Mobaba, Contendas, Buriti e Frecheiras (15 de julho de 1840), sendo a dêste último povoado encravado em território piauiense, nas imediações de Granja, o maior deles e no qual os revoltosos perderam para mais de 200 homens. Ditas forças eram comandadas pelos Tenentes-Coronéis Francisco Xavier Tórres e Manuel Antônio da Silva.

A 1 de julho seguinte apoderaram-se os balaíos de São Pedro de Biapina (Ceará) mas, enfrentados pelas forças de Xavier Tórres

e do Major Joaquim da Rocha Moreira, foram destroçados, deixando a fazenda Buriti aonde se encontravam entrincheirados.

Nas investidas contra os balaíos a ação das forças cearenses mandadas em auxílio do Maranhão e em sua perseguição foi positivamente notável, cooperando elas para o término da guerra civil declarada extinta pelo Cel. Luís Alves de Lima e Silva, "escolhido para pôr termo ao movimento sedicioso que estava ensanguentando aquela circunscrição política do "Império".

De págs. 282 :

"A população de Sobral, na noite de 11 de dezembro de 1840, foi surpreendida com o levante promovido pela força que obedecia ao mando do Tenente-Coronel Francisco Xavier Tórres e antes havia deixado Fortaleza para conter os balaíos. Os amotinados visavam a própria pessoa do Presidente, Padre José Martiniano de Alencar, que para ali havia seguido, dias anteriores, com o fim de evitar uma revolta daquela tropa expedicionária.

Travou-se "

Segundo o Barão de Studart os chefes da sedição foram o dito Tenente-Coronel Francisco Xavier Tórres, seu cunhado Alferes Antonio José Lino de Oliveira, o Coronel de milícias Joaquim de Souza Campelo, o Alferes de cavalaria miliciano Joaquim Ribeiro da Silva e o Sargento de 1ª linha Joaquim Bezerra de Albuquerque.

Tórres, depois de novas tentativas de revolta, entregou-se no dia 19 de janeiro do ano seguinte com seus companheiros, no "Calçara", 12 léguas distantes de Baturité, ao Cel. Antonio Barroso de Souza, que, o perseguia com numerosa força, sendo, em seguida, prêso e remetido para a Capital, juntamente com seu ajudante de ordens, o Capitão Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá que, em fuga, se deixou apanhar, conduzindo grande parte da correspondência dos conjurados, inclusive um plano de revolta (147)".

Da "História Militar do Ceará" (3), Ed. de 1950, de autoria de Eusébio de Souza, consta:

De págs. 114/115:

"Não resta a menor dúvida que Antonio de Sampaio seguiu a juntar-se à Força Expedicionária cearense enviada ao Pará para reprimir os "cabanos". O futuro herói é a maior vítima de Tuiuti, na Guerra do Paraguai, fez parte dessas tropas ao mando do Major Francisco Xavier Tôrres, oficial do Exército Imperial e no Comando do Corpo Policial".

De págs. 202:

"Tudo, porém, serenou com a retirada de Porbém para o Rio de Janeiro, abandonando o Governo, e conseqüente investidura na administração governamental, em caráter interino, de Francisco Xavier Tôrres, comandante da tropa de linha.

Eleito o governo temporário no Icó, tendo à frente Filgueiras, marchou com suas forças — numeroso contingente de milicianos e voluntários — para Fortaleza, onde chegou a 23 de janeiro de 1823, nesse mesmo dia empossando-se com os demais membros da administração, recebendo-a das mãos de Xavier Tôrres que aguardava sua chegada".

De págs. 204:

"Segundo o Barão de Studart (103) apud Antônio Martins Filho, op cit., não foi este, entretanto, o primeiro auxílio enviado pelo Ceará em socorro dos separatistas do Piauí. Já a 25 de dezembro de 1822 estacionavam em Uruburetama as primeiras tropas que, por ordem do então Presidente interino do Governo, Francisco Xavier Tôrres, teriam de transpor as fronteiras da Serra Grande para fazer triunfar a causa da liberdade naquela Província".

De págs. 250/251:

"O Presidente da Província, Tenente José Mariano de Albuquerque

que Cavalcante, tomou as providências que a gravidade do caso estava reclamando. Isto deu motivo, logo que delas teve notícias, determinasse Pinto Madeira a marcha de suas forças sobre Fortaleza, "no intuito de fazer a deposição do presidente". Era tarde, porém.

Com a urgência que a perturbação da ordem política estava exigindo, não tardou em marchar o comandante Francisco Xavier Tôrres, em breves dias, enfrentando os amotinados. O encontro se deu no lugar Várzea Alegre. Travou-se então duro combate (16 de fevereiro de 1832). As tropas de Pinto Madeira foram batidas. Retrocederam para a zona do Cariri. E a perseguição continuou".

"O Icó foi pelos sediciosos tomado e logo depois retomado pela tropa do Major Tôrres, tendo morrido, de parte a parte, para mais de cem combatentes".

De págs. 264:

Motim Militar de 1833:

"A 10 de novembro de 1833 rebentou em Fortaleza um motim militar, visando a deposição do presidente da Província, que era então o Tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcante. Encabeçava esse movimento o Major Francisco Xavier Tôrres, até havia pouco tempo comandante do batalhão n. 22 da 1ª linha, de cujo cargo fôra dispensado, quando se encontrava no interior da Província, combatendo os apauiguados de Pinto Madeira e do vigário Antônio Manuel Tôrres, ressentido com a atitude de José Mariano, que tomara tal resolução "pretextando ordens da Regência, mandando dissolver o batalhão" e reduzi-lo a três companhias", achou o momento propício para atear fogo no morrão da intentona em imaginação e na noite daquele dia os habitantes de Fortaleza foram despertados com um toque de rebate, vindo do quartel do 22. "Vivas" ao Major Tôrres e "morrás" ao Presidente José Mariano eram distintamente ouvidos por quem esti-

vesse nas imediações da fortaleza. Foi uma noite de sobressalto para a pacata população da cidade".

De págs. 265 :

"..... Jamaru, que gozava de arraigadas simpatias no seio de seus camaradas, não surtiu o efeito desejado, em virtude da admiração que tinham os soldados pelo seu comandante Tórres. Os amotinados insistiam pela sua reintegração no comando da tropa, que sabendo, o Presidente, por intermédio de seu emissário, enraivecido, colérico, gritou a bom pulmão :

"Não! Jamais conseguirei de mim esta humilhação!"

E deu prova de sua resolução enérgica e decidida.

Com a ajuda do 1º Tenente Luís Sabino, comandante do brigue-es-cuna de guerra "Patagônia", surto no porto, conseguiu abafar a rebeldia.

O auxílio do governo, direto e imediato, do destacamento naval, transformou completamente o plano dos sediciosos. Capitularam. Foram presos seus principais chefes, Major Francisco Xavier Tórres, Tenentes João Antonio de Noronha", etc.....

"para serem conduzidos a Pernambuco, e daí para a Corte a fim de serem punidos. Voltaram, porém, do Recife em virtude de *habeas-corpus* que lhes concedera a respectiva Relação do Distrito.

Diz o Des. Paulino Nogueira (134) que Tórres, na ocasião de ser preso, escapou de ser batido com um cinturão pelo cabo de esquadra Moraes, conhecido pelo apelido de *Ratatau*, seu ordenança no Crato".

De págs. 266 :

"O Ceará, tanto quanto lhe foi possível, prestou o auxílio pedido de começo, fazendo seguir a 23 de setembro de 1835 para o teatro da luta forte contingente de tropas congregadas de sua Polícia, recém-organizada, com forças de 1ª linha, num todo de 101 combatentes, sob a chefia do Major Francisco Xavier Tórres que, pelo decorrer dos anos,

alcançou o posto de Brigadeiro, no qual se reformou com uma fôlha acentuada de grandes serviços militares prestados ao país e se fez também, "saliente pela parte ativa que tomou nas lutas partidárias da antiga Província (Ceará), mormente na administração Alencar, a quem combateu com as armas na mão". Outros reforços foram enviado ao Pará.

Xavier Tórres, com os seus companheiros, bateu-se bravamente na Cabanagem, o que lhe valeu francos elogios, sobretudo louvado, como foi, pela atividade e zelo que mostrou na marcha e tomada da Vila de Turiagu, ainda no Maranhão, tendo ao seu lado, como um dos denodados combatentes, o futuro Brigadeiro Antonio de Sampaio (136)".

De págs. 275 :

"para se opor ao ingresso dos rebeldes, que do Maranhão e Piauí se evadem à perseguição das forças da legalidade, ordenava que da força de 1ª linha da Província se organizasse um Batalhão Provisório de 6 Companhias de Caçadores, inclusive o de Artilharia designando para o comando do mesmo o Ten.-Cel. Francisco Xavier Tórres".

Do vol. LXV da "História Militar do Pará" (4), ed. pela Biblioteca Militar, em 1943, de autoria do Coronel Luiz Lobo, consta o seguinte :

De págs. 118 :

"Verificando impossível organizar com a celeridade que as circunstâncias exigiam os 3 batalhões de caçadores, e de artilharia da posição e o esquadrão de cavalaria que o governo imperial lhe permitira, criou na capital um corpo de polícia sob o comando do Tenente-Coronel Domingos Simões da Cunha, em substituição aos permanentes ; em Cachoeira um esquadrão de cavalaria e dividiu a Província em nove comandos militares assim constituídos : 1º, todo o Município de Belém ; 2º, de Vigia (Colares, S. Caetano, Curuçá,

Cintra e Salinas); 3°, de Bragança (Vizeu, Turiagu e Ourém); 4°, de Marajó, compreendendo toda a ilha; 5°, de Macapá (toda a margem esquerda na foz do Amazonas até encontrar o 1° comando); 6°, de Cametá (Tocantins, Oueiras, Portel e Melgaço); 7°, de Porto de Moz ou Gurupá (limitado com as de Macapá, Marajó, Cametá e Santarém); 8°, de Santarém (limitado com o 7° e com o Alto do Amazonas ou do Rio Negro); 9°, o de Rio Negro (guarda das fronteiras), nomeando comandante dos seis primeiros o Coronel Marcos Antonio Brício, Major Francisco Sérgio de Oliveira, Tenente-Coronel Francisco Xavier Tôrres, Tenente-Coronel Manoel Lourenço de Matos, Tenente-Coronel Francisco de Siqueira Monte-Roso, Padre Prúência José das Mercês Tavares e dos três últimos o Tenente-Coronel Joaquim José Luiz de Souza".

De págs. 125 :

"A 12 de agosto de 1850, poucos dias antes do desmembramento da Província do Amazonas, o presidente Angelo Custódio Corrêa e o comandante das armas Coronel Francisco Xavier Tôrres, por ordem do governo Imperial, mandavam instalar nas imediações do Forte de São Joaquim a colônia militar do Rio Branco, para desenvolver na zona fronteiriça com a Guiana Inglesa a colonização brasileira e apoiar as guarnições do mesmo forte contra a demasiada penetração daqueles nossos vizinhos. Com idênticos intuitos, e mais o de auxiliar a reconstrução do forte de Obidos, cujo estado de ruína".

Do volume avulso "Tamborins" (5) da Biblilot. Militar do Exército, de autoria de Eusébio de Souza — 1941 — consta :

De págs. 10 :

"Coube a Antonio Joaquim da Silva Tamborim o comando da companhia de artilharia, na qual fôra comissionado como 2° Tenente, marchando ao lado das tropas expedicionárias ao mando do

Major Francisco Xavier Tôrres, pelo tempo adeante Brigadeiro, com uma fé de officio que muito orgulha o seu nome".

Do Vol. LXXIX da Biblioteca Militar, "Sampaio — Patrono da Infantaria" (6), edição de 1944, consta o seguinte :

De págs. 28 :

"A 10 de novembro de 1833, reventou em Fortaleza, um motim militar, visando a deposição do presidente da Província, que era então o Tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Encabeçava esse movimento, o Major Francisco Xavier Tôrres, até há pouco tempo comandante do batalhão n. 22 da 1ª linha, de cujo cargo fôra dispensado, quando se encontrava no interior da Província, combatendo os apaniguados de Pinto Madeira e vigário Antonio Manuel que traziam a zona sul conflagrada.

Tôrres, ressentido com a atitude de José Mariano, que tomara tal resolução, "pretextando ordens da Regência, mandando dissolver o batalhão e reduzi-lo a três companhias", achou o momento propício para atear fogo no morrão da intontona em imaginação; e, na noite daquele dia, os habitantes de Fortaleza foram despertados com um toque de rebate, vindo do quartel do 22. "Vivas" ao Major Tôrres e "morras" ao Presidente José Mariano eram distintamente ouvidos por quem estivesse nas imediações da fortaleza. Foi uma noite de sobressalto para a pacata população da cidade".

De págs. 30 :

"A fala de José Mariano, lida no próprio quartel, em frente ao batalhão, pelo Tenente pagador Jamacaru, que gozava de arraigadas simpatias no seio de seus camaradas, não surtiu o efeito desejado, em virtude da admiração que tinham os soldados pelo seu comandante Tôrres. Os amontoados insistiam pela sua reintegração no comando da tropa, o que sabendo o Presidente, por intermédio de seu

emissário, enralvecido, gritou a bons pulmões:

"Não! Jamais conseguirão de mim esta humilhação!"

E deu provas de sua resolução enérgica e decidida.

Com a ajuda do 1º Tenente Luiz Sabino, comandante do brigue-es-cuna-de-guerra "Patagônia", sur-to no pôrto, conseguiu abafar a re-beldia.

O auxílio ao governo, direto e imediato, ao destacamento naval, transtornou completamente o plano dos sediciosos. Capitularam. Fo-ram presos os seus principais che-fes Major Francisco Xavier Tôr-res, Tenentes João Antônio de No-ronha, José Joaquim Soares Carne-viva, João da Silva Pedreira, Aju-dante Felipe da Silva S. Tiago Boi, Alferes João Batista de Melo e Ca-dete Marcos de Castro e Silva. Re-metidos para Recife, voltaram to-dos, mais tarde, em virtude de "habeas-corpus" que lhes concedera a respectiva Relação.

Diz o Sr. Desembargador Pau-lino Nogueira ("Presidente do Cear-á — Período Regencial"), que Tôrres, na ocasião de ser preso, es-capou de ser batido com um cin-turão pelo cabo de esquadra Mo-raes, conhecido pelo apelido de Ra-tatau, seu ordenança no Crato.

O furriel Antônio de Sampaio, também envolvido na revolta, não se deixou prender, para ser captu-rado, posteriormente, em Canindé, quando bebia água numa cacimba de gado, refere um cronista da época".

De págs. 32, consta:

"O povo, na sua eterna pilhéria, ridicularizando o fracasso da se-dição chefiada pelo Major Tôrres e que entre os seus prosélitos teve como figurante o furriel Antônio de Sampaio, mais tarde o grande General, glória do Brasil e, notada-mente, do Ceará, cantava esta chula:

O Tôrres plantou quiabo,
Para fazer caruru;
Pedreira botou farinha
Noronha mexeu o angu.

Tôrres, Pedreira e Noronha eram, respectivamente, o Major Francisco Xavier Tôrres, e os Tenentes João da Silva Pedreira e João Antônio de Noronha.

Por sua vez, repetiu-se pelos nossos sertões, diz o Sr. Desem-bargador Paulino Nogueira (op. cit.), esta expressiva quadrinha alusiva a José Mariano:

Viva José Mariano
De Albuquerque Cavalcanti
Presidente da Província
Da mãe-pátria filho amante".

De págs. 65, consta:

"O seu valor, éle o demonstra logo no noviciado de praça. Sim-ples inferior, atuou, valentemente, nas sangrentas lutas que, no ano de 1832, tiveram por campo de ação os sertões de sua província natal convulsionados pelo ex-Coronel de milícias Joaquim Pinto Madeira, sendo louvado pela maneira por-que se portou nos combates de Icó e S. Miguel, na qualidade de su-balerno das forças do Governo comandadas pelo Major Francisco Xavier Tôrres".

"Por aviso de 20 de dezembro do ano próximo passado, foi co-municado que no dia seguinte de-via partir da corte com destino a este Exército para ser convenien-temente empregado, o Sr. Coronel do Estado-Maior de 2ª classe, Fran-cisco Xavier Tôrres". (Da Ordem do Dia n. 63 do Comando em Chefe do Exército em Operações na Pro-víncia de S. Pedro do Sul (7). Quartel-General na vila de São Borja, 12 de fevereiro de 1868. Pá-ginas 85 do Segundo volume (com-preendendo as ordens de n. 50 a 103 — 1866 a 1867) das Ordens do Dia do Segundo Corpo de Exército em operações na República do Pa-raguai (anteriormente, exército em operações na Província de Pedro do Sul), sob o Comando em Chefe do Exmo. Sr. Tenente-General Manoel Marques de Souza — Conde de Pó-to Alegre. Reimpressa por ordem do Governo, no Rio de Janeiro, pela Tip. Francisco Alves de Souza — R. do General Camara, 97-1877).

Brigadeiro Luís Xavier Tôrres. Nasceu a 1 de maio de 1809. Assentou praça em 9 de novembro de 1821.

Reformou em 4 de abril de 1860.

Faleceu em 5 de janeiro de 1866, na Capital do Ceará, às 3 horas da manhã.

Tomou parte nas primeiras expedições mandadas contra a Confederação do Equador; contra a revolta do Cariri promovida por Pinto Madeira; contra os Balaços no Maranhão; contra a Praieira em 1848 no Maranhão.

Da "Crônica de Rebelião Praieira" (8), 1848/1849, por Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Chefe de Polícia da Província de Pernambuco, e por este Deputado à Assembléa Geral Legislativa do Império, Edição de 1850, editada no Rio de Janeiro, consta:

De págs. 120:

"Quartel-General do Comando das Armas de Pernambuco, 11 de dezembro de 1848. — Ordem do Dia. — Tendo saldo na noite do dia 9 do corrente com determinação de atacar os revoltosos de Catucá nos seus próprios entrincheiramentos, fiz pôr em movimento, ao amanhecer do dia 10, as duas colunas que operam por aquêle lado, uma ao comando do Sr. Coronel Graduado Cipriano José D'Almeida, composta do 6º Batalhão de Caçadores sob o interino comando do Sr. Major João Guilherme de Bruce, e do Corpo Policial sob o comando do Sr. Major João do Rego Barros Falcão. — e a outra, onde eu me achava ao mando do Sr. Coronel Graduado José Vicente D'Amorim Bezerra, composta do 4º Batalhão de Artilharia a pé, ao mando do Sr. Major Inocêncio Eustáquio Ferreira de Araújo, do 5º Batalhão de Fuzileiros comandado pelo Sr. Tenente-Coronel Feliciano Antonio Falcão, do Corpo Fixo do Ceará ao interino comando do Sr. Capitão Luiz Xavier Tôrres, e do Corpo de Goiana ao mando do Sr. Tenente-Coronel de Guardas Nacionais Francisco de Albuquerque Maranhão. Ao meio dia pouco mais ou menos rompeu o

fogo, que foi vivo, e os rebeldes desalojados das trincheiras, que guarneciam o seu acampamento, foram obrigados a deixar em poder dos vencedores o próprio recinto que lhes servia de depósito". Etc. (Ass): José Joaquim Coelho, General Comandante das Armas. (Acha-se publicado no Diário de Pernambuco e na União, de 11 de dezembro de 1848, n. 52)".

Do "Diário de Notícias" de Salvador (9), Estado da Bahia — de 18 de janeiro de 1866, consta:

"Faleceu na Capital do Ceará o comandante da Fortaleza de N.S. da Assunção, Major reformado do Exército, Luiz Xavier Tôrres, contando 76 anos de idade.

Tomou parte ativa nas lutas que se deram nos dias do primeiro reinado da regência, fêz parte das primeiras expedições mandadas contra a Confederação do Equador, contra a revolta do Cariri, promovida por Pinto Madeira, contra a dos Balaços no Maranhão e ainda contra a Praieira em 1848 em Pernambuco.

Era condecorado com o hábito de S. Bento de Aviz e a venera de Cavalleiro de Rose.

Faleceu em 5 de janeiro de 1866, às 3 horas da manhã.

Nasceu a 1 de maio de 1809, assentou praça em 9 de novembro de 1821 e reformou-se em 4 de abril de 1860".

Da "História Militar do Ceará" (3), de autoria de Eusébio de Souza, consta:

De págs. 105:

"Comandante que tem estado à frente da Polícia Militar do Estado (desde sua criação até 24-V-835):

"(11) Major Luiz Xavier Tôrres (Capitão do Exército);

"(18) Luiz Xavier Tôrres (Major reformado do Exército, pela segunda vez)".

De págs. 107:

"entre os primeiros ascendendo ao generalato o então Alferes Abílio Augusto de Noronha e Silva, Tenente Olímpio Agobar de Oli-

veira, Capitães Edgar Facó e Olímpio Falconiere da Cunha e Major Luís Xavier Tôrres, este último reformado no posto de Brigadeiro, equivalente, hoje, a General de Brigada". (Estas notas foram tiradas para este livro do Arquivo Público do Estado).

De págs. 108/109:

"Incorporando ao Exército Nacional, como reserva do mesmo, o Regimento Militar do Estado.

Longo de começo, ainda não de todo organizada, justamente no ano de 1835, quando estalou, no Pará, o movimento revolucionário conhecido pela *Guerra dos Cabanos*, eio figurando em suas lutas com o contingente de milicianos que ao lado da tropa de linha, sob o comando do Major Luís Xavier Tôrres, para ali marchou".

CONCLUSÃO

O presente escrito, "em memória dos Xavier Tôrres", não se pode atribuir à nossa lavra, pois que, tão somente é nosso o trabalho de rebuscar as fontes de consulta, coligir os dados nessas fontes e no âmbito da família, bem como, colocá-los na devida ordem cronológica, tanto quanto possível. Por isto que, já o julgamos em condições de ser concluído na parte que nos toca.

Antes, porém, de concluí-lo, sugerimos a quem de direito, metucioso exame do entre-linhas das transcrições para melhor averiguação dos méritos dos três grandes vultos (quatro, se for o caso), muito especialmente no tocante ao Brigadeiro Francisco Xavier Tôrres (o filho).

Para tanto, lembramos as múltiplas missões desempenhadas pelos Xavier Tôrres no variado cenário da vida, onde seu nome aparece como praça-cadete aos 3 (três) anos de idade, como militar, como comandante, como político, como mediador, como administrador, como governador, como comandante geral das armas, etc.

Como revolucionário ou sedicioso, a qualidade só pode servir de ate-

nuante e virtude, pela mesma forma que serviu a Antônio de Sampaio, hoje Patrono da Infantaria.

Pelo que deixamos dito, visamos apenas contribuir para a coroação do mérito de grandes vultos nacionais que, até hoje, estão esquecidos, sem que fossem colocados nos devidos lugares da galeria da História Pátria!

BIBLIOGRAFIA

(1) "Enciclopédia Internacional de Jackson", págs. 11.512, volume XIX.

(2) "Resumo Cronológico para a História do Ceará" — de autoria de João Brígido dos Santos, natural do Rio de Janeiro, sócio do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio de Janeiro, e do Instituto Arqueológico de Pernambuco, ex-deputado pela Província do Ceará, etc., editado em Paris em 1887, pela Guillard, Aillaud & Cia. — Rua Saint-André des Arts, 47 — Ed. de Ceará-1887.

(3) "História Militar do Ceará" — de autoria de Euzébio de Souza — edição de 1950.

(4) "História Militar do Pará" — editada pela Biblioteca Militar em 1943 — Volume LXV, de autoria do Coronel Luiz Lobo.

(5) "Tamborins", da Biblioteca Militar do Exército — de autoria de Euzébio de Souza — 1941.

(6) "Sampaio — Patrono da Infantaria" — edição de 1944 — do volume LXXIX da Biblioteca Militar.

(7) "Ordem do Dia" n. 83 do Comando em Chefe do Exército em Operações na Província de São Pedro do Sul. Quartel-General na Vila de São Bória, 12 de fevereiro de 1866. Págs. 85.

(8) "Crônica da Rebelião Praieira" em 1848/1849, de autoria de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Chefe de Polícia da Província de Pernambuco e por esta Deputado à Assembleia Geral Legislativa do Império, edição de 1850, editada no Rio de Janeiro.

(9) "Diário de Notícias" de Salvador — Estado da Bahia — de 16 de janeiro de 1896.

O RECRUTAMENTO DE OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO
Ex-Inst. Chefe de Cavalaria da E.E.M. —
Cmt. do 17º R.C.

Em artigos anteriores, abordamos os seguintes aspectos referentes ao RECRUTAMENTO DE OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR:

a) Apreciação geral sobre a formação dos Oficiais de Estado-Maior;

b) Condições gerais referentes ao concurso de admissão à E.E.M.;

c) O estágio prévio a que devem ser submetidos os futuros Oficiais de E.M.

No presente artigo, desejamos examinar a ORGANIZAÇÃO do próprio curso da E.E.M. e tecer alguns comentários acerca de uma possível redução, do mesmo, para dois anos, sem que haja prejuízo algum para a sua eficiência. Realmente, se examinarmos cuidadosamente o ensino ministrado no primeiro ano da escola, chegaremos à conclusão, encarando particularmente, a parte tática, que é nada mais é que uma revisão de assuntos que já deveriam ser do conhecimento prático e teórico de todos os Oficiais que se matriculassem na E.E.M.

Acreditamos, que se houver uma readaptação do ensino da Escola das Armas, visando permitir a redução do curso da E.E.M., tal causa poder-se-á processar em ótimas condições: aliás, quando da nossa permanência, como instrutor, na E.E.M., realizamos um trabalho na parte referente à CAVALLARIA, tendo justamente como finalidade a redução do tempo de duração do curso daquele estabelecimento de ensino.

Realmente, não nos parece lógico que na E.E.M. um Oficial, ini-

ciando o curso, desconheça o emprego tático e a organização das unidades básicas das diferentes ARMAS, bem como o funcionamento e a constituição dos órgãos LOGISTICOS que lhes são atribuídos.

No primeiro ano do curso da E.E.M., dever-se-ia tratar, exclusivamente, dos assuntos táticos e técnicos atinentes ao ESCALÃO DIVISÃO (de Infantaria, de Cavalaria e Blindada) e, bem assim, do funcionamento dos estados-maiores, em campanha.

A parte de CULTURA GERAL, atualmente encarada no primeiro ano do curso, já deveria ser do conhecimento do Oficial e, apurada, no decurso das provas de admissão; dever-se-ia, unicamente, prever conferências, com a finalidade essencial de manter e atualizar os conhecimentos adquiridos.

Como tivemos oportunidade de salientar, tal processo experimentado com êxito, certa vez, permitia-nos asseverar a vantagem da sua adoção. Assim, o concurso de admissão comportaria duas partes distintas: uma, de caráter tático e outra abrangendo assuntos relativos aos conhecimentos TÉCNICOS e da CULTURA GERAL, que devem possuir os candidatos ao curso de Estado-Maior e que abrangem:

- a) Topografia;
- b) Direção de viaturas automóvel;
- c) Equitação;
- d) Conhecimentos dos regulamentos comuns a todas as ARMAS e os privativos da ARMA do candidato;

e) Conhecimentos da TÉCNICA, aplicada à guerra;

f) Sociologia;

g) Direito;

h) Economia Política;

i) Geografia do Brasil e Geral;

j) História Militar e Geral;

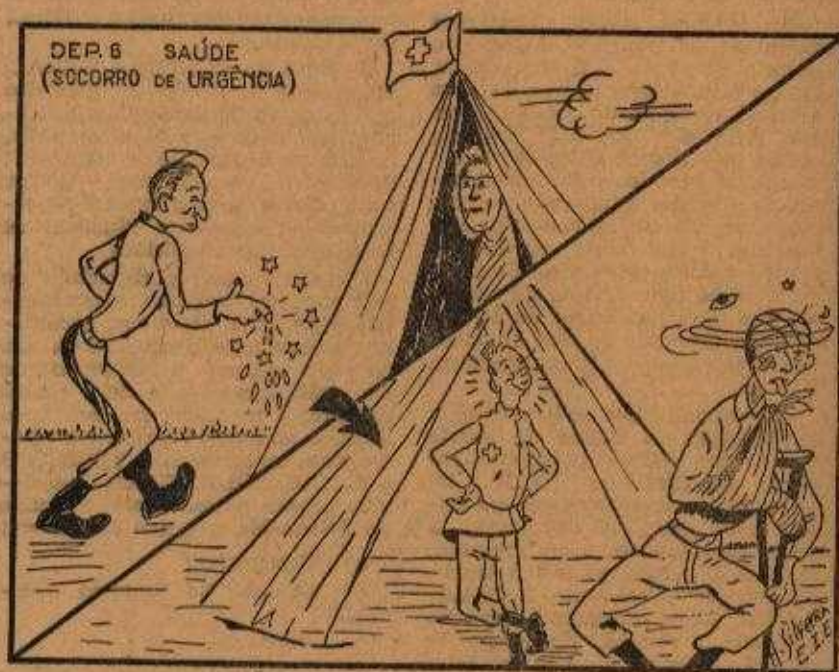
l) Línguas.

Todavia, para que se retorne à forma de concurso que sugerimos

e, para que se possa reduzir o tempo de duração do curso da E. E. M., impõe-se, como dissemos, um reajustamento do ensino, ministrado na E. A. O.

Para maior facilidade de compreensão das nossas argumentações, nós permitimos apresentar, a título de colaboração, um esboço de programa para o ensino do que denominamos de: **COMBINAÇÃO DAS ARMAS**. (Páginas seguintes).

A E. E. E. EM QUADRINHOS...



ARMAS	ASSUNTOS	ASSUNTOS A MINISTRAR	N. Sessões Hora	OBSERVAÇÕES
Infanteria	Teóricos	a) Características fundamentais da ARMA, sua organização e armamento	3	
		b) Unidades elementares da ARMA; sua organização, armamento e características essenciais de emprego	3	
		c) Estudo detalhado do R.I. Tipos: organização; armamento e características essenciais de emprego	3	
	Táticos	a) Estudo do R.I. em uma situação Ofensiva b) Estudo do R.I. em uma situação Defensiva c) Estudo do R.I. em uma situação de Retraimento d) Estudo do R.I. no aproveitamento do Exito	6 6 6 6	
Artilharia	Teóricos	a) Circunstâncias fundamentais da ARMA; sua organização e armamento	3	
		b) Unidades elementares da ARMA; sua organização e características essenciais de emprego	3	
		c) Estudo detalhado da ARTILHARIA na constituição dos AGRUPAMENTOS de APOIO e de CONJUNTO	3	
	Táticos	a) Estudo da ARTILHARIA na organização de um PLANO DE FOGOS OFENSIVO b) Estudo da ARTILHARIA na organização de um PLANO DE FOGOS DEFENSIVO	6 6	
Cavalaria	Teóricos	a) Características fundamentais da ARMA; sua organização e armamento	3	
		b) Unidades elementares da ARMA; sua organização, armamento e características essenciais de emprego	3	
		c) Estudo detalhado do R.C. HIPO. Organização; armamento e características essenciais de emprego	3	
	Táticos	d) Estudo detalhado do R.C. Mot. Organização; armamento e características essenciais de emprego	3	
	Táticos	a) Estudo do R.C. HIPO na MARCHA e no ESTACIONAMENTO	3	
		b) Estudo do R.C. Mot. na MARCHA e no ESTACIONAMENTO	3	
		c) Estudo do R.C. HIPO em uma situação OFENSIVA	6	
		d) Estudo do R.C. HIPO em uma situação DEFENSIVA	6	
		e) Estudo do R.C. HIPO na AÇÃO RETARDADORA	6	
		f) Estudo do R.C. HIPO no aproveitamento do EXITO	6	

ESBOÇO DE UM PROGRAMA PARA O ESTUDO DA COMBINAÇÃO DAS ARMAS

ARMAS	ASSUNTOS	ASSUNTOS A MINISTRAR	N. Sessões Hora	OBSERVAÇÕES
Engenharia	Teóricos	a) Características fundamentais da ARMA ; sua organização e armamento	3	
		b) Unidades elementares da ARMA ; sua organização, armamento e características essenciais de emprego	3	
		c) Estudo detalhado de um BU. Eng. Comb. ; organização, armamento e características essenciais de emprego	3	
		d) Estudo detalhado de um BU. Trns. ; organização, armamento e características essenciais de emprego	3	
	Táticos	a) Estudo de um BU. Eng. Comb. no curso de uma operação OFENSIVA	6	
		b) Estudo de um BU. Eng. Comb. no curso de uma operação DEFENSIVA	6	
		c) Estudo de um BU. Eng. Comb. no curso de uma operação de RETRAIMENTO	6	
		d) Estudo da ação de um BU. Trns. na OFENSIVA e na DEFENSIVA	6	
Blindados	Teóricos	a) Características fundamentais dos BLINDADOS ; diferentes unidades BLINDADAS ; sua organização e armamento	3	
		b) O Esq. Rec. Div. — Características fundamentais, organização e armamento	3	
	Tático	— Estudo do Esq. Rec. Div. na BUSCA DE INFORMES	6	
Logística	Teóricos	a) Considerações gerais acerca da LOGÍSTICA ; suas finalidades e características	3	
		b) Organização e características dos órgãos-LOGÍSTICOS nos escalões R.I., R.C., HIPO e MOTO, GR. AR.	5	
Combinação das Armas	Tático	— Estudo de um DESTACAMENTO DE TODAS AS ARMAS EM OPERAÇÕES DIVERSAS	12	
		NÚMERO TOTAL DE SESSÕES/HORAS	165	

ESCOLHA E SELEÇÃO DO REPRODUTOR EQUINO

Ten.-Cel HERMENEGILDO DE O. CARNEIRO

O cruzamento do puro sangue inglês com éguas crioulas, irá produzindo sucessivamente os mestiços, meio sangue, três quartos, quinze dezesseis avos até finalmente obtermos o anglo-brasileiro, ou no linguajar do homem de campo, o puro por cruza.

Esse é o objetivo da Remonta do Exército na região meridional do Brasil, a exemplo da Argentina que marcha na vanguarda da equinocultura da América, tendo já obtido tipos bem definidos como o Anglo-Argentino e o Ponei Polo, exportado a péso de ouro para os países que se dedicam ao mais nobre e viril dos esportes hípicas: O Polo.

O puro por cruza apresenta grandes vantagens: adaptação ao meio físico, rusticidade e resistência mais acentuadas, maior docilidade ao manuseio, e se adapta mais facilmente à variedade de rações equivalentes em seu valor energético.

Esse objetivo para ser alcançado precisa que emprestemos a maior importância à escolha e seleção do reprodutor inglês a ser adquirido.

Não se compra um reprodutor apenas pela sua bela estampa e pelas vitórias conseguidas nos Prados de Corridas.

Esse reprodutor pode ser um fracasso na reprodução. A bonita estampa representa às vezes um bom estado de saúde e uma criação cuidadosa.

A influência da genética no campo de equinocultura rasgou novos e largos horizontes.

Aprendeu-se assim que não basta um cavalo possuir formas harmônicas, ter uma bela estampa, para empregá-lo na reprodução

como melhorador de um rebanho equino.

O reprodutor deve ter principalmente patrimônio hereditário; não basta multiplicar-se porque o objetivo principal é melhoria e não apenas multiplicação do rebanho.

Na escolha e na seleção do reprodutor inglês dois fatores são constantes: o estudo cuidadoso de sua Ascendência e o estudo objetivo de sua Descendência.

Nos animais puros, o seu "pedigree", permite um estudo mais fácil de seus ancestrais, cuja genealogia precisa ser cuidadosamente analisada, tendo em vista o objetivo a ser alcançado que é a criação do cavalo militar e não o cavalo de corrida rasa.

Novos fatores deverão ser estudados e retiradas as conclusões sobre o valor de sua Ascendência.

Esses fatores serão estudados sob dois ângulos distintos mas harmônicos: o do médico veterinário e o do praticante da arte eqüestre.

Vamos enumerá-los:

- a) Longevidade;
- b) Fecundidade;
- c) Docilidade;
- d) Equilíbrio Eqüestre (debrucado, horizontal, ou sobre a garupa);
- e) Família de Stayer ou Sprinter.

A Descendência. O ideal seria adquirir o reprodutor já provado, o raçador, infelizmente na espécie equina é muito difícil, pois se faz aquisição antes de ser empregado na reprodução.

Novos dados vamos levar em consideração porque diante de nós, acha-se objetivamente o futuro reprodutor.

Estudaremos então sob dois ângulos diferentes: o do médico veterinário e do praticante da arte equestre.

a) Equilíbrio, apurmos, curvilhões, articulações de um modo geral, inclinação de espádua, dorso, garupa sob seu triplice aspecto — inclinação, comprimento e largura — estudo meticoloso do trem posterior onde reside a força viva, o sigma de M V 2;

b) Exame de Saúde, da competência exclusiva do médico veterinário;

c) Potência, verificada experimentalmente pela presença de água no cio.

d) Fecundidade, constatada pelo exame do esperma no microscópio;

e) Docilidade;

f) Andaduras;

g) Manuseio Montado — "O cavalo não tem forma e sim fundo" "Se queres escolher um bom cavalo, veda os olhos e monta-o".

O estudo de seus descendentes é que nos irá demonstrar o acerto da escolha do reprodutor. Os filhos poderão realmente dizer das qualidades dos seus genitores, isto é, do seu patrimônio hereditário.

A Diretoria de Remonta do Exército, pelo exame cuidadoso das Remontas aqui chegadas e do trabalho racional a que são submetidos os mestiços ingleses, poderá nos informar com precisão dos bons resultados já obtidos com a introdução em larga escala do sangue inglês.

A escolha, seleção, raça do reprodutor equino, os tipos de cavalo que interessam à defesa nacional, constituem pontos sensíveis e delicados na Diretoria de Remonta do Exército, onde se chocam as opiniões divergentes dos médicos veterinários e oficiais de cavalaria.

Há um lugar ao sol para todos.

A colaboração e cooperação dos praticantes da arte equestre e dos médicos veterinários, cujos campos de ação, vamos definir, para evitar de uma vez para sempre as interpretações errôneas, é que permi-

tirão o equacionamento do problema em bases racionais.

Cabe aos que utilizam intensamente o cavalo, aos praticantes da arte equestre, aos que possuem bastante experiência e observações sobre o valor do cavalo, definir:

a) O tipo de cavalo militar e de emprego agro-pecuário;

b) O tipo de cavalo de tração;

c) O tipo de cavalo de esportes;

d) Pensagem e dressagem em diferentes graus — doutrina equestre.

É um trabalho fácil desde que se estabeleçam gabaritos dos tipos desejados, é um trabalho de equipe e regional porque o cavalo que se deseja para a região meridional do Brasil, evidentemente, não será o mesmo para a região nordeste ou do norte do país.

Aos médicos veterinários, que tenham demonstrado inclinação e principalmente amor pelo cavalo, cabe a tarefa mais difícil, que é a de criar ou fixar os tipos definidos.

É o trabalho árduo, intenso e silencioso do campo, ao sol e à chuva, onde seus conhecimentos da arte zootécnica vão ser postos à prova.

É o trabalho anônimo, cheio de imprevistos, pois a matéria viva em que vão trabalhar é ainda cheia de mistério.

Os segredos de qualquer arte só se aprendem fazendo, pelejando e amando aquilo que se realiza.

Sem a cooperação dos médicos veterinários e oficiais de cavalaria, o problema da criação do cavalo militar nunca será resolvido.

Temos nos cobrir de vergonha e lama quando na luta de amanhã — a guerra não tem hora marcada — ao apelo das unidades de cavalaria engajadas e desdobradas pela mobilização, respondermos que infelizmente não possuímos reservas de equinos para seu recompletamento e desdobramento.

Recairá, justamente, sobre nós a maldição da Pátria Brasileira.

"Uma ordem vaga ninguém executa, ninguém se julga obrigado a executá-la."

ONDE ESTÁ O PATRIOTISMO, NESTA HORA?

Major José Codeceira Lopes

Com a anulação do fascismo, na última guerra, o mundo político atual acha-se dividido em três grupos: o comunista, o democrata e outro que chamaremos o incolor. Os dois primeiros, acionados por irrefreáveis imperativos econômicos, sociais e políticos, debatem-se em acirrada luta, enquanto o último permanece marginal, indiferente, e, até certo ponto, ao sabor dos acontecimentos.

Na luta entre comunistas e democratas é incontestável que os primeiros têm sido favorecidos pelas condições econômicas, sociais e políticas, resultantes da última guerra e dos desastres do capitalismo. Essas condições têm permitido ao comunismo fácil conquista de alianças valiosas, inclusive no próprio seio das nações que formam no grupo adverso. Daí a conduta dos E.U.A.: empenhar seus vastos recursos na melhoria daquelas condições. É o ataque à causa, visando a cessação de seus efeitos, verdadeiramente alarmantes. Mas o contra-ataque comunista tem-se realizado de modo eficiente. Paralelamente à infiltração que realiza entre os povos do mundo inteiro, o grupo vermelho vem hábilmente mantendo, na Europa, uma ameaça constante e aterrorizadora, com a qual tem criado sérios embaraços à solução dos problemas de após guerra e produzido inquietação de tal monta que forçou os ocidentais à manutenção de efetivos militares vultosos e, até mesmo, à admissão do rearmamento alemão. Paralelamente, ainda, o grupo comunista consegue agitar o Extremo Oriente a ponto de transformá-lo em verdadeiro sorvedouro de esforços do grupo antagônico, com o que expe-

rimenta o valor dos seus meios, a firmeza das suas alianças e a extensão real dos seus propósitos; com isso, também o sujeita a reveses e atitudes que podem ser exploradas favoravelmente pela sua hábil propaganda e, o que é pior, o obriga a distrair meios num conflito que ocorre muito longe da Europa e da América e que tem possibilidades de prolongar-se demasiadamente. Assim, forçoso é reconhecermos que, mantendo em xeque a Europa e continuando a alimentar a atitude dos amarelos e a infiltração que realiza mundo afora, o grupo comunista, até agora senhor absoluto das iniciativas, ainda tem possibilidade de agravar muito mais os problemas que os democratas enfrentam. Basta, por exemplo, que explore ressentimentos, religião e nacionalismo do mundo árabe e o converta em instrumento de sua política, como o fez com os chineses, apesar de quase toda a China ser realmente despida de ideal comunista.

Tudo indica, portanto, que o grupo vermelho não se deterá e que sem necessidade de uma agressão armada essencialmente russa, pode dispor de recursos capazes de forcem o grupo democrata ao desespero de um ataque armado a Rússia, em guerra preventiva.

A recapitulação dessas circunstâncias atuais nada contém de novo. A opinião pública mundial conhece-as de sobra pois tão inquietadora realidade está à vista de todos desde 1945, quando já se vislumbravam os caminhos procelosos do futuro. O que nos preocupa, nessa luta de vida ou de morte entre os dois únicos grupos ativos que restaram da última guerra, é a situação do nosso Brasil. Pela

cultura de seu povo, por sua situação geográfica e pela história de seu passado, está compelido a fugir cada vez mais do grupo incolor, no qual nunca se situou. Por outro lado, embora reconheçamos a existência de uma minoria comunista entre nós, não podemos aceitar como admissível nossa inclusão no grupo vermelho, e isso, porque nossa tendência é acompanhar a evolução pacífica para o socialismo, numa marcha sempre refreada pela grande corrente conservadora do país. Nosso lugar é, portanto, no grupo democrata, onde se enquadra, por imperativos de nossa situação geográfica e de nossa cultura, a totalidade dos interesses, das tradições e dos anseios nacionais. Não há como fugir desse caminho. Mesmo que um golpe comunista tomasse conta do país e sopitasse a vontade de nossa maioria, para o mundo democrata, em geral, e para os E.U.A., em particular, a recomposição do estado atual seria questão de vida ou de morte, dada a ameaça que constituiríamos.

Assim, se devemos permanecer no grupo democrata, e se este já luta, e com perspectivas muito sombrias, é óbvio que nosso interesse vital está no fortalecimento máximo desse grupo. Se não quisermos sossobrar com ele no que supomos ser caos tenebroso, é imperioso que dediquemos todos os meios a uma preparação capaz de construir uma vontade nacional inquebrantável e orientada francamente no sentido de cooperação ativa com os componentes do grupo democrata. Essa preparação psicológica praticamente não existiu, para a guerra passada, cuja participação devíamos antever como imposição da história e da geografia nacionais. Ficou a mercê da ação do adversário e só enxergamos o alemão como inimigo quando afundou impiedosamente os nossos navios (mesmo assim, muitos brasileiros supuseram que os afundamentos iniciais foram provocados pelos aliados, para que entrássemos no conflito...). Não compreendemos a persistência em erro tão altamente prejudicial, assim como não

compreendemos que, nesta hora, democratas enfraqueçam seu grupo mediante sistemática e irredutível oposição a tudo aquilo em que a gente norte-americana se mete. Uma e outras atitudes parecem-nos tão absurdas quanto esses clamores pró-paz e contra a bomba atômica, os quais somente se ouvem entre os povos democratas, como se estes desejassem ardentemente a guerra e como se a carnificina produzida pelas outras bombas e armas fôsse menos dolorosa que as demais.

Não nos julguem belicistas, nem pensem que concordamos em ver nossas riquezas carreadas para os E.U.A. Absolutamente. Repelimos a guerra não só em obediência ao instinto de conservação, como por amor à família que chefiamos e à humanidade a que pertencemos. Por outro lado, declaramo-nos ciosos de nosso patrimônio material e confessamos que nosso Brasil empolga tanto a nossa capacidade afetiva que não podemos reparti-la com outro povo. Mas se a nossa Pátria forma ao lado dos norte-americanos, numa luta que se apresenta cheia de perigos, que aliados seremos nós atacando veementemente todos os seus atos e chegando ao cúmulo de pretender que não use suas armas? Agindo assim, nossa ação não está em harmonia com o que pretende nossa Pátria. Estaremos angariando desconfiança e concorrendo para a derrota de nosso grupo, isto é, fazendo o jogo de um inimigo que, no ajuste de contas, terá até o direito de tratar-nos como indignos de crédito.

Não temos dúvida: o patriotismo não está nesses ataques sistemáticos e implacáveis ao nosso aliado, os quais enfraquecem e não conduzem à solução de nenhum de nossos problemas econômicos. O patriotismo está em mostra-lhe que depende de nós tanto quanto dele dependemos; em fazer-lhe ver que se não promove o incremento de nossas indústrias, não atende nossas necessidades, nem respeita inequivocamente a integridade de nosso patrimônio e os limites de nossa soberania, estará

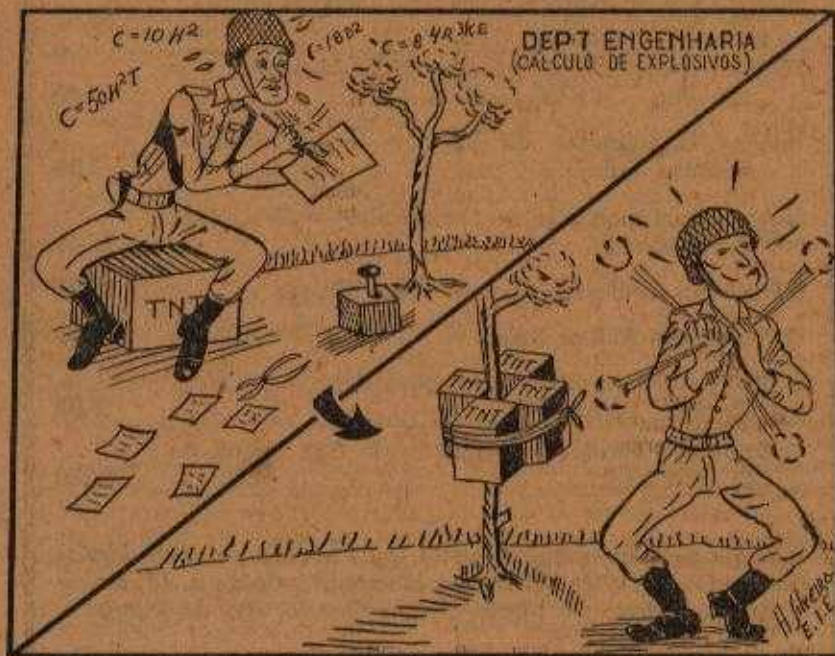
conduzindo-nos a todos para uma derrota inapelável, porque lançará decepção, desânimo e alheamento no grosso de nossas forças, e assim, as abandonará ao domínio da propaganda inimiga. Em última análise, o patriotismo está em atuar-mos como amigos, de igual para igual, e não como inimigos, possuídos do complexo de inferioridade. E isso é obra do governo, que o povo escolheu, e ao qual não nos assiste o direito de atribuir gestos ou intuítos menos patrióticos que os nossos. Se discordar-

mos, individualmente, da política que o governo seguir, e se quisermos fazer valer nossa liberdade de pensamento, tratemos do caso como problema nacional, procurando corrigir a atitude governamental. Mas tudo sem prejudicar o jogo da equipe internacional que integramos e sem pensar que só nós somos patriotas, entre quarenta e cinco milhões de homens que vivem nesse mundo de quilômetros quadrados que Deus nos deu...

Como salvaguarda dos nossos créditos de cultura profissional, e para demonstrar a sem-razão dos que não se interessam pela nossa revista, podemos citar este fato expressivo e concludente: — várias revistas militares estrangeiras, nelas incluída a "Military Review", uma das mais exigentes na escolha das colaborações, têm transcrito artigos de colaboradores de "A Defesa Nacional", como temos assinalado sempre que tais revistas nos são enviadas.

(Do Relatório Anual da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada.)

A E.I.E. EM QUADRINHOS...



A CAVALARIA E OS PP

Cap. L. C. DA SILVEIRA, do Regimento Osório

Por força de nosso próprio preparo militar, após oito anos ininterruptos de tropa, passamos quase um lustro em bancos escolares e funções correlatas.

Ao retornarmos ao regimento que nos serviu de "base" quando aspirante, encontramos, podemos dizer parodiando conhecido baião "tudo mudado".

O nosso muito amigo R.P.I.Q.T. havia cedido lugar ao C-21-5, e o sábio R-0, o leal R.E.C.C. de tão produtivo uso, com o estóico espírito de luta que caracteriza a Arma, se debate na agonia da substituição à espera dos modernos manuais da série C-2.

Ruíram os velhos períodos de instrução em suas formas clássicas

para nós, substituídos pelos consignados nos modernos PP, 100 % niveladores, 100 % transformistas.

E assim por diante: nomes familiares (e por que não, tradicionais?) como estafetas e vedetas desapareceram, as durações consagradas a determinados assuntos se encurtaram, etc., etc.

Deixemos, porém, os nomes já que o que importa é a permanência das respectivas finalidades, e nisto não houve alteração, e passemos às durações, objetivo deste comentário.

Em consequência, examinemos dois ramos da instrução denominados pelos PP de "Instrução equestre" e "Ordem unida".

O quadro abaixo nos dá:

Período de	Total do Período (em horas)	Duração consignada para (em horas)		Porcentagem sobre o total dos Períodos
		Instrução equestre	Ordem unida	
Adaptação	128	13	10	Instrução equestre : 11,5 %
Formação (Inst. básica militar)	272	34	5	Ordem unida : 4,5 %
TOTAIS	400	46	15	

Convenhamos que são diminutas as proporções acima, e que esta diminuição cresce de vulto face ao extraordinário valor dos dois ramos em foco.

Onde a preponderância da parte especializada, neste caso a instrução equestre, sobre as demais?

Na fase ou parte seguinte do Período de Formação, denominada de "Básica de Qualificação"?

Não; nela encontramos num total de 498 horas, somente 28 horas de equitação, pois nos demais assuntos em que o "cavalo aparece" (marchas, ordem unida, etc.)

o conscrito aplica o que aprendeu anteriormente.

Onde, por conseguinte, o objetivo primário da instrução da Arma, a formação do cavaleiro militar?

Onde? Nos três primeiros meses de incorporação?

Não! No decorrer deles seus conhecimentos são idênticos ao de qualquer um outro pertencente a qualquer outra Arma ou Serviço com apenas uma diferença — pouco mais de 10 % de instrução equestre.

E assim mesmo como foi conseguida esta percentagem?

Com sacrifício de outro ramo fundamental — a ordem unida a pé, "escola de disciplina e de coesão", de acordo com o nosso R.E.C.C. e que, no dizer do C-21-5, tem como objetivo "o desenvolvimento e a manutenção da disciplina e da atitude militar, além do desenvolvimento físico do indivíduo e da confiança na execução cabal das funções, cujos reflexos cooperadores se fazem sentir largamente no ardor do combate".

Mesmo que abandonássemos todos os ângulos do problema, mesmo que considerássemos perfeita a dosagem de horas consignadas nos PP para os ramos em estudo, restaria o fator *homem* — instrumento primordial na guerra, único que apesar do progresso permanece relativamente constante, conforme ressalta o C-100-5, a solicitar, e talvez exigir, um melhor conceito da padronização e nivelamento.

Todos sabemos que no Rio Grande, onde se acha a maior parte de nossa Cavalaria, o convocado, em geral, ao ser incorporado já é cavaleiro, e ao instrutor compete corrigir os vícios e defeitos apresentados a fim de torná-lo cavaleiro militar.

Ao contrário, nas demais Regiões Militares, ele se apresenta revestido dos moldes familiares de recruta da Arma — nervoso e assus-

tado, geralmente sem nunca ter cavalgado um animal; o instrutor terá, pois, que seguir calma e paulatinamente a seqüência cronológica dos assuntos a fim de torná-lo capaz de desempenhar o fim a que se destina.

Ressalta logo, que a duração para a formação de um e outro não pode ser igual para a instrução equestre.

Inversamente, o primeiro, o Rio Grande, em regra é desageitado no caminhar e tem movimentos atabalhoados — é homem do campo, descentralizado por culpa dos misteres desempenhados na luta pelo pão de cada dia; é necessário inculcar-lhe espírito de ordem e de coesão, noção de conjunto e cooperação.

O segundo, o das outras regiões militares, normalmente é afeito às lides citadinas, possuindo, em consequência, mais desembaraço que o anterior.

Como, então, colocá-los em idênticas condições quando a diferenciação entre ambos é flagrante?

A cavalaria, já o disseram, "não é melhor nem pior, é apenas diferente" — e isto é uma realidade a que não podemos fugir.

Os seus problemas — e é preciso convir que cada Arma tem os seus — são múltiplos e variados.

O enxerto da instrução equestre na ordem unida nos parece que desvirtua a finalidade de ambas, ou melhor as anula perante os demais ramos da instrução do cavaleiro.

Creemos ser necessário não só uma dosagem mais forte para os ramos de instrução em aprêço, como também uma certa liberdade na aplicação da mesma, tendo em vista adaptar a instrução a todos os ambientes da tropa brasileira, aliás de acordo com os próprios dizeres da "advertência" dos já mencionados PP.

Se assim fizermos, estaremos concorrendo para um integral aprimoramento da instrução, que é a seiva alentadora do Exército.

"Nunca se deve afastar do grosso do exército uma força inferior à do inimigo, sem ser por ordem do general."

DA PROVÍNCIA

"RIO GRANDE DO NORTE: SUA MISSÃO E SEU ESCUDO"

Alocução proferida pelo General de Brigada Fernando do Nascimento Fernandes Tavora, Subcomandante da 7ª D.I. e Comandante da Guarnição de Natal, ao ser S. Excia. proclamado sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sessão comemorativa do 49º aniversário da subredita instituição (29-II-1951).

Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente do Instituto.

Ilustre Assistência!

EXÓRDIO

Antes de abordar a tese a que nos propuzemos — "Rio Grande do Norte: sua missão e seu escudo", — pedimos desculpas ao auditório pela entonação e quicá pelo descompasso da voz; pois convalescemos de gripe e provisoriamente só ouvimos bem dum lado.

Seja-nos permitido, também, à guisa de introito, explicar os seguintes pontos, ligados ao tema em foco:

a) o Orador. É vizinho da Terra e parente da Gente, potiguaras. Um Fernandes do ramo cearense — aquele que Minerva afagou, — por saber que Mercúrio havia perfilhado os galhos de cá, que hoje, graças a Deus, formam ruas de Capitalistas...

b) a Oração. Soldado não faz discurso, senão arenga (em seu quartel) ou alocução (em público), que é uma arenga em traje de passeio. Seja como for, o Chefe Militar, tendo de falar a homens de pé e ao tempo, é levado a pensar mais e falar menos do que o comum dos conferencistas.

c) o Assunto. Em "Um Mundo Só" Wendell Willkie definiu, no âmbito político, a universalidade dos problemas gerais do homem hodierno. E o Comandante Lapotier da Armada Francesa, em "A Estratégia Insular" ("Revue de la Defense Nationale"; VII 49) demonstra que, em escala mundial, todas as questões têm aspecto insular. Então, o Mundo, além de ser uno, não passa, também, dum arquipélago... Dai a exposição da Carta do Hemisfério Ocidental, nesta apreciação do passado e do porvir, do Estado do Rio Grande do Norte, na União Brasileira e na comunhão das Américas (ob. Foi em seguida explicado o simbolismo do atual Escudo do Estado, também exposto numa reprodução e ampliação artísticas).

d) o Sertão e a Sêca. Do Parnaíba, no Piauí ao S. Francisco, na Bahia — há uma zona interior, desde uma distância variável do mar (30 a 60 km), — em que não chove durante o II semestre do ano, também chamado "verão". Em tal zona normalmente chove durante o I semestre, que por isto se chama "inverno". Diz-se que há sêca no Nordeste, quando deixa de haver "inverno", isto é, ou não chove após os 6 meses do "verão" ou as precipitações são tão parcas e espaçadas que nem as

plantações nem as pastagens medram. Porque, então, fatalmente, terá o sertanejo de agüentar-se com mais 12 meses de estiada, além dos 6 de costume. Sem falar nas calamidades seculares, as grandes secas, como as de fins dos séculos XVIII e XIX; isto é, três anos sem chuva, após o "verão" da rotina... (Ob. Isto dá uma idéia da "parede" contra a qual era perseguido e imprensado, nos pródromos de 1640, o Mestre de Campo Luis Barbalho Bezerra).

e) O Auditório. A compreensão e emoção dum tema, acham-se condicionados a um mínimo de cultura da assistência; pois seria temeridade, senão tolice, atirar as considerações que vamos fazer, se os nossos ouvintes confundissem Poti com Peri (do romance de Alencar) ou pensassem ter sido o Mestre de Campo Luis Barbalho Bezerra, algum pirata antigo ou pára-queda moderno, descido em Touros; e não o chefe de escol, desembarcado dum troço ou destroço da infausta e inglória Armada do Conde da Torre, quatro vezes batida pelos Flamengos, de Itamaracá, em Pernambuco, a Cunhaú, no Rio Grande do Norte...

TEMA

I

Quiseram os nobres pares da Casa de Vicente Lemos, nesta comemoração de seu quase jubileu de fundação, incluir-nos em seu grêmio, na qualidade de sócio honorário.

A honra da investidura nós a não aspirávamos, nem esperávamos; porém, a responsabilidade de tê-la, cabe inteiramente a longanidade de sua Assembléia Geral, pela proposição e aprovação de 17 do fluente, consumadas à nossa revelia.

II

Pela idade — maior de meio século e pela profissão — de soldado da República, vai para sete lustros, julgamo-nos emancipados do cativo sentimental à terra

em que nascemos e da servidão às grandes amizades alhures cimentadas em tão longa sobrevivência e tão larga peregrinação. Se tais premissas não chegam para acreditar um vogal neste Juri emnente, quiçá sejam bastantes para forrá-lo, como jurado, às suspeições humanas.

III

Na parte sul do Hemisfério Ocidental — é o promontório continental do Rio Grande do Norte — a região do Novo Mundo mais próxima do Antigo; formando o lado de cá do já famoso "Estreito de Dakar". Daí terem sido as praias potigueiras as primeiras, em costas brasileiras, a serem vistas e visitadas, por argonautas do ciclo dos Descobrimentos.

E ainda hoje — no período aéreo, mas em sentido inverso, — é Parnamirim o passadiço da Vigilância e Defesa das Américas, abaixo do Equador; contra a cupidéz ou barbárie das porções da Eurásia sujeitas à Soviécia, para além da famigerada "cortina de ferro".

IV

Na história de nossa expansão colonial — foi o Rio Grande do Norte, por seu determinismo geográfico — o gonzo, senão a fechadura entre os Estados do Brasil e do Maranhão, que pelos séculos XVII e XVIII integravam a imensidade deste País, com subordinação distinta e direta, de cada parte, à metrópole portuguesa.

Também na "civilização do couro", em que o sertão foi conhecido e apossado — coube a esta Capitania um primado de alta valia e longa duração, — quer pela abundância dos rebanhos, quer por sua primeira industrialização, nas "Oficinas de Salga", dos centros salineiros de Macaú e Mosoró. Estamos em que a grande seca de 1791 a 1793 — a primeira de que há registro em nosso interior, — e de cuja iteração e regressão seculares nos aproximamos, mas de que Deus nos livre, — reduziu à semente aquela fortuna

semovente; já então, nos campos gerais e pampas do outro Rio Grande, o do Sul, florescente e avantajada definitivamente.

Sem embargo, currais nortistas e rodeios sulistas, foram propugnáculos sucessivos e expressivos, da nossa força de expansão e sobrevivência, como Nação.

Honra ao vaqueiro das caatingas e ao guasca das coxilhas, porque ambos bem mereceram do Brasil, cuja grandeza física, se não engendraram, sustentaram durante séculos de rude labuta.

V

Pedimos vênias à Casa e à Assistência, ilustres, para fazer reparos à heráldica do Escudo Norte-

Riograndense, tão familiar, em seu simbolismo, aos circunstantes. Nada se pode alegar quanto ao coqueiro e à carnaubeira, que, à esquerda e à direita, respectivamente, o enquadram; porque se tais palmeiras não são exclusividade da flora potiguar, têm nesta gleba um "habitat" dileto senão predileto.

Outro tanto já não aconteceu com a maioria dos motivos exteriores e interiores à lira, que, entre aquelas palmas, forma o fundo do quadro. Com efeito, seria melhor que — em lugar daquela jangada, tão querida dos nortistas quanto indistintamente nordestina, — figurasse o promontório em que assenta esta Cidade com o "Forte dos Reis Magos", primeira fun-



RIO GRANDE DO NORTE

dação lusa em terras norte-riograndenses e cenário do primeiro tratado de paz e amizade entre portugueses e potiguares, que a fé dum Albuquerque, o valor dum Peti e a fidelidade dum Jaguarí, tornaram três vezes sagrado.

Embora mais prosaica — uma cabeça de boi franqueiro substituiria, no tope do desenho, com mais propriedade, — a estrela de Judá, que tanto pode evocar a nossa fé cristianíssima, como a cruelíssima má fé do judeu Rabi, de execranda memória.

As eanas que por baixo enlalam o emblema — podiam ser trocadas com vantagem, — por uma salina ou pirâmide de sal à direita (lado do mar) e por um ramo ou capulhos e flores de algodoeiro, à esquerda (lado do sertão); ambos produtos autóctones, senão hegemónicos, destas glebas.

Enfim, na faixa retangular superior, da lira — vinha a calhar, no sentido longitudinal, — o curso inferior do Rio Potengi, espécie de Jordão dos potiguares; e, cruzando-a em diagonal, da direita para a esquerda e de cima para baixo — o itinerário épico do Mestre de Campo Luis Barbalho Bezerra, — de Touros a Cunhaú; figurando próximo da intersecção do caminho com o curso d'água, a palçada de Uruaçu.

O feito e os efeitos desta marcha legendária — dão para enfeitar os braços das cinco Capitánias

que ela cobriu, — em sua execução magnífica.

Pormenores interessantes d'este episódio podem ser lidos, em páginas tocantes:

a) da "Sinopse Histórica da provincia do Rio Grande do Norte", do sócio fundador d'este Instituto, o Exmo. Sr. Ministro Dr. Augusto Tavares de Lira;

b) de "Os Holandeses no Rio Grande", por Mons. Paulo Heróncio de Melo, virtuoso Cura de Currais Novos e membro efetivo e ativo d'este sodalicio;

c) de "Os Holandeses no Rio Grande do Norte", pelo Professor Dr. Luís da Câmara Cascudo, figura proeminente desta Casa, onde usa borla e capelo.

Senhores: a retirada de Barbalho com seus mil e quinhentos salvados do mar — naquelle fim de sêca, ou começo de inverno de 1640, esgueirando-se de Touros a Salvador, sem temor nem detença, pelos 2.400 quilômetros de caminhos por eles abertos ou descobertos, entre as espadas vigilantes e vingativas dos holandeses e a parede do sertão inclemente e invio, — foi como o relâmpago e trovão longínquos, que annunciasssem aos descobridores e filhos desta Pátria, aquêles invernos de glórias que nos haviam de chegar e sorrir, por sobre os Montes Guararapes, em 19 de abril de 1648 e a 19 de fevereiro de 1649!

"O estado físico da tropa condiciona a vitória. Há mais Comandantes de Divisão e de Corpo de Exército cansados do que Divisões e Corpos de Exército fatigados. A fadiga nos transforma em covardes. Os homens bem treinados não se fatigam."

(Do livro "A Guerra como eu a vi", do Gen. Patton.)

CASA DOIS PRIMOS

Ramalhedo & Silva

SECOS, MOLHADOS, ETC.

Rua Fanor Cumplido n. 1140 — EDEN — Estado do Rio

REFLORESTAMENTO

Palestra realizada na reunião do Rotary Clube de Porto Alegre em 9-VIII-55, pelo Sr. João Luderitz

Em palestra anterior, durante uma das nossas reuniões semanais do ano passado, tive oportunidade de focalizar o palpitante assunto da aprendizagem rural e procurei sugerir uma solução para este problema, indicando a possibilidade da colaboração do SENAI na parte da instrução sobre a mecanização da lavoura.

É com grande satisfação que posso anunciar hoje o auspicioso fato de haver nosso companheiro Bruno Born tomado a iniciativa de organizar, com o apoio da população local, um aprendizado agrícola, com internato, em Teutônia, entrando em acordo com a diretoria do SENAI, em boa hora confiada ao companheiro Aroldo Silveira, para ser ministrado por essa organização a parte técnica do ensino prático e a respectiva aprendizagem mecânica agrícola.

Na aludida palestra, fiz uma apreciação sumária sobre os processos irracionais que o colono rio-grandense sempre empregou e ainda continua praticando nas suas culturas rotineiras e também referi-me ao desmatamento impenitente que ele vem fazendo a ferro e fogo, delapidando uma riqueza de que o Rio Grande do Sul se ufania, com justa razão.

E se não bastasse a destruição da mata virgem, além do que seria estritamente necessário para a expansão da agricultura, ou melhor, da agro-pecuária colonial, que abrange a silvicultura e a indústria de laticínios, temos a lamentar ainda a inclemente devastação total dos intermináveis pinheirais, que antigamente cobriam toda a zona colonizada e já hoje são ape-

nas reminiscências de um passado não muito distante.

Refiro-me, no que mencionel, à riqueza florestal que no Rio Grande do Sul há 50 ou 70 anos ainda era apreciável, mas que atualmente está reduzida à 10ª ou 20ª parte do que foi.

O colono imigrante europeu, entrando pelos vales dos afluentes do Guaíba, os rios dos Sinos, o Cai, o Jacuí e o Taguari, há mais de um século, vem derrubando a exuberante mata virgem, rica em madeira de lei, e foi a princípio estabelecendo suas culturas na parte plana e pouco íngreme dos vales.

Se tivesse se restringido a desmatar essa área inicial como lhe era permitido pelo contrato com o Governo do Estado, que lhe vendera o lote em terras devolutas, e tivesse usado a adubação e o arroteamento metódico da terra, poderia até hoje estar produzindo mais e melhor, tendo o transporte fácil nas estradas que se abriram pelos vales até os cursos d'água navegáveis, como o Jacuí, o Cai e o Sinos. Ao invés disso, foi subindo com as roças de milho, em desrespeito ao regulamento de terras e colonização, pelas íngremes encostas dos vales acima, até os pináculos da serra, aniquilando a sua mata sem dó nem piedade, deixando para trás, nesta louca corrida, a capoeira que vem espontânea nas terras cultivadas durante 2 ou 3 anos, e cuja fertilidade está reduzida por exaustão.

Hoje o que resta da antiga opulência florestal é o que apreciamos neste aspecto desolador das serranias desnudadas, com terras abandonadas e já em plena erosão.

Se o colono é culpado em grande parte, não o é menos o poder público, que não quis ou não pôde obstar este descalabro.

Em paralelo com a faina destruidora da mata para lavouras, pelo método do exaurimento do solo, temos a terrível exploração dos pinheirais riograndenses para a indústria madeireira, feita sem critério outro que não a ganância comercial, sujeita eternamente à luta por mercados e preços que nunca serão compensadores.

Os serradores em seus engenhos improvisados na orla dos pinheirais derrubam as árvores de dimensões julgadas rendosas e não interrompem essa labuta senão quando escasseia a matéria-prima.

O Pinheiro é desdobrado em tábuas, barrotes, linhas, caibros, etc., empilhando-se o material na própria serraria, à espera de que o possam mandar transportar em caminhões para Porto Alegre e aí é amontoado em tudo quanto é área de terreno baldio, onde vai a madeira apodrecendo em grande parte à espera de embarque, principalmente para a Argentina.

Parece que não prevalece a menor orientação técnica nesta indústria extrativa e que a fiscalização é praticamente inoperante.

Não se percebe se está em vigor qualquer legislação que limite a derrubada dos pinheiros em proporção com as necessidades do consumo e da exportação e, muito menos, se fica sabendo se é obrigatório ou não o replantio pelos que exploram os pinheirais, pois o que se vê de reflorestamento neste sentido é apenas uma amostra, talvez para constar que algo se está fazendo.

Atualmente a ação destruidora dos pinheirais vai penetrando pelo Estado de S. Catarina a dentro e lá a situação em breve será a mesma que a do Rio Grande do Sul.

Madeira de lei já não existe mais ao longo do Rio Uruguai, pois antes dos Serviços de Terras e Colonização venderem lotes coloniais em terras devolutas do Estado, fazem-se contratos com exportadores, principalmente de ce-

dro, que desce em balsas para a Argentina, nas cheias do Rio Uruguai.

Delapidamos a nossa riqueza florestal em madeira de pinho e de lei para vendê-la por preços irrisórios.

Procurei esboçar no que citei acima o panorama de uma situação calamitosa e parece que não carreguei demais nas tintas.

Não é, entretanto, somente o aspecto da destruição de uma riqueza, como a das florestas riograndenses, que deve ser lamentado, mas também — e talvez preponderantemente — o dos malefícios que daí advêm, pelo desnudamento do solo.

O colono já começou a abandonar suas colônias velhas nos vales dos afluentes dos rios dos Sinos, do Cai, do Taguari e do Jacuí, porque a fertilidade das terras diminuiu consideravelmente pela ausência da vegetação arbórea nos flancos da montanha e a inevitável erosão superficial, aflorando por toda a parte a rocha.

A corrente emigratória do colono descendente dos primitivos desbravadores começou há cerca de 50 anos e dirigiu-se, a princípio, para as zonas de Erechim e Santa Rosa, estabelecendo-se nos vales dos afluentes do Rio Uruguai, mas já se passou para adiante, penetrando no oeste de S. Catarina, sempre em procura de novas terras, nas zonas da mata virgem.

Qual será o futuro das terras esgotadas e abandonadas das colônias velhas do Rio Grande do Sul?

Só há, a meu ver, uma solução para recuperá-las em parte!

É o reflorestamento de todas as encostas onde as culturas, devido à inclinação do terreno, às vezes de 30°, se tenham tornado anti-econômicas, pois sendo impossível a mecanização da lavoura nestas partes íngremes e já não compensando nelas a lavoura manual, só há o remédio de não cultivá-las mais, e para não as deixar inaproveitadas resta o recurso de reflorestá-las.

Mas como convencer o colono de que precisa reflorestar? Nem mesmo como patrimônio para seus

descendentes iria êle se abalancar a isso, ansioso como está por lucros imediatos, parecendo-lhe dinheiro mal empregado o que gastasse em plantar árvores que só em 50 ou mais anos poderão ser objeto de comércio.

Quando muito seguirá o exemplo dos que plantaram eucaliptus para lenha, o que já é negócio no fim de 10 ou 15 anos e, às vezes, período mais curto ainda. Não há, entretanto, cultura florestal mais nociva para a colônia do que a de eucaliptus, pois esgota e resseca o solo.

Menos prejudicial é a acácia negra, que também dá lenha além da casca para tanino. Louvável é a bela iniciativa da colônia italiana, plantando oliveiras e nogueiras em apreciável escala.

Deveriam ser plantados nossos pinheiros (araucária brasiliensis) mas dentro da mata ainda existente, para que cresça como quando o faz espontaneamente, com grande desenvolvimento em altura, pois do contrário cria-se a ramagem com pouco tronco reto e a presença de nós diminuirá consideravelmente o valor comercial da árvore.

Deveria, ainda, ser intensificado o plantio de coníferas estrangeiras de que há inúmeras variedades que se adaptam maravilhosamente em nosso clima da serra, podendo dar lucro futuramente, pelo aproveitamento da polpa para papel e a extração de resinas para a indústria química, principalmente a terbenfina.

Estou convencido de que sem uma medida coercitiva, consubstanciada possivelmente no código rural, jamais se conseguirá o reflorestamento racional e nas proporções em que deve ser realizado sob pena de não surtir efeito.

Talvez fôsse viável compêlir o colono, por lei, a reflorestar onde necessário, fazendo incidir a taxaço territorial progressiva e crescente de ano para ano pelo não cumprimento da obrigação de reflorestar gradativamente o seu lote colonial nas áreas que não podem ou não devem mais ser cultivadas.

Idêntica medida compulsória deveria ser aplicada aos madeireiros que não poderiam derrubar nenhuma árvore sem provar que replantavam pelo menos três novas.

Pode alguém objetar que não convém e não se pode, de direito, interferir na economia e na propriedade privada, ao que se responderia que o interesse coletivo está acima do individual.

"Salus populi suprema lex". É, realmente, o reflorestamento é uma medida de salvação pública.

Basta considerar que nos vales dos grandes rios e seus afluentes, em que se estabeleceu a colonização destruidora das florestas, o volume normal dos cursos d'água baixou de 30 a 50 %.

Os efeitos prejudiciais, como consequência da falta das florestas, se manifestam com as secas tão freqüentes e acentuadas nestes últimos decênios, reduzindo o caudal dos rios a filetes d'água, nas estiagens.

Em contraposição, durante as prolongadas chuvas que vêm periodicamente, formam-se verdadeiras avalanches d'água com as enchentes, como a de 1941, porque o regime tornou-se torrencial, devido à falta da floresta, retentora e regularizadora do escoamento das águas pluviais.

A aborção do solo, coletando a água que se infiltra no terreno durante as chuvas, deixou de existir e em consequência secaram as fontes e desapareceram os mananciais.

O clima se modificou a ponto de não haver mais regularidade nas estações, no Rio Grande do Sul.

É preciso que se cogite com a máxima urgência, e intensificadamente, do reflorestamento racional e metódico das zonas desmatadas nas colônias velhas e abandonadas do Rio Grande do Sul.

Felizmente há homens esclarecidos e cheios de são patriotismo real e prático, que já compreenderam a necessidade apontada e entre êles quero salientar o nosso companheiro Curt Mentz, que se dedicou de corpo e alma ao plantio em larga escala de pinheiros europeus, americanos, mexicanos, chi-

neses, da Filipina, da Índia, da Ásia Menor, da Nova Zelândia e australianos.

Como rotariano, procurou contacto com companheiros de muitos países e conseguiu sementes de inúmeras variedades de coníferas (Pinus), que lhe estão dando viveiros esplêndidos na sua propriedade em Canela, situada a 900 metros de altitude.

Lembrei-se de seguirmos este magnífico exemplo do Mentz, colaborando com os companheiros que se interessarem pela campanha do reflorestamento, indo num sábado ou domingo, uma vez por mês, em caravana até Canela, para plantar, cada um, 10 ou 20 pinheirinhos, cada vez que se reúnem para este fim.

Se considerarmos essa iniciativa como trabalho rotariano, pois é um serviço prestado à comunidade, sem cogitar do proveito que daí se possa auferir individualmente, teremos agido dentro das normas que nos regem.

E se o exemplo frutificar, talvez se estenda desde logo aos clubes de S. Leopoldo, Novo Ham-

burgo e Caxias, a campanha de reflorestamento, e se outra finalidade prática não tiver, a tentativa servirá, pelo menos, para alertar o interesse por uma providência espontânea de carácter privado, que talvez ache imitadores e se alastre rapidamente.

Se tivermos que esperar pelos governos para que se ocupem do assunto, não obteremos reflorestamento, pois em vez de vermos crescer árvores, veríamos apenas serem nomeados mais funcionários.

Estou autorizado pelo companheiro Curt Mentz a convidar os rotarianos de Porto Alegre para um fim de semana em Canela. Lá, estará também, na qualidade de seu companheiro inseparável, outro grande entusiasta do reflorestamento, o Conrado Ferrari, que já semeou, mudou e plantou muitos pinheirinhos.

Sou vizinho de Curt Mentz em Canela e ponho à disposição dos companheiros meu modesto rancho na referida estação de repouso, para passarem um sábado e um domingo, com a condição única de plantarem pinheiros.

"Não esqueçamos o procedimento que nos deu a prosperidade, isto é, as vigílias, a agilidade, a tenacidade, a obediência, a tolerância, os trabalhos e riscos."

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

PÁSCOA DOS MILITARES

Oração pronunciada pelo 1º Ten. Médico Dr.
GASTÃO DE CARVALHO SOUZA, em co-
memoração à Páscoa dos Militares e Dia das
Mães, em Campo Grande — Mato Grosso.

Soldados do Brasil!

Estamos vivendo hoje um grande dia em que nós, soldados da Guarnição de Campo Grande, neste coração bravo da Grande Pátria, levando de roldão preconceitos burgueses negativistas, nos aproximamos da Mesa Eucarística para, recebendo o Cristo, viver plenamente a vida cristã.

Afrontamos neste momento, meus soldados, a indiferença criminosa do século e pugnamos para que nosso viver retorne ao ambiente sagrado que compõe a grande família católica. E assim sendo que seja ouvida uma palavra sincera de vida, cujo conceito nos leva a encarar um espírito a defender, realidade que transcende o nosso viver terreno, tesouro infinito da terra e da gente, que atravessa fronteiras, transpõe os séculos, age de forma tal que afeta os destinos humanos, atingindo o homem moderno esgarçado em seu viver, transformando-o e dando-lhe fé.

E essa fé que se adquire pela graça, aparece radiante, após o penetrar-se a nebulosidade exterior do conglomerado de pensamentos até que se chegue ao verdadeiro núcleo da verdade una e indivisível, notando-se que nesse estudo e meditação profundos aparecem um mundo de conceitos filosóficos e religiosos, um amontoado imenso de subsídios históricos, de processos étnicos e dados sociológicos que procuram desvirtuar o sentido exato da verdade com o aparecimento de várias soluções e vários tipos de cultura.

Nessa pesquisa sente o homem moderno que tanta confusão de culturas reflete o drama em que se encontra debatendo a alma e, nesse torvelinho de idéias, joga-se o seu destino.

Nota a existência de uma cultura física que futeboliza o seu ideal e considera o campeão de boxe ou futebol um semi-deus, com desprezo evidente e acentuado pelo intelectual.

Sente que a cultura pragmática avassala muitas nações onde só tem valor a produção cada vez maior de máquinas e novos inventos, chegando êsses ao ponto de ameaçarem a existência da humanidade, caso da bomba atômica e engenhos semelhantes, que, ao só pensamento de possibilidade de seu emprego nas guerras futuras, aterroriza o homem levando-o a olhar o dia de amanhã com angústia.

Tem os olhos voltados para a existência de uma cultura monopolizada pelo Estado, onde a pessoa humana deixa de existir para entregar-se de pés e mãos amarrados à voracidade insaciável dos totalitarismos. Nenhum crime maior, senhores, do que a destruição da personalidade humana, porquanto cabe ao Estado unicamente proteger os direitos da pessoa e não destruí-los, pois, o Estado criado pelo homem vive para este, criado por Deus à sua semelhança.

Vê o sonho dos poetas que, na produção dos seus versos, expõe a nu a alma da humanidade e pergunta a si mesmo se ainda haverá neste pobre planeta lugar para êsses sonhadores.

Olha os perscrutadores dos mistérios anímicos e indaga se haverá quem acredite na sobrevivência do espírito.

Repara na existência de tantos filósofos que, sem interesses materiais, estabelecem silogismos e suas conclusões e perguntam se não está porventura morrendo no mundo o ideal do pensamento.

Lembra-se dos homens livres, dos homens realmente livres, e indaga se não estão preparando grilhões para transformar-se em escravos do Estado, pela absorção dos seus domínios espirituais e culturais, ou se não estão se tornando irremediavelmente presos aos seus sentimentos de angústia, criando uma vida amargurada, uma tragédia sem par que bem justifica o aparecimento do existencialismo, desde Heidegger, Jaspers, Sartre até o existencialismo cristão de Gabriel Marcel, sem esquecer o angustiado cristianismo de Kierkegaard, o qual preludiou esse drama do desespero.

Recompõe a vida dos santos, daqueles que desprezaram a terra e seus enganos passageiros pelo reino dos céus, temendo que não se compreenda na atualidade o seu espírito.

Examina as relações da inteligência com a cultura e nota o divórcio existente entre Cultura e Vida. Tudo porque a cultura não se exprime em termos verdadeiramente humanos. E verdadeiramente humano subentende que tenha o homem procurado saber qual o fim a que se destina, qual o sentido de sua vida, donde veio e para onde vai. E tenha achado resposta para esse inquérito integrando-se na plenitude do seu Eu. É tal qual a terra virgem que se libertou, desenvolveu-se, produziu. E para isso é necessário ter fé.

Aqui nos encontramos porque temos fé, "virtude sobrenatural, pela qual, prevenidos e auxiliados pela graça de Deus cremos, como verdadeiro, o conteúdo da revelação, não em virtude de sua verdade intrínseca, vista pela luz natural da razão, mas por causa da autoridade de Deus que não pode enganar-se ou enganar-nos" (Denzinger);

Com a crença em Deus, n'Aquele que dirige os destinos da humanidade, aqui estamos, certos de que cumprimos com o nosso dever para com o Cristo que nos deu um soldado como Psichari, autobiografado magistralmente na "Voyage du Centurion", numa carreira louca à procura do Deus que lhe fugia e reaparecia, tal como as miragens desérticas que lhe foram tão familiares naqueles retiros voluntários em que, comungando com a natureza, chegou à Divindade pela graça como o centurião da Cafarnaum.

Nessa afirmação de fé repudiamos o materialismo sob quaisquer formas que se apresente, cujo só objetivo é o de solapar a dignidade da pessoa humana, no desejo estúpido de decapitá-la, escravizando-a, aterrorizando-a, em resumo nullificando-a, e afirmamos com o Tomista de Maritain que "o homem, segundo certas cousas que existem nele, pertence por inteiro à sociedade política como uma parte dela" e condenamos formalmente a afirmação totalitária comunista de que "o homem é uma parte da sociedade política segundo o seu ser por inteiro e segundo tudo que existe nele".

A primeira asserção conduz-nos a um estado de liberdade no qual todos os cristãos, homens, e nessa situação também animais políticos, na conceituação peripatética, têm de viver.

A segunda é a negação do primado do espírito, que então se subordina aos interesses do Estado, escravizando-se o Homem, esse "monstro incompreensível" no dizer de Pascal. E muito embora "o homem não passe de um caníço, do caníço mais frágil da natureza, é um caníço que pensa e por conseguinte dotado de faculdades que o elevam acima dos irracionais, gozando ainda de direitos inalienáveis".

Por sermos racionais, dotados de coração e razão, é que estamos aqui neste encontro com a Vida e a Verdade, numa afirmação majestosa de seguir sempre o caminho que nos apontou o Mestre quando afirmou: "Vós sois meus amigos, se fizerdes o que vos mando".

Muitos são os deuses de barro que vamos encontrando em nosso caminho e nessas ocasiões lembremo-nos das palavras de Vitor Hugo: "Há, bem o sabemos, uma filosofia que nega o infinito. Há também uma filosofia classificada patologicamente que nega o sol; essa filosofia é a cegueira".

Cegueira que nega a priori o sobrenatural sem um exame mais profundo e mais atento para chegar a conclusões lógicas.

Assim falando lembrei-me do que o Santo Padre, numa das suas alocuções aos fiéis de todo o orbe, pronunciou: "O estigma que marca a fronte do nosso século e é causa de desagregação e decadência é a tendência cada vez mais manifesta à insinceridade".

Essa é a maior realidade dos tempos modernos. O homem criatura de Deus, feito para o amor e para o conhecimento foi traído no mundo por si mesmo, tornando-se indiferente ao seu destino. Materializando sua vida esqueceu o espírito que o anima para o Alto, vivendo estupidamente, sem esperança de uma vida além da morte. Perdida a finalidade suprema — Deus — para a qual foi criado, anda o homem perdido pelos caminhos do mundo, buscando finalidades fragmentadas que não matam a sede atormentadora do seu Eu, condicionando isso a falta de entusiasmo pelas grandes causas, resultando a propagação do mal em larga escala. Com o mal surgiu o ódio e com ele a ausência de justiça. Com a injustiça e o ódio traiu-se o ser humano, perdendo a capacidade de amar os seus semelhantes, outros "si mesmo". Arraiado ao ódio perdeu a liberdade porque se escravizou aos seus instintos. Sendo todo instinto perdeu a razão e animalizou-se, esquecendo a caridade, a maior das virtudes no dizer de São Paulo. Nessa perda da razão e hipertrofia dos instintos afirmou-se como um deus: o super-homem de Nietzsche, o homo Economicus de Marx, o homem ultra eugênico de Hitler e tantos outros deuses pequeninos e inexpressivos.

Depois, angustiado, dobrado ao peso de sua derrota, isolado no mundo, distanciado de Deus, começou a lamentar sua desgraça à borda do abismo que cavou com suas próprias mãos, lembrando-se de que teria de nascer de novo para viver uma nova vida.

E dessa forma foi buscar Deus nos recessos de sua alma, pois aí Ele se encontrava sozinho, calado, aguardando a ocasião tão desejada para uma aproximação, porquanto não quer fazer-se presente pela violência. Ele deseja única e exclusivamente que os homens o adorem em liberdade, em essência um amor livre e não de escravos. Esperando a espontaneidade da nossa estima correu o risco de dar-nos a liberdade, uma das características da personalidade. Personalidade que nos faz participantes da natureza divina e que a graça elevou à categoria de filhos de Deus.

Na categoria de filhos de Deus aqui nos encontramos, soldados do Brasil, para afirmar, numa paródia ao primor da poesia de Castro Alves, que "não cora a Cruz de ombrear com a Espada, nem cora a Espada por chamá-la irmã".

Neste dia de festas e de luz para os nossos corações, dia universal consagrado a aquelas que tudo nos dão sem exigir retribuição, que sempre nos consolam com o seu sorriso, cujo coração é um permanente brotar de perdões para nossas faltas, cujos olhos são um manancial de lágrimas para as saudades imensas, neste dia em que nossas almas subiram até Deus pedindo felicidades para o Brasil, neste dia em que Deus fez dos nossos corações sacários para sua morada, é justo que a todas estas festas assistam aquelas que nos deram o ser, senão em presença física, pelo menos espiritual. Nossas mães estão presentes nos nossos pensamentos.

Para elas nossa saudação. A saudação de tantos filhos agradecidos que falam pela voz de seu intérprete. Sim, aqui estou, ó minha mãe, para dizer-vos aquilo que me manda o profundo reconhecimento.

Vós que dirigistes meu caminhar
por entre veredas escabrosas da
minha existência.

Que me segurastes quando meus
passos titubeavam.

Que velastes o meu sono.

Que passastes noites sem fim de
santa angústia naqueles terríveis
momentos em que a doença minava
o meu organismo ainda tão frágil.

Que me acompanhastes "pari
passus" em todos os momentos na
infância e na juventude.

De cuja boca saíam os conselhos
mais puros.

De cujo coração emanavam os
desejos mais sublimes de felicidade
para vosso primogênito.

A quem devo, em grande parte,
a vitória nas minhas lucubrações
do intelecto.

Que basta a só lembrança da
vossa vida cheia de sacrifícios, de
abnegações e heroísmos na humil-
dade de uma santa pobreza para
imprimir-me, como alavanca, um
movimento de destemor à procura
da vitória.

Meu guia nas horas de incerteza.

Palavra que é um consolo nos
momentos amargurados e refúgio
nos instantes de tribulação.

Recebei, antes que murche, esse
ramalhete das nossas esperanças,
das nossas ilusões. Se tantos espi-

nhos que o semeiam transforma-
rem-se flores, se algumas dessas
hastes ressequidas tornarem a re-
verdecer com o orvalho das vossas
lágrimas de santa generosidade e
emoção, tomai-o e semeai sobre os
túmulos daquelas heroínas de Te-
jucupapo, do Forte de Coimbra e
tantas outras que com sangue e
sacrifício deram ao Brasil o exem-
plo mais decidido.

Que nesses momentos os bardos
cantem as estrofes mais melodiosas
e os alaúdes acompanhem, com a
magnificência dos seus sons, para
que ecoe de quebrada em quebrada,
por todos os recantos da Pátria, o
nosso canto cheio de amor ao Brasil.

Plantai sobre os túmulos dos nos-
sos heróis muitos desses rebentos,
e que seus espíritos despertem e
velem sobre as gerações presentes
para que jamais as armas que elas
empunham sejam tomadas contra a
Terra de Santa Cruz.

Caminhai e espargi aos ventos do
Brasil as que restam e que elas
conduzam pelas cidades e vilas do
vasto território de Santa Cruz a
nossa mensagem aos patricios deso-
lados e àqueles transviados.

E que de pétalas semeadas tantas
esfuzilem centelhas que abracem os
corações dos homens no amor ao
seu Deus, à sua terra e à sua gente.

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A Defesa Nacional".

Procure o nosso representante na unidade em que serve ou queira
dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa postal n. 17 — Agência do Ministério da Guerra — Rio de
Janeiro.

Temos dito e repetido que "A Defesa Nacional" tem de ser feita pela
colaboração de todos, e que é nesta particularidade que reside seu valor.
Que valor teria ela se fosse obra exclusiva de três ou quatro escribas, de
caneta em punho, a pontificarem, sobre todos os assuntos, para o Exército
inteiro?

Entretanto, tem sido baldada a insistente campanha de propaganda
mantida pela administração, mediante cartas, circulares, artigos, rádios,
dirigidos a todos os comandantes de tropa, aos nossos representantes, aos
chefes de estados-maiores, aos chefes de serviços e estabelecimentos mi-
litares, aos comandantes de escolas, etc.

(Do Relatório Anual da Cooperativa Militar Editôra e de Cultura
Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada.)

NOTÍCIAS MILITARES

Lei de Promoções

Acha-se em estudos no Congresso a nova Lei de Promoções, a elle encaminhada pelo Governo passado com a Mensagem n. 569-50, de 20 de dezembro de 1950. Orgulha-se esta revista de se vir batendo há longo tempo, pela modificação da actual Lei de Promoções que não mais corresponde aos interesses do Exército. Em suas páginas têm sido ventiladas opiniões abalizadas de altos chefes militares, estudos sobre as prementes modificações necessárias à nova Lei, bem como divulgadas notícias sobre o que existe a respeito nas Forças Armadas estrangeiras. A nova Lei de Promoções, ora submetida à consideração do Poder Legislativo, apresenta diversas inovações bem caracterizadas na Exposição de Motivos n. 669, de 20 de dezembro de 1950, do Ministro da Guerra de então ao Sr. Presidente da República, a qual abaixo transcrevemos:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

1. Em prosseguimento ao programa traçado por este Ministério, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de Lei de Promoções dos Officiais.

2. Trata-se de um trabalho realizado pelo Estado-Maior do Exército, e que, obediente a diretrizes por mim traçadas, vem ocorrer aos anseios gerais do Exército por isso que defende, como bem poderá verificar Vossa Excelência, dois grandes e salutaros princípios, quais sejam:

— O afastamento ao máximo do arbítrio pessoal dos chefes na apreciação do merecimento do official;

— O estabelecimento de regras que, tanto quanto possível, uniformizem o exercício de apreciação daquele merecimento.

Dêsse modo, verificará Vossa Excelência que, sem transição brusca, o anteprojeto ora subordinado à sua aprovação, a par de conservar os princípios fundamentais relativos à hierarquia militar e às condições gerais para a promoção por antiguidade ou por merecimento, apresenta inovações que se vêm fazendo necessárias em face da evolução verificada na organização e na mentalidade do Exército.

E tais inovações podem ser assim enunciadas:

— a promoção por escolha subordinada a uma lista triplíce para cada vaga a preencher;

— a votação dos officiais de posto imediatamente superior ao do official a promover, nos postos elevados;

— o merecimento do official avaliado, tanto quanto possível, em seu aspecto objetivo, por contagem de pontos;

— o estabelecimento de um quadro de acesso por merecimento para um semestre e cuja ordem de colocação deve ser obedecida à medida que se forem abrindo as vagas para o acesso;

— a execução da promoção dentro de um mês, após a abertura da vaga;

— a promoção dos officiais subalternos da alçada do Ministro da Guerra;

— a fixação de uma permanência máxima nos diversos postos da hierarquia, etc.

3. Existindo íntima conexão do presente projeto às leis de Inatividade, Ensino, Movimento de Qua-

dros e Leis Básicas, cumpre informar a Vossa Excelência que oportunamente, para o bom funcionamento do conjunto o Ministério da Guerra submeterá à sua esclarecida apreciação as necessárias alterações a serem introduzidas naqueles instrumentos legais.

4. Por fim e com a devida vênua, faço anexar para o caso de ser aprovado por Vossa Excelência o anteprojeto em causa, a minuta da mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional, a cuja sábia decisão deverá ser esse anteprojeto submetido para solução final.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1950.

Gen. Canrobert P. da Costa.

Como vemos, a nova Lei tentou evitar ao máximo a influência perniciososa do livre arbítrio de chefes sem a necessária isenção de ânimo para julgamento imparcial.

Não apenas no Brasil tal problema tem preocupado os responsáveis pela maior eficiência militar. Nota-se nas publicações estrangeiras a mesma preocupação, sendo que a excelente revista francesa "Revue Militaire d'Information" tem, seguidamente, publicado estudos de leis de promoções dos Exércitos dos demais países. Entre eles anotamos: "Directives pour l'établissement des notes du personnel dans l'Armée allemande" (n. 119), e "Comment sont notés les officiers dans l'Armée américaine (Capitaine B. Delègue — n. 129)".

Em seu número 168, de 10 de fevereiro último, traz um Estudo de sistema de notação dos oficiais, em ensaio no Exército Belga.

Em linhas gerais, tal sistema criou a "nota de personalidade" para os oficiais, nota essa obtida pelos graus dados às respostas correspondentes a 25 itens diversos, agrupados em três rubricas gerais:

Potencial (12 itens), Dinamismo (8 itens) e Exterior (5 itens).

São os seguintes esses vários itens, cada um dos quais corres-

pondendo a um fator de julgamento:

I — Potencial:

A — Inteligência:

1. Atenção;
2. Memória;
3. Imaginação;
4. Julgamento;
5. Espírito de observação;
6. Amplitude de vistas.

B — Trabalho:

7. Rapidez;
8. Perseverança;
9. Qualidade e finalidade.

C — Devotamento:

10. Ao trabalho;
11. À tropa;
12. Sinceridade, lealdade, correção.

II — Dinamismo:

13. Ascendência;
14. Senso pedagógico;
15. Senso de responsabilidade;
16. Energia;
17. Iniciativa e espírito de cooperação;
18. Espírito de disciplina;
19. Resistência física;
20. Coragem moral;

III — Exterior:

21. Uniformes.
22. Atitude perante a tropa;
23. Linguagem;
24. Educação;
25. Aspecto exterior.

A cada um desses fatores é atribuído um grau variável de um a quatro, com as seguintes graduações: 1 (razoavelmente bem); 2 (bem); 3 (muito bem) e 4 (perfeito), e para a aplicação de cada um desses graus existe uma série de perguntas referentes ao mérito a ser apreciado pelo fator em causa, a que o julgador tem de responder. Além dessa nota de personalidade ainda outros fatores influem na apreciação do merecimento do oficial, e dentre eles, podemos citar: serviços prestados,

comissões exercidas, citações, diplomas, conhecimento de línguas estrangeiras, etc.

Tal sistema se acha em estudos e aplicação há quatro anos, e não deixa de ser interessante a circular ministerial de 1 de março de 1947, em que o Ministro, após apreciar os primeiros resultados e relatórios sobre a aplicação do sistema, estranha que quase todos candidatos propostos, o fossem com as notas "muito bom" e "brilhante", quando certamente existia no Exército grande número de oficiais simplesmente "bons" ou mesmo "razoavelmente bons", e considerava como principais razões para falta o seguinte: "1 — A tradição, para não dizer a rotina; 2 — Uma falta

de julgamento da parte dos chefes, ou, o que é mais grave, uma estreiteza de espírito; 3 — A falta de coragem moral e o medo de responsabilidade."

Lutam os governos para a obtenção de uma Lei de Promoções mais justa e mais coerente com a necessidade de eficiência dos Exércitos, porém, devem lutar também para o aprimoramento daqueles que terão a responsabilidade de aplicar essa Lei de Promoções, tornando-os isentos das mesquinhas injunções humanas e capazes de julgar com justiça aqueles que lhes estão subordinados, demonstrando competência para selecionar os mais aptos à elevação aos postos superiores.

A E.I.E. EM QUADRINHOS...

DER 8 FOTO-INFORMAÇÃO
(VISÃO ESTEREOSCÓPICA)



NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 17 a 31 de março de 1951

PAGAMENTO DE QUANTITATIVO DE REPRESENTAÇÃO

Djalma Dias Ribeiro, Cel. pedindo o pagamento de diferença de quantitativo de representação referente ao período em que serviu como adido militar à Embaixada do Brasil, no Chile: — Deferido, de acordo com a informação da S.G.M.G. e parecer 133, de 19 de maio de 1949, do Consultor Jurídico do M.G.

Parecer a que se refere o despacho supra

Parecer n. 133, de 19 de maio de 1949:

1. O Coronel Djalma Dias Ribeiro serviu como adido militar à Embaixada do Brasil no Chile, durante o período de 11 de novembro de 1943 a 2 de fevereiro de 1946.

Requer pagamento de diferença do quantitativo de representação por julgar-se com direito a recebê-la na proporção de três vezes mais, na consonância do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

2. Informando a fls., o Delegado do Tesouro Nacional em Nova York esclarece:

"Conforme se verifica da escrituração desta Delegacia e dos recibos firmados pelo requerente e aqui arquivados, o mesmo, durante o período em que exerceu as funções de Adido Militar junto à Embaixada do Chile, recebeu, nesta repartição, os seus vencimentos multiplicados por quatro na forma do art. 19, alínea a, do Código de Vencimentos e Vantagens do Exército e mais uma representação de 3/4 de um mês de vencimentos simples fixado nos termos do art. 142, do mesmo Código pelo Aviso Ministerial n. 3.153 de 18 de agosto de 1949, publicado no

B.E. n. 33, pág. 2249. Esse aviso expressamente mandou calcular a referida representação sobre os vencimentos normais do posto, no país — em papel — acrescentando que ao caso não se aplica o disposto no artigo 19 do citado Código.

Nessas condições, parece-me sem fundamento legal o que pretende o suplicante.

3. A gratificação em tela está prevista no art. 142 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, que estabelece:

"Aos adidos militares e outros oficiais que exerceram, eventualmente, comissões de representação de caráter pessoal em país estrangeiro, será abonada, mensalmente, mais uma importância, a título de representação, fixada pelo Ministério de acordo com a natureza e o local de comissão que lhes cabe desempenhar.

Parágrafo único. O valor dessa importância será no máximo igual a um mês de vencimentos normais do posto, no país e, no mínimo, a quarta parte".

Verifica-se, destarte, que o legislador previu uma gratificação de representação para as comissões de caráter pessoal, dando ao Ministro poderes para arbitrá-la, no valor máximo de um mês de vencimentos normais do posto, no país, e, no mínimo, a uma quarta parte.

4. Por outro lado, o mesmo Código de Vencimentos e Vantagens estabelece no art. 19:

"O pagamento dos militares no desempenho de comissão em país estrangeiro será efetuado em moeda estrangeira, na razão da libra esterlina a 60\$0, na conformidade seguinte:

a) quádruplo do valor em mil réis nas comissões com sede em terra;

b) triplo do valor em mil réis nas comissões que se exerceram a bordo de navios;

c) triplo do valor em mil réis, nas comissões em terra, quando as despesas de alojamento e alimentação correrem por conta do Governo".

5. Ante o texto da lei, não subsiste dúvida de que procede o pedido de folhas.

Na verdade, o que o art. 142 fixa é o critério de arbitragem da gratificação, cujo pagamento, no exterior, está regulado, de modo explícito e inofensivo, no art. 19.

6. A Delegacia do Tesouro Nacional em Nova York invoca para justificar o pagamento tal como se fez, o disposto no Aviso n. 3.153, de 16-VIII-840, vasado nos seguintes termos:

"Em face do disposto no artigo 142 e seu parágrafo do "Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército", é fixada de maneira abaixo discriminada, a importância destinada à representação de caráter pessoal dos adidos militares às Embaixadas do Brasil nos seguintes países:

Estados Unidos da América do Norte — 1 mês de vencimentos.

Argentina — 1 mês de vencimentos.

Chile — 3/4 mês de vencimentos.

Uruguai — 1/2 mês de vencimentos.

Paraguai — 1/3 mês de vencimentos.

Bolívia — 1/4 mês de vencimentos.

Peru — 1/4 mês de vencimentos.

O valor das importâncias correspondentes de acordo com o parágrafo único do art. 142 supracitado — deve ser calculado sobre os vencimentos normais de posto, no país, em papel, não se aplicando, no caso, o disposto no art. 19 do mesmo Código".

7. Mas esse Aviso, a nosso ver, deu interpretação descabida, porque infringente do próprio texto legal (artigo 19). Criou, além do mais, situação *sui generis*, porque rompeu critério de longa data seguido nos Ministérios Militares, estabelecendo exceção para o pessoal do Ministério da Guerra que passou a perceber vantagens inferiores aos da Marinha.

8. Oportuna, aqui, a transcrição de trecho da informação da S.G.M.G., de conclusão análoga à nossa:

"Vale, finalmente, para reforçar o nosso ponto de vista, citar, como subsídio histórico, a legislação anterior ao Decreto-lei número 2.186, de 1940: o Decreto n. 22.534, de 10 de março de 1933, art. 8º, o Decreto n. 24.413, de 19 de junho de 1934, art. 8º e o Decreto-lei n. 1.442, de 24 de junho de 1939, arts. 19 e 94, que estabelecem, respectivamente, o seguinte: a) que a representação seria fixada em 500\$000 e 700\$000 ouro; b) que a representação pagar-se-ia na relação 1 para 5; c) e, concluindo, que a representação calcular-se-ia na base *quádrupla*.

8. Relewa ponderar, como fonte subsidiária, que, na forma do art. 109 do Decreto-lei n. 3.759, de 23 de outubro de 1941, aos adidos navais é assegurada uma representação "cujo valor não poderá exceder a um mês de vencimentos normais, à quarta parte, sendo o cálculo feito na base *quádrupla*".

Ocorre, ainda que o Decreto-lei n. 9.689, de 30-VIII-946, regulando a concessão de gratificação de representação a militares em serviço no estrangeiro, estabeleceu o critério geral e uniforme de pagamento mandando fazê-lo em dólar.

10. A interpretação consubstanciada no Aviso n. 3.153, de 1940, contraria disposições do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, estabelecendo, além do mais, critério de exceção e contraditório do que a legislação uniforme vem estabelecendo sobre a matéria.

11. Em verdade, se a disposição legal (art. 142, parágrafo único do Código de Vencimentos e Vantagens) alude a "vencimentos normais do posto, no país", o faz por oposição aos mesmos vencimentos no estrangeiro, que, como se sabe, sofrem elevação para 4 vezes mais. Entretanto, a fixação do quantitativo da gratificação, constante dessa norma legal, não interfere nem revoga o sistema de cálculo para pagamento da mesma, que é o do art. 19 do Código de Vencimentos e Vantagens.

12. Ante o exposto, opinamos pelo deferimento. — Demosthenes Madureira de Pinho, Consultor Jurídico.

Despacho: Aprovo. Publique-se. — Em 2-III-951. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Despacho de 28-II-951 — "Diário Oficial" de 17-III-951.)

MUDANÇA DA DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

O Ministro de Estado da Guerra resolve:

1. Aprovar as sugestões apresentadas pelo Exmo. Sr. General Chefe do D.G.A., na parte que se refere a mudança da Diretoria de Intendência para o Palácio da Intendência e a instalação da Comissão Especial do Serviço Social nas suas atuais dependências.

2. E para facilitar a execução dessas providências, autorizo a transferência de carga do material da Diretoria de Intendência — não necessário, para a referida Comissão.

3. O Diretor de Intendência e o Chefe da CESSE — devem estudar as medidas de pormenor para a realização dos objetivos do presente aviso. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 190, de 12-III-950 — "Diário Oficial" de 20-III-950.)

INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTOS A MILITARES NO ESTRANGEIRO

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as instruções anexas para pagamento dos vencimentos e vantagens dos militares em país estrangeiro, de acordo com o disposto na Lei n. 1.316, de 29 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Instruções para pagamento dos Vencimentos e Vantagens dos Militares em país estrangeiro

1. Os adidos militares às Embaixadas e os elementos integrantes das missões militares no estrangeiro farão jus aos vencimentos e vantagens normais do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, em vigor, de conformidade com os arts. 264 a 267, 270 a 276 e 277 a 284, observadas as presentes instruções:

I — Adido Militar:

a) vencimentos — os do posto (sólido e gratificação);

b) gratificação de representação — duas vezes os vencimentos mensais (item I do art. 278);

c) ajuda de custo — de acordo com os arts. 270 a 276;

d) diária de alimentação fora da sede — só nos deslocamentos do país em que esteja servindo para outro, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 279;

e) diária de pousada fora da sede — só nas condições da alínea d), res-

salvado o disposto no § 2º do art. 280;

f) transporte — de acordo com o art. 281.

II — O militar em comissão de serviço permanente:

a) vencimentos — os do posto ou graduação (sólido e gratificação);

b) gratificação de representação — uma vez e meia os vencimentos (n. II do art. 278);

c) gratificação de tempo de serviço — de acordo com o art. 53;

d) abono militar — de acordo com os arts. 72 e 73;

e) abono de família — de acordo com o art. 106;

f) ajuda de custo — de acordo com os arts. 270 a 276;

g) diária de alimentação fora da sede — só nos deslocamentos do país em que esteja servindo para outro, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 279;

h) diária de pousada fora da sede — só nas condições da alínea g), ressalvado o disposto no § 2º do art. 280;

i) transporte — de acordo com o art. 281;

j) outras vantagens previstas em lei, incluídas nestas:

Militares — hospitalização, prêmios pecuniários, quantitativo para funeral, gratificação de pára-quedismo, desde que enquadrados nos dispositivos legais respectivos;

Pracas — medicamentos, etapas, gratificação de especialidade e função, desde que amparadas por lei, respeitado o disposto no art. 84 e seu parágrafo único, do atual Código;

l) adicional por tempo de serviço de subtenentes e sargentos (2, 10 e 15 %) — de acordo com os arts. 69, 70 e 72 do Código anterior.

III — O militar designado para fazer estudos ou estágio de aperfeiçoamento ou especialização no estrangeiro:

— terá os vencimentos e vantagens indicados no item II destas instruções e pagas, diretamente, pelo Estado as despesas referentes à matrícula e outras indenizações escolares, acesso exigidas dos militares que permaneçam no estrangeiro nas condições acima (arts. 268 e 282).

IV — O militar que obtiver permissão para realizar estudos no estrangeiro, por conta própria:

— terá somente os vencimentos mensais de acordo com o art. 269.

Em 9 de março de 1951 — General Newton Estillac Leal.

(Portaria n. 82, de 9-III-951 — "Diário Oficial" de 20-III-951.)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Fernando Fernandes Távora
Dr. João Luderitz
Cel. J. B. Magalhães
Ten.-Cel. Adalardo Fialho
Ten.-Cel. Antônio M. Coimbra
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro
Ten.-Cel. Diderot Miranda
Ten.-Cel. Hermenegildo de O. Carneiro
Ten.-Cel. J. H. Garcia
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva
Maj. Evodio Romeiro
Maj. José Codeceira Lopes
Maj. W. F. Bougas
Cap. Aníbal Tórres de Melo
Cap. Carlos de Melra Matos
Cap. L. C. Silveira
Cap. Murilo Otávio de Barros
Ten. Dilson Mário dos Santos Lima Torraca
Ten. Dyrcen de Sá
Ten. Francisco Wilson Leão
Ten. Gastão de Carvalho Souza
Ten. Gustavo Lisboa Braga
Ten. Hilton Pereira
Ten. Raul Gastão Hecksher



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1951